



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

**ÍNDICES-PADRÃO E SITUAÇÃO
ECONÔMICA, FINANCEIRA E POLÍTICO-
SOCIAL DE COOPERATIVAS DE LEITE E
CAFÉ DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE
MINAS GERAIS.**

ROBERTO DO NASCIMENTO FERREIRA

1999

ROBERTO DO NASCIMENTO FERREIRA

D.
n. 2479/00
m FN 2596

**ÍNDICES-PADRÃO E SITUAÇÃO ECONÔMICA , FINANCEIRA E
POLÍTICO-SOCIAL DE COOPERATIVAS DE LEITE E CAFÉ DA
REGIÃO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Lavras como parte das exigências do Programa
de Pós-Graduação em Administração Rural, área
de concentração em Administração da Empresa
Rural, para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. LUIZ MARCELO ANTONIALLI

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

1999

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Ferreira, Roberto do Nascimento

Índices-padrão e situação econômica, financeira e político-social de cooperativas de leite e café da região sul do Estado de Minas Gerais/Roberto do Nascimento Ferreira. – Lavras: UFLA, 1999.

138 p.: il.

Orientador: Luiz Marcelo Antonialli.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Cooperativismo. 2. Demonstração financeira – Análise. 3. Situação econômica. 4. Situação financeira. 5. Situação político-social. 6. Índices-padrão. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-334

-338.17373

-338.1771

ROBERTO DO NASCIMENTO FERREIRA

**ÍNDICES-PADRÃO E SITUAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E
POLÍTICO-SOCIAL DE COOPERATIVAS DE LEITE E CAFÉ DA
REGIÃO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Lavras como parte das exigências do Programa
de Pós-Graduação em Administração Rural, área
de concentração em Administração da Empresa
Rural, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 26 de novembro de 1999

Prof. Antônio Carlos dos Santos

UFLA

Prof. Walmer Faroni

UFV



Prof. Luiz Marcelo Antonialli

UFLA

(Orientador)

LAVRAS

MINAS GERAIS – BRASIL

Ofereço

A Deus, pela vida.

A meus pais, exemplos de educação, carinho e dedicação.

Dedico,

**a Ana, minha esposa, pelo carinho,
compreensão e apoio.**

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras - UFLA e o Departamento de Administração e Economia - DAE, pela oportunidade de realização deste curso.

À FUNREI e ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, pela liberação para a realização deste curso.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Aos funcionários do DAE e da Biblioteca Central da UFLA.

Ao professor orientador, Luiz Marcelo Antonialli, pela constante ajuda, dedicação e orientação.

Aos professores Antônio Carlos dos Santos e Walmer Faroni, pelas valiosas contribuições e disponibilidade em participar da banca de avaliação.

À Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Diretor Executivo José Geraldo Andrade Leite, pelo apoio e incentivo.

A Eugênio Pacelli de Carvalho, da MCG, pelo apoio e incentivo.

A Fernando Neri, pela ajuda no processamento de dados no EXCEL.

A Eveline Oliveira, pelo trabalho de revisão ortográfica.

Aos amigos do curso de Mestrado em Administração Rural, pela amizade, incentivo e convivência.

A todos que diretamente ou indiretamente colaboraram durante esta caminhada.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS.....	i
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 REFERENCIAL TEÓRICO	04
2.1 ASPECTOS GERAIS DO COOPERATIVISMO.....	04
2.1.1 Características e origem	04
2.1.2 Cooperativismo no Brasil.....	07
2.1.2.1 Origem, estrutura e composição	07
2.1.2.2 Legislação cooperativista	14
2.1.2.3 Autogestão e cooperativismo.....	15
2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS COOPERATIVAS	
BRASILEIRAS	19
2.2.1 Contabilidade nas cooperativas	19
2.2.2 Demonstrações Financeiras.....	21
2.2.3 Balanço Social.....	26
2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	30
2.3.1 Análise através de índices.....	35
2.3.2 Índices – Padrão.....	45
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	49
3.1 Tipo de pesquisa	49
3.2. Objeto de estudo e amostragem	51
3.3. Coleta de Dados.....	52
3.4 Processamento e análise dos dados	53
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	54

4.1 Cálculo dos índices financeiros, econômicos e político-sociais	54
4.2 Cálculo dos índices-padrão das cooperativas analisadas	54
4.3 Avaliação de índices através de padrões: uma cooperativa em comparação com o segmento	56
4.3.1 Avaliação da eficiência financeira	58
4.3.2 Avaliação da eficiência econômica	65
4.3.3 Avaliação da eficiência político-social	70
5 CONCLUSÕES.....	75
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
ANEXOS	86

LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

A	Ativo
AA	Associados Ativos
ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
AC	Ativo circulante
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AF	Associados/funcionários (índice)
AGO	Assembléia Geral Ordinária
AqC	Associados que comparecem
ARLP	Ativo realizável a longo prazo
AT (aa)	Associados total ano anterior
AT (aat)	Associados total ano atual
AT	Associado ativo/total (índice)
ATt	Associados total
ATT	Associados/técnicos (índice)
CF	Ciclo financeiro (índice)
CL	Compras líquidas
CPV	Custo dos produtos vendidos
CQS	Crescimento do quadro social (índice)
CR	Crescimento de receitas (índice)
CS	Capital social
CS/PL	Capital social por patrimônio líquido (índice)
CSA	Capital social por associado (índice)
D	Disponibilidades
DO	Despesas operacionais
DOAR	Demonstração de origens e aplicações de recursos

DR (CP)	Direitos realizáveis a curto prazo clientes
DRE	Demonstração do resultado do exercício
DV	Despesas operacionais sobre vendas (índice)
E	Estoques
EG	Endividamento geral (índice)
ELP	Endividamento a longo prazo (índice)
FA	Faturamento por associado (índice)
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Social e Educacional
FI-k	Fator de insolvência – Kanitz (índice)
FPF	Faturamento por funcionários (índice)
FT	Funcionários total
GA	Giro dos ativos (índice)
IF	Independência financeira (índice)
IRP	Imobilização com recursos próprios (índice)
LC	Liquidez corrente (índice)
LG	Liquidez geral (índice)
LI	Liquidez imediata (índice)
LS	Liquidez seca (índice)
MB	Margem bruta (índice)
MG	Margem de garantia (índice)
ML	Margem líquida (índice)
OCA	Organização das Cooperativas das Américas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEMG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OF	Obrigações com fornecedores
P	Passivo
PA	Participação em assembléias (índice)

PC	Passivo circulante
PD	Pessoal demitido
PELP	Passivo realizável a longo prazo
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio líquido
PMC	Prazo médio de cobrança (índice)
PMCOOP	Programa de Monitoramento Administrativo e Financeiro das Cooperativas Agropecuárias
PME	Prazo médio de estocagem (índice)
PMP	Prazo médio de pagamento (índice)
RATES	Reserva de assistência técnica, social e educacional
RB (PAn)	Receita bruta período anterior
RB (Pat)	Receita bruta período atual
RB	Receita bruta
RI	Retorno sobre o investimento (índice)
RL	Receita líquida
RP	Rotação de pessoal (índice)
RPL	Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (índice)
SERASA	Centralização de Serviços dos Bancos S.A.
SIMPLES	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições
SL	Sobra líquida
TER/AG	Técnicos de extensão rural e assistência geral
TI	Taxa de inflação
UNASCO	União Nacional das Associações Cooperativas

RESUMO

FERREIRA, Roberto do Nascimento. Índices-padrão e situação econômica, financeira e político-social de cooperativas de leite e café da região sul do Estado de Minas Gerais. Lavras: UFLA, 1999. 138p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)*

O objetivo deste trabalho foi realizar o levantamento de índices-padrão e a análise da situação financeira, econômica e político-social de cooperativas agropecuárias. A partir de uma amostra de 20 cooperativas agropecuárias de café e leite da região sul do estado de Minas Gerais, procedeu-se ao cálculo dos índices que evidenciam as situações acima, num total de 31 índices, para o período compreendido entre 1994 e 1997. Foram utilizadas as demonstrações financeiras fornecidas pelas cooperativas e informações complementares. A partir dos índices calculados foram levantados os padrões de cada índice para cada ano analisado. Constatou-se a utilidade de índices-padrão para a análise e avaliação de cooperativas, como ocorre em outros setores da economia. Se forem considerados os resultados relativos a uma cooperativa isoladamente, pode-se atribuir-lhe uma situação confortável, contudo tal juízo de avaliação pode mudar se for comparado o desempenho em relação ao setor. No geral, nas cooperativas analisadas, o desempenho em termos de liquidez foi satisfatório, mas com relação à capacidade operacional foi desastroso, o mesmo ocorreu com o desempenho econômico. Já a avaliação da eficiência político-social mostrou, em termos globais, retornos satisfatórios para os cooperados. A análise comparativa com o uso de índices-padrão mostrou-se um instrumento de grande utilidade, permitindo avaliar e comparar o desempenho do segmento nos quatro anos analisados.

ABSTRACT

FERREIRA, Roberto do Nascimento. Cooperatives: economic, financial e social-political analysis and standard-ratios. Lavras: UFLA, 1999. 138p. (Dissertation - Master in Rural Administration)*

The purpose of this paper was the study of standard-ratios and the financial, economical and social-political situation of agro-cattle breeding cooperatives. From a sampling of 20 coffee and milk agro-cattle breeding cooperatives located on the southern part of the state of Minas Gerais, we came to the calculus of the rates which put the situations above in evidence, amounting to a total of 31 ratios for the period in between 1994 and 1997. We used the financial statements we were given by the cooperatives as well as additional data. From the calculated ratios, patterns of each ratio were raised for the analysis of cooperatives, which also occurs in other section of Economy. If we are to consider the results obtained from one cooperative alone, we are able to consider it as being in a comfortable situation; such attribution does changes when we compare such performance in a sector-wide context. In general, a satisfactory performance in terms of settlement of debts on the analysed cooperatives behalf was observed. As for the operational capacity it was disastrous. So was the economical performance. On the other hand, the estimate as for social-political efficiency showed satisfactory rewards for the cooperators. The analyses of cooperatives with the use of standard ratios has proved to be a highly useful tool, making it possible to appraise and compare the performance of the segment over the four analysed years.

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância do cooperativismo agropecuário para o Brasil, tanto em função do que ele representa para a economia, como também pelo papel que desempenha para o fortalecimento e sobrevivência dos produtores rurais.

Este setor da economia, porém, tem passado, nos últimos anos, por transformações diversas, seja em virtude de mudanças na legislação, seja em função do avanço tecnológico.

O conceito de eficiência empresarial não era devidamente considerado na maioria das cooperativas, o que pode ser justificado por duas razões: a primeira é porque elas sempre estiveram atreladas à vontade política do governo e a segunda, por atuarem em um mercado com enorme dose de proteção. Considerando estes dois aspectos, o conceito de eficiência ganha uma nova roupagem e um novo sentido dentro do sistema cooperativista.

A Constituição Federal de 1988, ao determinar o fim da tutela estatal nas cooperativas, consagrou o princípio de autogestão, que representa, basicamente, a necessidade da cooperativa buscar a eficiência.

A abertura de mercado e o processo de globalização aumentaram o nível de competitividade e a necessidade das empresas serem cada vez mais eficientes. As cooperativas não ficaram isoladas neste processo. A reboque do processo de autogestão surgiu outro, mais exigente e excludente, impondo a elas os conceitos de competitividade e eficiência, se quiserem realmente sobreviver no mercado.

Para inserir e fortalecer as cooperativas neste processo, surgiram diversas iniciativas. O Programa de Monitoramento Administrativo e Financeiro das Cooperativas Agropecuárias (PMCOOP), implantando pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) em abril de 1997, foi parte dessas iniciativas.

Este programa se destina a acompanhar os atos e fatos administrativos, financeiros e sociais das cooperativas através da geração de índices técnicos que, analisados e comparados a índices anteriormente verificados, identificarão o seu crescimento ou decréscimo econômico ou social. Objetiva também disponibilizar um índice médio setorial que servirá de parâmetro para análises econômicas, financeiras e político-sociais, de forma que os administradores das cooperativas tenham acesso a parâmetros de dados e informações que lhes permitam avaliar as cooperativas e auxiliar o processo de tomada de decisões.

Neste aspecto reside um dos problemas a serem enfrentados pelo cooperativismo. Se as empresas capitalistas deparam-se com diversas análises de índices econômicos e financeiros, cálculos de padrões e médias de setores, o mesmo não acontece com as cooperativas, nas quais a tomada de decisão carece de dados que auxiliem o processo.

Desta forma, a existência de índices comparativos (padrões) para fins de análise da situação econômica, financeira e político-social das cooperativas, é um instrumento muito útil e necessário. A realização de estudos e pesquisas nessa área torna-se importante, pois permitirá a construção de um banco de dados mais amplo a ser utilizado em futuros trabalhos.

Sabendo-se da importância e da falta de dados e informações extraídas da análise das demonstrações financeiras para o processo administrativo das cooperativas, estabelece-se a seguinte questão: Quais os padrões de índices (financeiros, econômicos e político-sociais) das cooperativas agropecuárias da região sul de Minas Gerais, que constituiriam um banco de dados com parâmetros para auxiliar as tomadas de decisão?

Neste sentido, o objetivo central deste trabalho foi o de levantar índices-padrão e analisar a situação financeira, econômica e político-social de cooperativas agropecuárias de leite e café da região sul do estado de Minas Gerais, para o período de 1994 a 1997.

Especificamente procurou-se:

- a) calcular os índices financeiros, econômicos e político-sociais de cada cooperativa para o período analisado;
- b) elaborar os índices-padrão financeiros, econômicos e político-sociais da amostra de cooperativas para o período analisado;
- c) analisar e comparar a situação financeira, econômica e político-social de uma cooperativa com os índices-padrão do ramo¹.

Neste sentido, a justificativa do presente trabalho é contribuir para que as cooperativas agropecuárias do sul de Minas Gerais avancem na tentativa de solucionar o problema de não possuírem índices-padrão (financeiros, econômicos e político-sociais), a fim de propiciar a comparação com outras cooperativas do setor e servir de instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão de seus gestores.

Este trabalho foi dividido em 4 partes. Na primeira, foram levantadas e discutidas as considerações teóricas que norteiam o trabalho, abordando-se os aspectos gerais do cooperativismo, o processo de autogestão, as demonstrações financeiras utilizadas pelas cooperativas abrindo-se um espaço para discorrer sobre o Balanço Social e, por fim, foram descritos os procedimentos e fundamentos para a análise das demonstrações financeiras e o cálculo dos índices-padrão. Na segunda parte, foram abordados os aspectos metodológicos da pesquisa tais como: tipo, objeto de estudo, estratégia de coleta de dados e o seu processamento e análise. Na terceira parte, apresentam-se e descrevem-se os resultados. Na quarta e última parte, são apresentadas as conclusões da pesquisa.

1. Neste trabalho será utilizado o termo “ramo” para se referir ao setor de atuação das cooperativas e não o termo “segmento”, conforme o que determina nota de adequação de terminologia no cooperativismo emitida pelo DECAP/OCB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ASPECTOS GERAIS DO COOPERATIVISMO

2.1.1 Características e origem

Cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social, através da cooperação. Cooperação, etimologicamente, vem do verbo latino *cooperari*, ou seja, operar juntamente com alguém. Significa trabalhar junto, trabalhar em conjunto. O cooperativismo, portanto, no sentido de doutrina, tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, que são as cooperativas (Pereira, 1993).

As cooperativas representam uma atividade peculiar dentro do sistema econômico, com características próprias que as diferem dos demais tipos de organizações econômicas. Segundo Rodrigues (1997), a doutrina cooperativista tem sua ênfase no equilíbrio entre o econômico e o social, sendo esta dupla dimensão a sua principal característica.

Pinho (1982b) ressalta que a pluridimensionalidade das cooperativas resulta do fato de combinarem os caracteres de associação e de empresa.

A cooperativa é uma empresa de participação: o associado participa da cooperativa nas operações (como usuário) e participa nas decisões (como proprietário). Essa dupla dimensão de ser usuário-proprietário ao mesmo tempo faz com que sejam idênticos os interesses dos que fazem uso dos serviços e instalações da cooperativa (usuário) e os que possuem a empresa (proprietários). Esta relação é denominada de “ato cooperativo”, que é assim definido pela Lei 5764/71 no seu artigo 79:

“Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. § único: o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.” (Panzutti, 1997).

Outro aspecto que dá característica própria à cooperativa é ausência de lucros. A Lei n.º 5764/71 em seu art. 3º estabelece que *“celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, em proveito comum, sem objetivo de lucro.”*

O que se chama de Doutrina Cooperativista, conforme estabelecido em OCB (1995:12), é o que dá, portanto, características próprias às cooperativas. O artigo 4º da Lei 5.764/71 estabelece corretamente esta relação ao definir que:

“As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviço;

II - variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade;

VI - “quorum” para funcionamento e deliberações da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcional às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;

***IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados das Cooperativas;
XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.”***

O cooperativismo, no sentido de cooperação e ajuda mútua, remonta à antigüidade. Citam-se como exemplos que serviram de base para o surgimento do cooperativismo as confrarias da idade média, as sociedades de auxílio-mútuo para enterros e seguros dos gregos e romanos, certas formas de arrendamento de terras para a exploração comum utilizados pelos babilônios e as mutualidades e corporações de artes e ofícios da Idade Moderna (Pinho, 1961).

O cooperativismo, da forma como se conhece hoje, teve seu início no século XIX. As transformações que marcaram o século passado, o surgimento de novas idéias e filosofias e, principalmente a Revolução Industrial, foram o terreno fértil para o aparecimento do cooperativismo que está diretamente associado às iniciativas dos trabalhadores contra a opressão estatal e empresarial a partir do início do século passado, ao buscar soluções para seus problemas sócio-econômicos através de associações que tinham por objetivo o auxílio-mútuo (Pinho, 1982a).

O desemprego decorrente da introdução das máquinas e de novas técnicas de produção industrial, agravado ainda por crises cíclicas que passaram a se suceder com impressionante regularidade, associado ainda às conseqüências de práticas da doutrina liberal e individualista como a livre concorrência, a não intervenção do Estado em assuntos econômicos e a proibição de qualquer forma de associativismo profissional foram, segundo Pereira (1993), condições econômicas e sociais propícias ao desenvolvimento do cooperativismo.

Neste ambiente conturbado e em mudança foi que, segundo Pinho (1982a), apareceu um complexo conjunto das mais variadas oposições surgidas em reação às conseqüências do liberalismo econômico, que serviram de base

para a elaboração das idéias cooperativistas inspiradas, sobretudo, na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências associativistas que marcaram a primeira metade desse século.

Entre as diversas tentativas, a idealizada por um grupo de 28 tecelões ingleses, em 24/12/1844, que buscavam um meio de melhorar sua precária situação econômica através do auxílio-mútuo foi o marco histórico e fundamental do cooperativismo. Esta primeira cooperativa foi denominada de *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale).

Os estatutos dessa Sociedade continham, segundo Pinho (1982a), os princípios a respeito da estrutura e do funcionamento da cooperativa que depois passaram a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista. As normas elaboradas pelos 28 tecelões são, em parte, até hoje seguidas pelas cooperativas do mundo inteiro.

O sucesso de Rochdale levou ao surgimento de iniciativas semelhantes, primeiramente na Inglaterra e na França irradiando-se rapidamente para outros países.

A fundação em Londres, no ano de 1895, por ocasião do I Congresso Internacional de Cooperativismo, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão de representação das cooperativas do mundo inteiro, marcou a consolidação do cooperativismo.

2.1.2 Cooperativismo no Brasil

2.1.2.1 Origem, estrutura e composição

O cooperativismo surgiu no Brasil em fins do século XIX e, como no cooperativismo internacional, as primeiras cooperativas foram as de consumo no setor urbano. Citam-se como primeiras iniciativas a Cooperativa dos

Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, em Limeira no estado de São Paulo (1891), a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro (1894), a Cooperativa de Consumo de Camaragibe em Pernambuco (1895), a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, em Campinas, São Paulo (1897), a Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Ouro Preto, MG (1898) e, em 1913, surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea, no Rio de Janeiro (OCB, 1996b e Pinho, 1982a).

As cooperativas de crédito apareceram no começo deste século e foram organizadas nas zonas rurais. Destacam-se as primeiras Caixas Rurais Raiffeisen criadas no Rio Grande do Sul em 1902. No final dos anos 1920, foram criadas cooperativas de crédito do tipo Luzzati (OCB, 1996b).

Em 1907, surgiram as primeiras cooperativas agropecuárias. Organizadas inicialmente no estado de Minas Gerais eram cooperativas de plantadores de café, algodão, mandioca, arroz, milho, etc. e de laticinistas. Posteriormente, na região sul surgiram cooperativas agropecuárias (Pinho, 1982a e OCB, 1996b).

O cooperativismo agropecuário é o mais conhecido pela sociedade brasileira, já tendo se estendido por todo o território nacional. Participa significativamente nas exportações, o que ajuda positivamente a Balança Comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o ramo economicamente mais forte do Cooperativismo (OCB, 1996b).

O cooperativismo brasileiro é representado por uma estrutura que lhe garante representatividade na defesa dos princípios e dos interesses das cooperativas, o Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A OCB é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na capital federal. Foi fundada em 1969, resultado da fusão da União Nacional das

Associações de Cooperativas (UNASCO) e da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP), entidades que representavam o cooperativismo até aquela data.

Implantado juridicamente em 16 de dezembro de 1971, através da Lei 5.764, o Sistema OCB atua também como órgão técnico-consultivo do governo, congregando todas as Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs), que são as entidades estaduais que possuem características iguais à OCB.

Em nível internacional a OCB é filiada à Organização das Cooperativas das Américas (OCA) e à Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esta estrutura dá ao sistema a representatividade por uma grande rede internacional (OCB, 1996b).

A estrutura do cooperativismo brasileiro, compõe-se de três modalidades, definidas e caracterizadas pelos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei 5.764/71:

a) Cooperativas singulares (cooperativas de primeiro grau) - são constituídas por pelo menos 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou ainda aquelas sem fins lucrativos. Caracterizam-se pela prestação direta de serviços aos associados.

b) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas (cooperativas de segundo grau) - aquelas constituídas de, no mínimo três cooperativas singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais.

c) Confederações de cooperativas (cooperativas de terceiro grau) - aquelas constituídas de pelo menos, três federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

A partir desta estrutura são criados os ramos em função das atividades. De forma geral, de acordo com a Lei 5764/71 em seu art. 10, as cooperativas

são definidas em seus tipos ou ramos, de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas.

No Brasil, atualmente existem 12 tipos de cooperativas atuando nos mais diversos ramos. Os seus campos de atuação, considerando as definições dadas pela OCB são:

a) agropecuário - nesse ramo se associam produtores rurais para a execução das etapas que envolvem a agricultura ou a pecuária, tais como a compra de sementes, o beneficiamento, o armazenamento da produção e o escoamento da safra. Essas tarefas podem ser executadas pela cooperativa. O resultado é a maior probabilidade de sucesso na comercialização do produto. São consideradas também cooperativas agropecuárias as de pesca;

b) consumo - é a cooperativa que oferece aos seus associados bens de consumo em geral, a preços mais baixos que o mercado;

c) crédito - cooperativas de crédito urbano e rural. É uma alternativa ao sistema financeiro convencional, tendo em vista que pode oferecer empréstimos com juros mais baixos que os cobrados pelas instituições financeiras;

d) educacional – pode oferecer todos os níveis de ensino ou concentrar o serviço apenas em um tipo de atendimento, como, por exemplo, o pré-escolar, ou, ainda, oferecer cursos profissionalizantes. Também fazem parte desse ramo, as cooperativas de alunos de escola agrícola e cooperativas de pais de alunos;

e) especial - cooperativas de pessoas relativamente incapazes ou de menor idade (crianças, adolescentes, deficientes mentais, índios, etc.), portanto, não plenamente autogestionadas, necessitando de um tutor para o seu funcionamento;

f) habitacional - cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais;

g) mineral - tem como objetivo o trabalho de mineração e garimpagem. Esse ramo abrange, ainda, a indústria de pedras, com o beneficiamento e produção de bens, jóias e produtos semelhantes;

h) produção - cooperativas nas quais os meios de produção, explorados pelo quadro social, pertencem à cooperativa e os cooperados formam o seu quadro diretivo, técnico e funcional;

i) saúde - cooperativas de médicos, odontólogos, psicólogos e atividades afins;

j) serviços - cooperativas que têm como objetivo primordial prestar coletivamente um serviço de interesse dos próprios associados, buscando o desenvolvimento da área em que atuam;

k) trabalho - cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros, tais como auditores, cabeleireiros, catadores de lixo, contadores, doceiras, jornalistas, professores, transportadores de passageiros, etc.;

l) outras - cooperativas que não se enquadram nos ramos já existentes. Esta nomenclatura é mantida em aberto, pois o cooperativismo é um movimento complexo e dinâmico, sendo praticamente impossível enquadrá-lo numa nomenclatura fechada (OCB, 1996a e OCB, [199-]).

O cooperativismo compreende uma força expressiva na economia brasileira, representada por mais de 5.000 cooperativas com mais de 4,4 milhões de associados em seus diversos ramos, atuando em todas as regiões do Brasil e participando com 5,5% do Produto Interno Bruto, conforme Tabelas 1 e 2.

TABELA 1. Número de cooperativas, cooperados e funcionários, por região.

Região	Número de cooperativas	Número de cooperados	Número de funcionários
Norte	190	38.146	1.535
Nordeste	1.137	362.913	8.996
Centro-Oeste	325	155.504	9.449
Sudeste	2.434	2.643.431	72.237
Sul	1.016	1.228.931	59.252
Totais	5.102	4.428.925	151.469

Fonte: OCB/DETEC/Banco de Dados – Site ocb.org.br (1999)

TABELA 2. Número de cooperativas, cooperados e funcionários, por ramo

Ramo	Número de cooperativas	Número de cooperados	Número de funcionários
Agropecuário	1.408	1.028.378	108.370
Consumo	193	1.412.664	8.017
Crédito	890	825.911	5.800
Educacional	193	65.818	2.330
Energia e telecomunicações	187	523.179	5.161
Especial escolar	4	1.964	6
Habitacional	202	46.216	1.226
Mineração	15	4.027	24
Produção	91	4.372	35
Saúde	585	288.929	15.443
Trabalho	1.334	227.467	5.057
Totais	5.102	4.428.925	151.469

Fonte: OCB/DETEC/ Banco de Dados – Site ocb.org.br (1999)

No estado de Minas Gerais, o cooperativismo é representado por mais de 800 cooperativas com mais de 595 mil associados e, aproximadamente, 23 mil funcionários (Tabela 3). Destaca-se a participação do ramo agropecuário que representa 65% das receitas de todas as cooperativas.

O cooperativismo na região sul de Minas apresenta, basicamente, as mesmas características do restante do estado, ultrapassando a 150 cooperativas, com mais de 90 mil cooperados e 5 mil funcionários. O setor agropecuário

representa cerca de 31% do total de cooperativas, congregando mais de 53% dos associados e empregando quase 80% dos funcionários (Tabela 4).

TABELA 3. Número de cooperativas, cooperados, funcionários, patrimônio líquido e receitas, por ramo, em Minas Gerais.

Ramos	Número de cooperativas	Número de cooperados	Número de funcionários	Patrimônio líquido (mil R\$)	Receitas (mil R\$)
Agropecuário	213	170.747	12.330	1.455.311,67	3.988.192,03
Consumo	49	155.211	1.415	37.664,75	179.677,34
Educacional	39	10.338	399	12.291,25	47.559,38
Habitacional	12	2.424	03	227,85	180,44
Serviços	05	4.563	14	12.070,27	20.359,99
Mineral	03	50	00	0,00	0,00
Crédito	250	162.277	1.985	301.685,70	312.434,34
Saúde	109	36.341	2.035	45.265,70	687.495,77
Trabalho	178	52.668	585	7.070,18	93.238,44
Especial	00	00	00	0,00	0,00
Produção	00	00	00	0,00	0,00
Outras	16	871	4.181	61.120,04	785.437,92
Totais	874	595.500	22.947	1.932.707,47	6.114.575,65

Fonte: Banco de Dados OCEMG em números – Site ocemg.org.br (1999)

TABELA 4. Composição do cooperativismo por ramo na região sul de Minas Gerais

Cooperativas por ramo	Quant.	n.º associados	n.º funcionários
Agropecuário	48	48.164	4.032
Consumo	5	2.886	61
Educacional/Escola	7	2.173	63
Serviço	2	991	8
Crédito Rural e Crédito Mútuo	53	28.211	306
Saúde	23	6.624	378
Trabalho	14	876	7
Centrais e Federações	3	444	279
Totais	155	90.369	5.134

Fonte: OCEMG/Dados fornecidos ao autor (1998).

2.1.2.2 Legislação cooperativista

As primeiras leis sobre o cooperativismo não definiam especificamente o que era cooperativa, nem possuíam dispositivos que atribuíssem forma própria às mesmas. Confundia-se cooperativa (sociedade de pessoas) com sociedade anônima (Pereira, 1993).

Com o Decreto 22.239/32 o cooperativismo iniciou uma nova fase, de crescimento com apoio legal e institucional. Este decreto estabeleceu normas segundo o modelo de *Rochdale*, arrolando os princípios e as características que devem nortear a constituição das cooperativas, consagrando-lhes o embasamento doutrinário. É considerado de grande importância por ter introduzido a doutrina *rochdaleana* entre nós, sendo responsável pela repetição dos “princípios de *Rochdale*” em toda a legislação subsequente e, principalmente, porque garantiu às cooperativas margem razoável de liberdade de constituição e funcionamento, inclusive com incentivos fiscais (Pereira, 1993).

A Lei n.º 5.764, promulgada em 16 de dezembro de 1971, ainda em vigor, manteve a linha doutrinária do Decreto 22.239/32 e, define o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento, sistema de representação e órgãos de apoio. Enfim, contém todos os requisitos para a viabilização do Sistema Cooperativista Brasileiro (OCB, 1996b).

Apresentando adequada flexibilidade à renovação e modernização estrutural das cooperativas brasileiras, esta legislação, segundo Pinho (1982a) e Panzutti (1997), atribuí-lhes um caráter mais moderno e empresarial, condizente com o processo de modernização pelo qual passava a agricultura.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição da República, as cooperativas foram contempladas com a antiga reivindicação do fim da tutela estatal sobre o sistema, através da consagração da autogestão do sistema cooperativista brasileiro (Oliveira Júnior, 1992).

2.1.2.3 Autogestão e cooperativismo

Conceitualmente e por definição diferem na literatura o significado e o entendimento do que seja autogestão para as empresas privadas ou capitalistas e para o sistema cooperativista.

Segundo Albuquerque (1995), embora o termo autogestão já se tenha tornado corrente com a globalização das técnicas de administração, o seu significado permanece ainda bastante impreciso. O autor cita que ele aparece associado a processos produtivos, sendo também utilizado para descrever um fenômeno político. Também pode-se dizer que o termo autogestão é usado muito mais para designar uma matriz de conhecimento relacionada a determinados métodos ou técnicas administrativas.

Com efeito, no quadro de globalização da economia, a transformação dos processos de produção e novas técnicas de administração (como a “administração participativa”, “qualidade total”, “just in time”, “kanban”) nas empresas se legitima por um discurso neoliberal que, por centrar-se sobre princípios de liberalização, abertura internacional, flexibilidade e privatização dos sistemas produtivos econômicos nacionais, a autogestão se apresenta como explicação da mudança e símbolo de modernidade (Albuquerque, 1995).

A autogestão passa a significar, segundo os princípios neoliberais, uma utilização mais intensa de novas tecnologias, uma liberalização no uso dos fatores de produção e uma aceleração de rotação do capital das empresas que trazem como argumentos principais a redução dos defeitos, aumento da produção e da produtividade (Albuquerque, 1995).

Pinho (1982a), além do raciocínio semelhante com relação às novas técnicas de gestão que denomina “*self-management*”, menciona que a autogestão está presente nos mais diferentes movimentos sociais, imbuída de conteúdo doutrinário e comportando aspectos ao mesmo tempo econômicos, sociais e políticos.

Para Albuquerque (1995), é preciso ficar claro que as novas técnicas de organização do trabalho indicam e expressam um poder social conservador de cima para baixo. Desta forma, a autogestão é, na verdade, uma co-gestão, sendo uma técnica de administração, uma forma de associação entre partes, ditas parceiras, com o fito de alcançar resultados. Difere, portanto, da autogestão, que vem a ser uma forma de gestão pela qual o grupo governado, ao prescindir de um corpo exclusivamente governante, assume a direção de seus destinos.

Assim, literalmente, a palavra autogestão pode ser entendida como sendo o governo de si mesmo e etimologicamente significa a administração por conta própria, sem intervenção por parte de terceiros (Pereira, 1993).

A autogestão cooperativa pode ser entendida como a gestão de uma cooperativa realizada por seus próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, característica que marca todas as cooperativas desde os seus primórdios (Pinho, 1982a).

Com relação ao Sistema Cooperativista Brasileiro, a expressão autogestão é utilizada para designar a entrega da administração do sistema cooperativo aos próprios cooperativistas, em substituição à supervisão e controle por parte do governo, devendo, conforme definido em Koslovski (1992:61), *“ser entendida como os próprios cooperados, líderes e dirigentes assumirem a total responsabilidade pela gestão da cooperativa, sem a necessidade da interferência estatal em seu funcionamento”*.

A legislação que através dos tempos regulamentou o cooperativismo sempre manteve o atrelamento da atividade ao governo. Ora mais, ora menos, o governo mantinha sobre as cooperativas um controle até exagerado, bem diferente do tratamento dispensado a outras atividades econômicas.

As disposições da Lei n.º 5.764/71 estabelecem a interferência estatal sobre o cooperativismo. O art. 17 diz que a constituição de uma cooperativa

depende da “Autorização de Funcionamento” apresentada ao respectivo órgão executivo federal de controle. Já o art. 92 determina que a fiscalização e o controle das sociedades cooperativas serão exercidos por órgãos federais, de acordo com o objeto de funcionamento.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, determinou-se o fim da interferência do Estado nas cooperativas. O art. 5º, inciso XVIII, trata da autonomia do cooperativismo, livrando as cooperativas da tutela estatal:

*Art. 5º - “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
Inc. XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.”*

Assim, todo o processo de constituição, funcionamento e liquidação das cooperativas passou a ser responsabilidade do Sistema Cooperativista.

Por outro lado, como colocado por Oliveira Júnior (1992), OCB (1996b) e Zylberstajn (1996), a melhora da eficiência empresarial passou a ser um aspecto fundamental para as cooperativas, com uma gestão interna alinhada com as necessidades complexas de uma grande organização, com administrações transparentes perante o quadro social e o autocontrole através de um conselho fiscal competente e atuante.

Porém, cabe às cooperativas dimensionarem para si o que é autogestão, não confundir o processo, pois a autogestão através da participação proposta pela maior parte dos modelos autogerenciáveis reduz-se a uma representatividade falaciosa, porque reside no distanciamento entre representantes e representados, tanto nas empresas associativas como não associativas e a autogestão implica a explicitação de um modelo de eficácia

organizacional que não se reduza a indicadores ou medidas isoladas e burocráticas (Albuquerque, 1995).

Sendo, porém, uma atividade de características peculiares, ressalta Rodrigues (1997), as cooperativas compõem o único setor da economia cuja doutrina tem sua ênfase no equilíbrio entre o econômico e o social, que é o seu primeiro problema frente à globalização, ou seja, elas terão que ser eficientes e competitivas. Isto implicará basicamente em aprimoramento da gestão, redução de custos, demissão de funcionários, demissão de maus cooperados e tratamento diferenciado para os associados em função do tamanho, eficiência e reciprocidade. Ressalta ainda que, espera-se, contudo, que o objetivo maior da modernização das cooperativas não leve ao sacrifício dos ideais cooperativistas e também que se preserve o pequeno produtor rural, afirmando que:

“é preciso fazer forte campanha institucional de defesa do cooperativismo, reafirmando a diferença cooperativa, a sua verdadeira força, que é a vertente social. Naturalmente, o sistema precisa se autogestionar, reduzindo os riscos de desastre em cooperativas mal administradas ou sem escala para competir”.

Manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado é, na visão de Zylberstajn (1994), o desafio para as estruturas cooperativas modernas.

Para Gramacho (1997:14), esse processo de adaptação dependerá do papel e da atuação das cooperativas:

“adaptar-se a mudanças tão importantes é um desafio portentoso. Especialmente quando enfocam as atividades rurais e a pequena produção agrícola, permanentemente ameaçada de se ver excluída de um novo processo de produção e comercialização mais e mais exigente em capitais e tecnologia de ponta”.

2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

2.2.1 Contabilidade nas cooperativas

A contabilidade pode ser comparada como o “Diário de Bordo” de uma empresa, tendo a função de:

- a. registrar os eventos que ocorrem na empresa e que possam ser expressos em termos monetários;
- b. agrupar e resumir os dados;
- c. informar os reflexos dos eventos na situação econômico-financeira.

A contabilidade é, pois, a ciência especialmente concebida para registrar, acumular, resumir e interpretar fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de uma empresa (Chinen, 1986).

Stecca (1982) destaca a função informativa da contabilidade, que constitui um elemento diretivo e indispensável à administração, exercendo papel preponderante no contexto administrativo, fornecendo base para os confrontos operacionais, avaliação de desempenho dos recursos e guia do administrador para o planejamento. Conclui o autor que ou a direção de uma empresa toma decisões fundamentadas em números e resultados concretos fornecidos pela contabilidade ou decide às cegas, baseada em simples intuição.

Para Mendes (1986), na administração moderna, a contabilidade é um dos instrumentos usados para medir a eficiência e a eficácia de uma gestão.

Nas cooperativas, a contabilidade está revestida do mesmo papel e importância, sendo, segundo Benato (1993), o centro de informações da cooperativa. Para ela convergem todos os dados operacionais, que serão gerenciados pelo Sistema Orçamentário. O autor destaca dois aspectos da contabilidade: o *gerencial*, que é o fornecimento de informações variadas para a tomada de decisões e o *convencional*, que se destina a satisfazer as exigências legais em relação aos usuários da contabilidade.

Não há um sistema contábil específico para as cooperativas. O processo de registro dos atos e fatos contábeis segue o que determina a Lei n.º 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. Pereira (1997) observou que, no Brasil, tanto no campo teórico como prático, a ênfase dada à contabilidade das sociedades cooperativas é sobre o aspecto econômico-financeiro, seguindo muito de perto as tendências das empresas capitalistas. Isto ocorre em virtude da falta de conhecimento ou envolvimento dos contadores com a doutrina cooperativista e também ao fato da Lei n.º 5.764/71 prestar à contabilidade uma atenção muito secundária.

Destacam-se na legislação o art. 22, que trata dos livros que a cooperativa deverá possuir; o art. 44 que trata da Assembléia Geral Ordinária, da apresentação do Balanço, do Demonstrativo de Sobras e Perdas e a destinação das sobras; o art. 112 que estabelece que o Balanço Geral e o Relatório do Exercício encaminhados aos órgãos de controle deverão ser acompanhados de parecer emitido por um serviço independente de auditoria.

O objetivo básico de uma cooperativa é o retorno social para os seus cooperados. Como o cooperativismo contém os ideais econômico e social, para se atingir o ideal social requer-se primeiro passar pelos ideais econômicos. Conseguem-se resultados econômicos com sucesso e eficiência em grande parte graças a uma boa administração. É neste aspecto que se insere a contabilidade, como uma das ferramentas vitais da administração.

Segundo Magalhães (1972), o que diferencia a Contabilidade Geral da Contabilidade de Cooperativas são peculiaridades, que são orientadas pela subordinação da contabilidade à Doutrina Cooperativa, destacando-se a variabilidade do capital social, inaccessibilidade das quotas-partes de capital a terceiros, estranhos à sociedade, as cooperativas não visam o lucro, apuração do resultado e o retorno das sobras líquidas.

2.2.2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são peças documentais oriundas dos registros ou escriturações das transações realizadas numa atividade empresarial num determinado período, apresentando com clareza a posição financeira e patrimonial de uma empresa, permitindo, a quem interessar, o reconhecimento e análise dos componentes financeiros que conduziram ou conduzirão às sobras ou às perdas (OCB, 1995).

A Lei n.º 6404 de 15 de dezembro de 1976, criada para regulamentar as Sociedades por Ações, é que estabelece as normas, princípios contábeis e a obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras. Esta legislação foi estendida através do Decreto-Lei 1.598 de 26 de dezembro de 1977 para os demais tipos de sociedades que se submetessem à tributação do imposto de renda com base no lucro real (Iudícibus et al., 1983).

Atualmente, todas as pessoas jurídicas, independente da modalidade de tributação a que estão submetidas (lucro real, lucro presumido ou SIMPLES) seguem as normas e procedimentos contábeis estabelecidos na Lei 6.404/76.

Assim, todas as empresas no Brasil elaboram e divulgam, quando obrigadas, as seguintes demonstrações financeiras sob a forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, em seu art. 176:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração do resultado do exercício;
- III. demonstração das origens e aplicações de recursos;
- IV. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (que pode opcionalmente ser substituída pela demonstração das mutações do patrimônio líquido).

Nas sociedades cooperativas, segundo Pereira (1993), seguem-se basicamente os mesmos critérios de elaboração das demonstrações financeiras dos demais tipos de sociedades, acompanhando essencialmente as determinações emanadas das legislações a elas direcionadas. Não são contemplados e considerados os aspectos específicos da atividade, como o social.

A obrigatoriedade quanto à elaboração das demonstrações financeiras pode ser um fator que diferencia as cooperativas dos demais tipos de sociedade. Algumas são obrigatórias, sendo que outras, apesar de serem importantes para os administradores e associados, são de elaboração opcional. As demonstrações devem ser elaboradas ao final de cada exercício social, com base na escrituração contábil da cooperativa, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da cooperativa e as mutações ocorridas no exercício. As demonstrações financeiras de elaboração obrigatória para as cooperativas são:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração do resultado do exercício;

As demais demonstrações financeiras são de elaboração opcional:

- I. demonstração das sobras ou perdas à disposição da AGO;
- II. demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- III. demonstração das origens e aplicações de recursos;
- IV. notas explicativas às demonstrações contábeis.

Para conceituar as demonstrações financeiras a seguir, recorreremos aos conceitos explicitados em Chinen (1986), FIPECAFI (1994), Franco (1980), Gitman (1987), Iudicibus et al. (1983), Leite (1994), Magalhães (1972), Matarazzo (1997), Matulis (1982), Mendes (1986), Sá (1973), Sanvicente (1987), Silva (1996), entre outros autores.

Balanço Patrimonial: destina-se a evidenciar quantitativa e qualitativamente a posição patrimonial e financeira da cooperativa em uma determinada data, representando, portanto, uma posição estática. É a demonstração que encerra a seqüência dos procedimentos contábeis, apresentando de forma ordenada os três elementos componentes do patrimônio: Ativo (bens e direitos), Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido (diferença entre o Ativo e o Passivo).

O balanço mostra as fontes de onde vieram os recursos utilizados para a cooperativa operar (Passivo e Patrimônio Líquido) e os bens e direitos em que esses recursos se acham investidos (Ativos). A evidência dos termos fontes e investimentos de recursos é altamente desejável do ângulo da Análise das Demonstrações Financeiras, visto que analisá-las é, em grande parte, avaliar a adequação entre as diversas fontes e os investimentos efetuados.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): é um demonstrativo dinâmico e sucinto que se destina a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período (exercício social) de operações da cooperativa. Envolve toda a movimentação ocorrida no Patrimônio Líquido da cooperativa no intervalo compreendido entre dois balanços sucessivos e consecutivos, cuja finalidade precípua é a de permitir avaliar o desempenho da administração de tempos em tempos, através da apuração do resultado líquido do período, ou seja, as sobras ou perdas.

A DRE retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário (fluxo de dinheiro). As receitas e despesas são consideradas independente da entrada ou desembolso de dinheiro, observando-se o princípio de competência, conforme determinado no parágrafo 1º do artigo 187 da Lei 6.404/76.

Em resumo, a DRE demonstra como foram obtidas as sobras a partir das receitas (vendas e prestação de serviços), deduzindo-se todos os custos e

despesas. A contabilidade, com os dois relatórios, o Balanço Patrimonial e a DRE, um completando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial-econômico-financeira das cooperativas.

Demonstração de Sobras ou Perdas à Disposição da AGO: é destinada a evidenciar as mutações ocorridas nos resultados das cooperativas. Faz a ligação entre a DRE anterior e a atual, para evidenciar a movimentação da conta Sobras ou Perdas acumuladas que figura no balanço.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: evidencia as mutações ocorridas durante o exercício nas contas componentes do Patrimônio Líquido ocorridas entre dois balanços, independentemente da origem da variação, fazendo clara indicação do fluxo entre contas.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR): tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada principalmente as informações relativas às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício e evidenciar as alterações na posição financeira da cooperativa.

Notas Explicativas da Diretoria: visam fornecer as informações complementares às demonstrações financeiras e necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados de exercício, ou ainda, para menção de fatos que possam alterar futuramente tal situação patrimonial.

Verifica-se que as Demonstrações Financeiras estabelecidas pela Lei n.º 6404/76 evidenciam basicamente os aspectos econômicos e financeiros das empresas.

Pereira (1993, 1994, 1995 e 1997) levanta questionamentos sobre a necessidade de contabilização, apresentação e demonstração de informações que evidenciem os aspectos sociais das empresas. Também destaca a dupla dimensão das cooperativas como sociedades de fins econômicos e sociais, citando que o ideal é manter um equilíbrio dentro dos dois enfoques, avaliando-se o desempenho, tanto das atividades econômico-financeiras, quanto das atividades sociais. Sugere a contabilização e controle dos gastos sociais das cooperativas, através de adaptações aos modelos de demonstrações financeiras existentes e propõe novos modelos. Com a contabilização e controle dos gastos sociais, as cooperativas podem fornecer aos seus associados, ao Governo e à própria comunidade, além de sua situação econômica, o resultado de suas atividades sociais, considerando ser esta talvez o verdadeiro sentido de sua existência na condição de entidade sem fim lucrativo.

As adaptações das demonstrações financeiras abrangem basicamente alterações no Ativo (grupo do Permanente - Imobilizado) e nas Reservas (Grupo do Patrimônio Líquido).

O Ativo Permanente Imobilizado, que demonstra os bens e direitos destinados à manutenção das atividades da cooperativa, seria segregado em Ativo Permanente Imobilizado Operacional e Ativo Permanente Imobilizado Social.

A conta Reservas, que agrega todas as Reservas e Fundos, constituídos com sobras ou não, por disposição legal ou de assembléias, conforme previsto no artigo n.º 28 da Lei n.º 5.746/7, também seria segregada, tendo como objetivo principal canalizar as origens dos recursos originários das sobras e destinadas a suprir as verbas direcionadas à função social, sendo demonstrada através da Reserva de Assistência Técnica, Social e Educacional (RATES) e do Fundo de Assistência Técnica, Social e Educacional (FATES).



Pereira (1993, 1994, 1995 e 1997) propõe também um novo demonstrativo, a “Demonstração de Movimentação do FATES”, com a finalidade de informar em cada exercício social, ou em cada período considerado, a movimentação de operações da cooperativa em seu aspecto social.

Destaca-se assim a necessidade das cooperativas demonstrarem e quantificarem o aspecto social de sua atividade. Desta forma, a análise das demonstrações financeiras das cooperativas ganharia um novo e importante ingrediente a ser usado para fins de comparação e confrontação. Apesar de ser, segundo Pereira (1997:20), uma

“tentativa de contribuição à contabilidade das Sociedades Cooperativas, com o objetivo básico de sugerir a elaboração dos Demonstrativos Contábeis que possam refletir a posição do Movimento Cooperativista Brasileiro, com seus princípios doutrinários e normas específicas”

esta proposta representa um avanço e também um alerta para que estudos realizados na área das cooperativas não deixem de considerar os aspectos sociais da atividade.

2.2.3 Balanço social

Os questionamentos de Pereira (1993, 1994, 1995 e 1997) quanto à necessidade das cooperativas evidenciarem em suas demonstrações financeiras os aspectos sociais de suas atividades, não são um fato isolado para um tipo específico de atividade econômica.

Diversos profissionais e estudiosos têm se lançado na defesa da necessidade, para alguns obrigatoriedade, de que empresas dos mais diversos tipos passem a divulgar em suas demonstrações financeiras ou junto com elas, os aspectos sociais de suas atividades. As demonstrações financeiras previstas na legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) concentram-se na otimização dos lucros, o que, felizmente, é um conceito que as empresas começam a repensar, à medida

que há uma conscientização sobre a necessidade de tornar público, além do desempenho econômico-financeiro, o desempenho social (Perottoni e Cunha, 1997).

Segundo Mendes (1997), a obrigação legal de publicar as demonstrações financeiras visa apenas à proteção do investidor, dando maior segurança aos donos do capital. Destaca-se, portanto, a necessidade de encontrar uma fórmula de mostrar à sociedade o real valor das empresas e a responsabilidade social que pesa sobre quem as dirige.

O instrumento defendido por pesquisadores, estudiosos e políticos, para demonstrar o desempenho social das empresas é o balanço social. Mas o que é Balanço Social?

Várias são as definições e, tomando-as como referência, podemos colocar que trata-se de uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestional, composta por um conjunto de informações econômicas e sociais que tem como objetivo divulgar as informações quantitativas e qualitativas sobre o desempenho econômico-financeiro-social das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

Em sua concepção mais ampla, o balanço social envolve, na visão de Ribeiro e Lisboa (1999), a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para a sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade, a economia local e os recursos humanos.

O balanço social é publicado por algumas empresas dos Estados Unidos desde o início da década de 1960, sendo que foi naquele País que pela primeira vez a noção de responsabilidade social deu lugar ao debate (Tinoco, 1984).

Na França (único país em que a publicação é obrigatória) e na Alemanha o balanço social começou a ser publicado ao final da década de 1960. Em outros países da Europa, entre eles Espanha, Bélgica, Inglaterra, Portugal e Suécia, as empresas também publicam relatórios com informações sociais.

No Brasil ainda não há obrigatoriedade para as empresas publicarem o balanço social. No entanto, segundo Cunha e Perottoni (1997), atualmente algumas empresas, já reconhecendo a importância e os benefícios de demonstrações que evidenciem os aspectos sociais da atividade, estão divulgando-as, mesmo que de forma resumida, com criatividade própria, de maneira não uniforme, merecendo aplausos e reconhecimento.

As novas exigências do mercado, por influência da globalização que leva a um público mais consciente e a investidores mais exigentes e preparados, têm levado as organizações, conforme afirma Kroetz (1998), a publicarem suas demonstrações evidenciando aspectos qualitativos do patrimônio e a preocupação com o bem-estar social e ambiental.

Atualmente tramitam no Congresso Nacional dois projetos sobre o assunto. O primeiro é o projeto de lei do Senado, n.º 117, de 1996, que dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências, de autoria do Senador Ney Suassuna. O segundo é o projeto de lei n.º 3.116, de 1997, que cria o balanço social para as empresas privadas com mais de cem empregados e para as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independente do número de empregados, de autoria das Deputadas Federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling.

Há também, segundo Kroetz (1998), nas propostas de alteração na Lei n.º 6.404/76, tornar obrigatória a publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado (esta parte integrante da informação social).

Para Perottoni (1998), não deveria existir uma legislação que tornasse obrigatória a divulgação das atividades sociais realizadas pelas empresas. A publicação deveria ser compulsória, sendo que a receptividade e os resultados

obtidos junto ao público seriam fatores motivadores. O pré-estabelecimento de normas faz com que as informações se limitem somente ao estritamente exigido pela legislação, colocando em risco o que se busca, que é uma relação direta e livre entre capital e trabalho.

Suplicy (1997) afirma que está na hora de inserir na legislação um dispositivo que possibilite a averiguação da realidade dentro e fora das empresas e também como andam as relações com os empregados e com a comunidade na qual a empresa está inserida. Destaca que o objetivo das empresas continua a ser o lucro, mas há uma conscientização cada vez maior de que o lucro não se consome à custa da saúde do trabalhador ou da poluição do meio-ambiente.

O tema já tem levado, inclusive, a mudanças nos critérios de análise das empresas, tanto que na publicação Maiores e Melhores, da Revista Exame, edição de 1998, para o cálculo da excelência empresarial foi criado um índice que considera o valor da “riqueza” (valor adicionado) gerado pela empresa e um outro que computa o valor adicionado por empregado, que representa uma medida da efetiva contribuição da empresa ao PIB (crescimento da riqueza) do país.

Teixeira (1980) ressalta a importância do balanço social para as empresas da América Latina:

“É necessário desenvolver a tomada de consciência dos empresários para que a gestão empresarial integral inclua necessária e obrigatoriamente a sua responsabilidade social.” . . . “Hoje não se pode deixar de ter a concepção fundamental de que a gestão integral da empresa abrange tanto o econômico como o social.”

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras (para alguns autores análise de balanços) surgiu no final do século passado. Desenvolveu-se inicialmente, segundo Matarazzo (1997), dentro do sistema bancário norte-americano, a partir do momento em que os banqueiros passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos. Era realizada de forma incipiente no início, principalmente devido à falta de uniformidade nas disposições, na terminologia e na classificação das rubricas, mas com o passar do tempo e com o desenvolvimento de novos índices, a análise de balanços chegou à importância que hoje tem na avaliação da eficiência das empresas. A partir de 1931, a *Dun & Bradstreet* passou a elaborar e divulgar índices-padrão para diversos ramos de atividade nos Estados Unidos.

No Brasil, a análise de balanços ganhou maior impulso após 1968, pois, até então, era ainda um instrumento pouco usado na prática. O fator importante e de impulso para o uso da análise financeira no Brasil foi a criação da Centralização de Serviços dos Bancos S.A. (SERASA), empresa que passou a operar como central de análise de balanços para os bancos comerciais.

A análise das demonstrações financeiras não se resume, porém, a um mero instrumento de verificação da capacidade de solvência e liquidez das empresas. É ainda mais importante quando aplicada para avaliar a eficiência empresarial das organizações.

Segundo Cunha (1987), as demonstrações financeiras são demonstrativos sintéticos e estáticos dos componentes patrimoniais e de suas variações e não oferecem informações detalhadas sobre o estado patrimonial e suas variações. Daí, a necessidade da aplicação da técnica contábil denominada análise de balanços.

Já, para Treuherz (1987), as demonstrações financeiras não são peças estáticas, representativas do passado das empresas, mas representam fonte de informações que propiciarão melhores correções de erros e que conduzirão à tomada de decisões. A análise dos dados e informações das demonstrações financeiras de períodos passados poderá modificar os caminhos que a empresa segue, abrindo espaço para planos de ação futura.

A importância das demonstrações financeiras está no fato de informarem a situação da empresa em determinado momento, sendo sua análise útil para antecipar ações, proporcionando o planejamento de ações futuras, representando o primeiro passo na análise e avaliação de uma empresa (Brigham e Gapenski, 1991).

As demonstrações financeiras fornecem dados sobre a empresa. De acordo com as regras contábeis, esses dados seriam, como afirma Matarazzo (1997:18), *“números ou descrição de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor”*. Desta forma, o objetivo da análise de balanços é transformar esses dados em informações que *“representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão . . .”* e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir. A Figura 1 representa essa idéia.

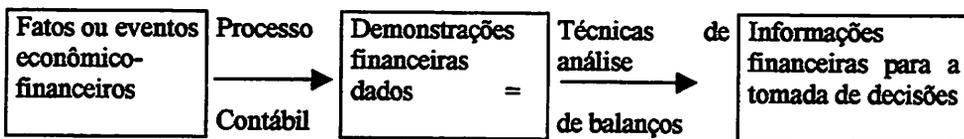


FIGURA 1: Seqüência do processo contábil

Fonte: Matarazzo (1997:18)

Assim, a análise das demonstrações financeiras, utilizando métodos e processos específicos, na concepção de Franco (1980), permite recompor, comparar e interpretar o conteúdo das demonstrações contábeis, fornecendo

informações analíticas e úteis, não somente a administradores e titulares do patrimônio, mas a todos os que com este mantêm relações de interesses.

Desta forma, através da análise de balanços tem-se uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada, permitindo estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. Também é de primordial importância, portanto, para todos que pretendam relacionar-se com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até como empregados.

A análise financeira, na visão de Cunha (1987), permite o exame, o estudo e a análise do desempenho da empresa, obtendo também indicações valiosas para a estimativa das perspectivas econômicas e financeiras, sendo um dos elementos mais importantes na tomada de decisões. Considera esse autor, que o diagnóstico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa análise de balanços cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, a apresentação de um esboço das prioridades para a solução de problemas.

Sendo o processo de tomada de decisão uma das funções importantes da administração de qualquer empresa, no momento da decisão o administrador deve ter em mãos uma série de dados e informações sobre a situação global da empresa. Como praticamente todas as decisões envolvem ou têm motivos financeiros, o administrador necessitará de um conjunto de dados sobre a situação financeira da empresa.

As empresas cooperativas, mesmo que tenham um processo de tomada de decisão diferente das empresas capitalistas, devem fazer uso das informações financeiras como uma rotina em suas decisões. Considerando que a maioria dos associados pouco ou nada conhecem das demonstrações publicadas pelas cooperativas, o uso da análise financeira acompanhada de relatórios com notas explicativas, além de permitir ao cooperado conhecer melhor a situação da

cooperativa, facilita sua participação nas assembléias, momento em que participa do processo de tomada de decisão.

Tanto os administradores como os cooperados terão nas análises das demonstrações financeiras um retrato da situação passada da cooperativa e a avaliação das tendências, que serão o ponto de apoio fundamental para suas decisões.

Ao se proceder à análise das demonstrações financeiras, deve-se considerar que, basicamente, as intenções de uma empresa capitalista têm duplo caráter: desempenho econômico e capacidade de pagamento, ou seja, rentabilidade e liquidez, simultaneamente. Como, modernamente, as cooperativas concorrem com as empresas não-cooperativas, elas também estão expostas ao célebre complexo: rentabilidade x liquidez (Santos, 1986).

De acordo com Santos (1986), como o objetivo dos empreendimentos é econômico e financeiro, uma análise só terá cumprido sua função se contemplar esta duplicidade. Assim, o objetivo da análise de balanços é pesquisar e interpretar as organizações a partir de seu perfil econômico-financeiro.

O objetivo econômico da empresa cooperativa é atingir a eficácia cooperativista, que abrange os conceitos de produtividade, eficiência e bem-estar do cooperado. O desempenho econômico da cooperativa é atingido através dos princípios básicos das empresas cooperativistas (Pinho, 1977 e Santos, 1986) que são:

- a. adesão livre,
- b. gestão democrática,
- c. distribuição das sobras líquidas,
- d. taxa limitada de juros ao capital social,
- e. constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral,

f. ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Assim, além do desempenho operacional, tem-se que levar em conta os objetivos específicos da cooperativa, que não visa o lucro e nem prioriza o capital dos associados-proprietários (Santos, 1986). Já o objetivo de liquidez da empresa cooperativa, em tese, é o mesmo da empresa não cooperativa, ou seja, irá representar a necessidade de recursos em disponibilidade suficiente para pagar os compromissos assumidos. Desta forma, é através da análise das demonstrações financeiras que pode-se melhor interpretar o perfil econômico e financeiro das cooperativas.

Entretanto, a empresa cooperativa apresenta um duplo aspecto, ou seja, combina os caracteres de associação e empresa. Esta dupla dimensão está evidenciada na própria legislação, pois, de acordo com os arts. 3º e 4º da Lei 5.764/71, a cooperativa é uma sociedade de pessoas, com forma jurídica própria e natureza civil, constituída para prestar serviços aos associados através de uma atividade econômica sem objetivo de lucro (Pinho, 1986).

Assim, ao se proceder a análise das demonstrações financeiras das cooperativas, consideram-se os aspectos econômico-financeiros para avaliar a cooperativa enquanto empresa. Por outro lado, o desempenho como associação é avaliado a partir de seus aspectos sociais.

Segundo Oliveira Júnior (1992:5), o *“desenvolvimento de um modelo de avaliação da eficiência empresarial das cooperativas é sem dúvida difícil e ao mesmo tempo extremamente importante.”* Difícil porque as cooperativas são organizações muito complexas em todos os seus aspectos econômicos, sociais, políticos e nas suas relações e interdependências com o ambiente externo e em nível interno. Dessa forma, tornam sua amplitude analítica bem mais ampla que a das demais organizações.

O autor propõe um modelo de avaliação da eficiência empresarial das cooperativas brasileiras que representa uma contribuição ao processo de autogestão dessas organizações e um marco referencial de conceituação organizacional das empresas cooperativas ao considerar os macrofatores que influenciam o seu desempenho e eficiência.

A análise das demonstrações financeiras se processa através do uso de índices, de cálculos e da elaboração de relatórios de análise.

No caso das cooperativas, segue-se basicamente o mesmo conjunto de índices aplicados à análise das empresas privadas no que se refere aos aspectos econômico-financeiros. Quanto aos aspectos sociais, iremos recorrer aos índices propostos por Oliveira Júnior (1992) e Pinho (1982b), que apresentam semelhanças com os critérios propostos para a avaliação dos aspectos sociais das empresas privadas, através do balanço social.

2.3.1 Análise através de índices

Para Matarazzo (1997) e Silva (1996), índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, visando evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira da empresa, o que permite construir um quadro de avaliação através de informações que não seriam visualizadas diretamente nas demonstrações financeiras. Dentro deste aspecto, Gitman (1987) destaca a importância da análise dos índices financeiros para os acionistas, credores e pela administração.

Os índices econômico-financeiros são utilizados em várias publicações especializadas, como as revistas Exame (“Maiores e Melhores”), Agroanalysis (“Ranking das Cooperativas”) e Conjuntura Econômica (“As 500 maiores empresas do Brasil”), que buscam avaliar a evolução e o desempenho das empresas. Convém destacar que nas revistas Exame e Conjuntura Econômica, também são avaliadas algumas cooperativas.

O uso e o cálculo de índices econômico-financeiros permitem o acompanhamento ano a ano da atividade de uma empresa, possibilitando a análise de seu desempenho, se as metas estão sendo atingidas, a tendência de seu crescimento e também a comparação com índices de outras empresas ou com índices de seu setor de atuação. Assim, segundo Matarazzo (1997), o índice financeiro serve como um alerta. Muitas vezes, um endividamento elevado não significa que a empresa esteja à beira da insolvência.

Segundo Santos (1986), Gitman (1987) e Leite (1994), não é possível proceder a análise financeira através de índices a partir de um único balanço, havendo duas maneiras de usar índices financeiros: (1) através de *análise comparativa ou externa*, que envolve a comparação dos índices financeiros de diferentes empresas no mesmo instante, ou seja, é a análise do desempenho em relação à concorrência, que pode envolver também a comparação dos índices da empresa com a média do setor onde ela atua e, (2) *numa análise de série temporal ou interna*, que é feita quando o analista financeiro mede o desempenho da empresa ao longo do tempo, com o objetivo de determinar se a empresa está tendo progresso de acordo com o planejado, ao longo de um período definido.

Os indicadores econômicos e financeiros são muito importantes para que os administradores analisem o desempenho econômico e a capacidade de pagamento da cooperativa. Referem-se, sobretudo, à rentabilidade e à liquidez, correspondendo ao enfoque da cooperativa como empresa (Santos, 1986).

A verificação dos aspectos econômicos e financeiros de uma cooperativa pode ser efetuada, segundo Pinho (1982b), pela utilização de diversos índices de análise de suas demonstrações financeiras. Assim, poder-se-á medir sua produtividade, eficácia administrativa, capacidade de crédito, realizar exames de natureza fiscal, estudar investimentos ou financiamentos, preconizar

fusões, incorporações ou desmembramentos, pesquisar as tendências de seu crescimento, sugerir reformas, etc.

A partir dessa linha de raciocínio, Matarazzo (1997) propõe a divisão da análise das demonstrações financeiras em análise da situação financeira e análise da situação econômica.

No campo específico das cooperativas, Oliveira Júnior (1992) esclarece que a avaliação da eficiência empresarial não pode restringir-se apenas aos aspectos econômicos e financeiros tradicionais. Para atender a todos os aspectos relevantes desse tipo de empresa, a avaliação deve levar em consideração suas características político-sociais que, se não afetam diretamente o desempenho administrativo cotidiano, afetam sensivelmente o desempenho estratégico e dos negócios.

Pinho (1982b e 1986) destaca a pluridimensionalidade das cooperativas em combinarem caracteres de associação e de empresa. Para compreender estes múltiplos aspectos pluridimensionais, é necessário examinar a cooperativa com base não apenas em indicadores econômicos e financeiros, mas também através de indicadores sociais ou cooperativos que procuram medir o aspecto da cooperativa como associação de pessoas.

Ainda segundo essa autora, na cooperativa estão interligados o econômico e o humano, o financeiro e o cultural, a associação de pessoas e a empresa econômica. Então, além da análise dos aspectos econômicos, é necessário analisar também aspectos humanos e sociais da associação embutida na empresa cooperativa.

Os índices sociais ou cooperativos possibilitarão medir a **Solidariedade Cooperativa** – a participação dos cooperados nas operações e nos programas econômicos da organização, as operações realizadas com parecer de outras cooperativas, a participação em seminários ou congressos cooperativistas, etc.; a **Democracia Cooperativa** – a participação dos associados nas reuniões dos

órgãos sociais, a renovação dos representantes no Conselho de Administração e Conselho Fiscal, as categorias representadas (por idade, sexo, profissão, etc.); a **Equidade Cooperativa** – que mostra as somas destinadas à formação dos empregados-associados e dos empregados não associados, a comparação com os salários pagos em outras cooperativas e empresas não-cooperativas e a representação dos trabalhadores nos órgãos sociais da cooperativa; finalmente, a **Educação Cooperativa** – que mostra as somas destinadas à formação dos empregados-associados e dos empregados não-associados (e seus filhos) para estágios, cursos de reciclagem, cursos técnicos intensivos, os tipos de assistência técnica e educativa e o número e amplitude de investimentos em programas de melhoria da atividade profissional ou técnica do associado.

Assim, ao se avaliar a eficiência de uma cooperativa, utilizar-se-ão índices que evidenciem os três aspectos de situação de sua eficiência: financeira, econômica e político-social, conforme demonstra a Figura 2.

PRINCIPAIS ASPECTOS REVELADOS PELOS ÍNDICES ECONÔMICOS, FINANCEIROS E SOCIAIS	
Situação Financeira	↗ ÍNDICES DE LIQUIDEZ
	→ ESTRUTURA DE CAPITAIS
	→ ENDIVIDAMENTO
	↘ CAPACIDADE OPERACIONAL
Situação Econômica	→ RENTABILIDADE
Situação Político - Social e Recursos humanos	↗ SOLIDARIEDADE COOPERATIVA
	→ DEMOCRACIA COOPERATIVA
	→ EQUIDADE COOPERATIVA
	↘ EDUCAÇÃO COOPERATIVA

FIGURA 2 - Aspectos revelados pelos índices de análise das Demonstrações Financeiras

Fonte: Matarazzo (1997), Oliveira Júnior (1992) e Pinho (1982b e 1986) - adaptado pelo autor.

O cálculo e interpretação das situações acima descritas são detalhadas através dos indicadores para avaliação da eficiência financeira (Tabela 5), dos indicadores para avaliação da eficiência econômica (Tabela 6) e dos indicadores para avaliação da eficiência político-social (Tabela 7). Dessa forma, analisa-se a cooperativa em suas duas dimensões básicas: a empresarial e a associativa.

Os índices utilizados neste trabalho para o cálculo das situações descritas anteriormente são definidos por Oliveira Júnior (1992), Silva (1996) e Matarazzo (1997), sendo os mesmos utilizados pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e pelo Programa de Monitoramento Financeiro e Administrativo de Cooperativas (PMCOOP), implantado pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) através do Projeto Novas Fronteiras do Cooperativismo (PNFC).

Com relação aos índices sociais, Pinho (1986) afirma ser possível ainda elaborar indicadores dos benefícios da cooperativa sobre a qualidade de vida dos cooperados, comparando-se em períodos diferentes o tipo de habitação, meios de locomoção, uso de eletrodomésticos, hábitos de consumo, despesas médias anuais com alimentação, moradia, transporte, vestuário; suas possibilidades de poupar e investir e o progresso tecnológico através de mudanças ocorridas em suas técnicas de plantio e colheita, emprego de fertilizantes, inseticidas, máquinas e produtividade.

Uma análise considerando estes aspectos seria de extrema importância, uma vez que a cooperativa não visa lucro mas, acima de qualquer outro objetivo, o retorno para o cooperado, ou seja, o seu progresso individual. Mensurar a melhora das condições de vida de cada cooperado é uma forma da cooperativa mostrar o retorno que lhes proporciona. Entretanto, este tipo de análise foge do escopo deste trabalho.

TABELA 5: Avaliação da eficiência financeira

ÍNDICES DE LIQUIDEZ				
Índice	Símbolo	Fórmula	indica	interpretação
a. Liquidez corrente	LC = $\frac{AC}{PC}$	$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	A capacidade da cooperativa fazer frente às suas obrigações a curto prazo (até um ano).	Quanto maior, melhor.
b. Liquidez seca	LS = $\frac{AC - E}{PC}$	$LS = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{estoques}}{\text{Passivo circulante}}$	A capacidade de pagamento da cooperativa no curto prazo, sem estoques.	Quanto maior, melhor.
c. Liquidez geral	LG = $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$	$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo exigível a longo prazo}}$	A capacidade da cooperativa de fazer frente às suas dívidas globais a longo prazo, sem usar seu ativo permanente.	Quanto maior, melhor.
d. Liquidez instantânea	LI = $\frac{D}{PC}$	$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo circulante}}$	Capacidade financeira imediata da cooperativa, ou seja, a capacidade que possa ter para liquidar, de uma só vez, suas obrigações a curto prazo.	Quanto maior, melhor.
e. Margem de garantia	MG = $\frac{A}{PC + PELP}$	$MG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo exigível a longo prazo}}$	Capacidade da cooperativa de cumprir suas obrigações com terceiros através da venda de todos os ativos.	Quanto maior, melhor.
f. Imobilização com recursos próprios	IRP = $\frac{AP}{PL}$	$IRP = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido}} \times 100$	Volume de imobilização do capital próprio.	Quanto menor, melhor.
g. Independência financeira	IF = $\frac{PL}{A} \times 100$	$IF = \frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Independência financeira da cooperativa quanto ao montante investido no seu ativo, em relação aos seus recursos próprios.	Quanto maior, melhor.

“... continua ...”

"TABELA 5, Cont."

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO				
Índice	Símbolo	Fórmula	Indica	Interpretação
a. Endividamento geral (participação do terceiros)	$EG = \frac{P - PL}{A} \times 100$	$EG = \frac{\text{Passivo} - \text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	A utilização de recursos externos para o financiamento dos investimentos da cooperativa, a curto e longo prazos.	Quanto menor, melhor.
b. Endividamento a longo prazo	$ELP = \frac{PELP}{A} \times 100$	$ELP = \frac{\text{Passivo exigível a longo prazo}}{\text{Ativo}} \times 100$	A utilização de recursos externos de longo prazo para o financiamento dos investimentos.	Não existem parâmetros ideais, mas quanto maior o índice, melhor o perfil de financiamento
c. Endividamento (Kanitz)	$EG = \frac{PE}{PL}$	$EG = \frac{\text{Passivo exigível}}{\text{Patrimônio líquido}}$	Grau de endividamento da cooperativa	Quanto menor, melhor
ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
Índice	Símbolo	Fórmula	Indica	Interpretação
a. Crescimento de receitas	$CR = \left\{ \left(\frac{RB(PA_t)}{RB(PA_{t-1})} \right) \times \left[\frac{Taxa}{100} - TI \right] - 100 \right\}$	$CR = \left\{ \left(\frac{\text{Receita bruta período atual}}{\text{Receita bruta período anterior}} \right) \times 100 \left[\frac{\text{Taxa}}{\text{inflação}} - \text{de} \right] - 100 \right\}$	O aumento real das atividades econômicas entre dois ou mais períodos.	A análise depende do crescimento do mercado. Qualquer crescimento real acima do PIB é considerado bom.
b. Prazo médio de cobrança	$PMC = \frac{DR(CP) \times n.^{\circ} \text{ dias}}{RL}$	$PMC = \frac{\text{Direitos realizáveis a curto prazo clientes} \times n.^{\circ} \text{ dias}}{\text{Receita líquida}}$	Prazo médio de recebimento dos direitos dos clientes (auxilia as políticas de crédito e cobrança da cooperativa).	Quanto menor, melhor.
c. Prazo médio de pagamento	$PMP = \frac{OF \times n.^{\circ} \text{ dias}}{CL}$	$PMP = \frac{\text{Obrigações com fornecedores} \times n.^{\circ} \text{ dias}}{\text{Compras líquidas}}$	Eficiência comercial da cooperativa em relação às compras.	Quanto menor, melhor.
d. Prazo médio de estoques	$PME = \frac{E \times n.^{\circ} \text{ dias}}{CPV}$	$PME = \frac{\text{Estoque} \times n.^{\circ} \text{ dias}}{\text{Custo dos produtos vendidos}}$	Eficiência ou a liquidez dos estoques da cooperativa.	Quanto menor, melhor.
e. Ciclo financeiro	$CF = PMC + PME - PMP$	$CF = \text{Prazo médio de cobrança} + \text{Prazo médio de estoque} - \text{Prazo médio de pagamento}$	Eficiência comercial da cooperativa em relação aos prazos médios de cobrança, de estoque e de pagamento	Quanto menor, melhor.

Fonte: Oliveira Júnior (1992), PNFC (1996), Silva (1996), Matarazzo (1997), adaptado pelo autor

TABELA 6. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA

ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO				
Índice	Símbolo	Fórmula	Índice	Interpretação
a. Margem bruta	$MB = \frac{RB - CPV}{RB} \times 100$	$MB = \frac{\text{Receita bruta} - \text{Custo produtos vendidos}}{\text{Receita bruta}} \times 100$	A margem operacional bruta, decorrente da variação dos estoques e custos operacionais diretos.	Quanto maior, melhor.
b. Despesas Operacionais sobre vendas	$DV = \frac{DO}{RB} \times 100$	$DVA = \frac{\text{Despesas operacionais}}{\text{Receita bruta}} \times 100$	A composição das despesas operacionais em relação à atividade econômica da cooperativa	Quanto menor, melhor.
c. Retorno sobre o investimento	$RI = \frac{SAD}{A} \times 100$	$RI = \frac{\text{Sobras antes das destinações}}{\text{Ativo}} \times 100$	Avaliação da capacidade da cooperativa de realizar resultados (sobras) em relação ao total dos ativos.	Quanto maior, melhor.
d. Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	$RPL = \frac{SAD}{PL} \times 100$	$RPL = \frac{\text{Sobras antes das destinações}}{\text{Patrimônio líquido}} \times 100$	A capacidade da cooperativa de remunerar o seu patrimônio líquido. Este indicador é importante para medir o custo/opportunidade da capitalização.	Quanto maior, melhor.
e. Giro dos ativos	$GA = \frac{RL}{A}$	$GA = \frac{\text{Receita líquida}}{\text{Ativo}}$	A capacidade operacional da cooperativa como um todo. Este indicador é fundamental para avaliar o retorno dos ativos.	Quanto maior, melhor.
f. Margem líquida	$ML = \frac{SAD}{RB} \times 100$	$ML = \frac{\text{Sobras antes das destinações}}{\text{Receita bruta}} \times 100$	A capacidade de realizar sobras líquidas em relação ao volume da atividade econômica (utilizar sobras antes das destinações estatutárias).	Quanto maior, melhor.
g. Fator de insolvência (Kanitz)	$FI-k = (RPL \times 0,05) + (LG \times 1,65) + (LS \times 3,55) - (LC \times 1,06) - (EG \times 0,33)$		Avaliação prévia do estado de solvência ou insolvência da cooperativa. É um indicador geral resultante da ponderação de cinco variáveis (indicadores parciais): Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), Liquidez Geral (LG), Liquidez Seca (LS), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Geral (EG), que determinam se a empresa está numa faixa perigosa ou não em termos de insolvência.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Oliveira Júnior (1992), PNFC (1996), Silva (1996), Matarazzo (1997), adaptado pelo autor

TABELA 7. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA POLÍTICO-SOCIAL

ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL				
Índice	Símbolo	Fórmula	Indica	Interpretação
a. Faturamento por associado	$FA = \frac{RL}{n.^{\circ} ATt}$	$FA = \frac{\text{Receita líquida}}{n.^{\circ} \text{ associados total}}$	A relação entre a atividade operacional e o número de associados.	Não existem parâmetros ideais. A análise deve ser comparativa com outras cooperativas.
b. Crescimento do quadro social	$CQS = \frac{n.^{\circ} AT (aat)}{n.^{\circ} AT (aa)}$	$CQS = \frac{n.^{\circ} \text{ associados total ano atual}}{n.^{\circ} \text{ associados total ano anterior}} \times 100 - 100$	O crescimento do quadro social da cooperativa.	Não existem parâmetros ideais. Depende da capacidade da cooperativa atender os associados e da capitalização destes.
c. Capital social por patrimônio líquido	$CS/PL = \frac{CS}{PL} \times 100$	$CS/PL = \frac{\text{Capital social}}{\text{Patrimônio líquido}} \times 100$	A relação existente entre o capital social e o patrimônio líquido.	Quanto maior, melhor.
d. Capital social por associado	$CSA = \frac{CS}{n.^{\circ} ATt}$	$CSA = \frac{\text{Capital social}}{n.^{\circ} \text{ associados total}}$	A relação entre capital integralizado e o associado, orientando a participação dos mesmos na composição patrimonial da cooperativa.	Não existem parâmetros ideais.
e. Associado ativo/total	$AT = \frac{n.^{\circ} AA}{n.^{\circ} ATt} \times 100$	$AT = \frac{n.^{\circ} \text{ associados ativos}}{n.^{\circ} \text{ associados total}} \times 100$	A participação efetiva do associado na vida da cooperativa, orientando sobre o grau de satisfação do mesmo e sua compreensão da filosofia empresarial cooperativista.	Quanto maior, melhor: 90% - excelente >70% < 90% - bom >50% < 70% - regular >30% < 50% - ruim >30% - péssimo
f. Participação em assembleias	$PA = \frac{n.^{\circ} AqC}{n.^{\circ} ATt} \times 100$	$PA = \frac{n.^{\circ} \text{ associados que comparecem}}{n.^{\circ} \text{ associados total}} \times 100$	O grau de interesse dos associados em participar e obter outras informações sobre a estratégia e os resultados da cooperativa.	Quanto maior, melhor: >95% - excelente >30% < 50% - bom >10% < 30% - regular <10% - ruim

“... continua ...”

“TABELA 7, Cont.”

ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS				
Índice	Símbolo	Fórmula	Índica	Interpretação
a. Faturamento por funcionários	$FPF = \frac{RL}{n.º FT}$	$FPF = \frac{\text{Receita líquida}}{n.º \text{ funcionários total}}$	Os resultados da atividade econômica em termos de produtividade dos recursos humanos.	Não existem parâmetros ideais. Deve-se comparar com os resultados de outras cooperativas.
b. Rotação de pessoal	$RP = \frac{PD}{n.º FT} \times 100$	$RP = \frac{\text{Pessoal demitido}}{n.º \text{ funcionários total}} \times 100$	A capacidade da cooperativa de manter o seu quadro de recursos humanos.	Quanto menor, melhor.
c. Associados/funcionários	$AF = \frac{n.º ATt}{n.º FT}$	$AF = \frac{N.º \text{ associados total}}{n.º \text{ funcionários total}}$	A necessidade de funcionários para fazer frente à demanda de serviços e à transformação dos produtos.	Não existem parâmetros ideais. Deve-se comparar com os resultados de outras cooperativas.
d. Associados/técnicos	$ATT = \frac{n.º ATt}{n.º TER/AG}$	$ATT = \frac{n.º \text{ associados total}}{n.º \text{ técnicos de extensão rural e assistência geral}}$	A capacidade de prestação de serviços de assistência técnica nas cooperativas agropecuárias. Este indicador tem relação direta com as melhorias de rendimento das lavouras e criações e com o grau de tecnologia dos produtores rurais associados.	Quanto menor, melhor: <80 - excelente >80 <120 - bom >120 <160 - regular >160 <200 - ruim >200 - péssimo

Fonte: Oliveira Júnior (1992), PNFC (1996), Silva (1996), Matarazzo (1997), adaptado pelo autor

2.3.2 Índices-padrão

Segundo Matarazzo (1997), as técnicas de análise das demonstrações financeiras atualmente estão associadas aos avanços dos conhecimentos da estatística e matemática. Assim, a análise das demonstrações financeiras, além de ser uma técnica empírica, ganhou embasamento científico e teve sua utilidade comprovada.

É impossível negar a importância e a utilidade da análise financeira para o processo de avaliação da eficiência de uma empresa. Convém destacar, portanto, conforme citado anteriormente, as duas dimensões da análise de balanços. A dimensão temporal, que parte da análise de uma série de demonstrativos e a dimensão comparativa, que analisa o comportamento da empresa em relação a alguma média.

Através destas duas dimensões, Leite (1994) conclui que não há possibilidade de se fazer um julgamento sensato a partir da constatação isolada de que o índice de liquidez de uma empresa em seu último balanço foi de 1,2. Da mesma forma, não há um “índice de liquidez ideal”. Há, na realidade, um índice de liquidez médio do setor onde opera a empresa e em relação a este “padrão” é que deve-se comparar a empresa analisada para julgar a sua situação econômica, financeira e social atual, diante de sua evolução recente.

Segundo Treuherz (1987), o objetivo fundamental da análise das demonstrações financeiras é proporcionar a comparação de dados financeiros de uma ou mais empresas com determinados padrões.

Para Matarazzo (1997), os índices-padrão permitem a adequada avaliação de qualquer índice de determinada empresa e proporcionam ao usuário da análise a informação objetiva do seu desempenho. Para este autor “não existe o bem ou mal em sentido absoluto.” Assim, a avaliação de um índice e sua conceituação como ótimo, bom, satisfatório, razoável ou deficiente só pode ser

feita através da comparação com padrões. Conclui afirmando que o uso de índices-padrão é vital na análise de balanços.

Ao se calcular os índices das demonstrações financeiras de empresas do mesmo ramo de atividade para servir de base de comparação para outras empresas daquele mesmo ramo, está-se calculando índices-padrão (Marion, 1983).

Na maioria das ciências, ao se procurar um padrão, chega-se normalmente ao ideal, o que não acontece na análise de balanços, onde não se chega ao *padrão ideal* de um índice. O estabelecimento de índices-padrão permite sim, através do uso de métodos estatísticos, encontrar uma série de valores, os padrões. Desta forma, os valores encontrados representam o padrão de comportamento de uma faixa de empresas, entendendo esse padrão como base para avaliações e não como exemplo ou ideal. Através da comparação com os padrões, pode-se verificar em que faixa de mercado a empresa se situa (Matarazzo, 1997), sendo possível criar um banco de dados em forma de índices-padrão para as cooperativas.

Considerando que em praticamente todos os ramos de atividade existe um grande número de empresas e que a análise das demonstrações financeiras proporciona um grande número de índices, a tarefa de comparar e avaliar os resultados de uma empresa com os de outras torna-se um processo complexo e oneroso. Para Matarazzo (1997), o uso de métodos estatísticos permite a mensuração dos índices calculados, já que possibilitam extrair algumas medidas de determinado universo de elementos.

Segundo Silva (1996), a utilização de processos estatísticos proporciona maior confiabilidade na elaboração de índices-padrão. Na estatística existem, basicamente, três tipos de medidas de posição: *a média, a moda, a mediana e congêneres*.

O sistema de medida que interessa no presente trabalho é a *mediana*. A mediana de um conjunto de números, organizados em ordem de grandeza, é o valor central ou média aritmética dos dois valores centrais. É o valor tal que, colocados os elementos do universo em ordem crescente, metade fica abaixo dele e metade fica acima. O papel da mediana é possibilitar a comparação de um elemento do universo com os demais, a fim de se conhecer a sua posição relativa na ordem de grandeza do universo. Com o uso da mediana, é recomendável o uso de decis (Matarazzo, 1997).

Basicamente, a determinação dos índices-padrão processa-se pelo cálculo da mediana, ou seja, o índice do meio da série de valores calculados, permanecendo 50% da distribuição antes e após a mediana (Assaf Neto, 1989).

Os decis apresentam uma distribuição normal dos índices calculados. Com eles, têm-se nove medidas de posição e não apenas uma (mediana), passando-se a dispor de informações que proporcionam ótima idéia da distribuição estatística dos índices tabulados. Para se calcular os decis, distribui-se o universo dos índices calculados em classes, cada uma com 10% dos elementos do universo. Cada um dos decis é calculado pela média aritmética entre o último número da classe precedente e o primeiro da subsequente (Matarazzo, 1997 e Silva, 1996).

Segundo Assaf Neto (1989), os decis são medidas estatísticas que envolvem o conceito de décimos, dividindo um rol de valores em nove partes (décimos). O cálculo dos decis é bastante utilizado pelos analistas de mercado, notadamente pela SERASA, para definição de índices-padrão de avaliação de várias demonstrações contábeis.

Silva (1996) considera que a parte do cálculo da mediana e posteriormente de decis são as duas etapas fundamentais e finais para se chegar a índices-padrão. Para este autor, os decis são mais adequados para classificação

de uma empresa, isto é, para obter-se uma melhor idéia do grau de dispersão do índice da empresa em relação à mediana.

Para obter índices-padrão pode-se obedecer a seqüência de procedimentos estabelecida na Tabela 8.

O cálculo de índices-padrão torna mais fácil a análise da situação de uma empresa, pois permitem a comparação com médias que representam, na maioria das situações, um grande universo de dados, pois, como afirma Matarazzo (1997:201), *“uma vez que os índices-padrão substituem os índices reais das empresas, estudar os índices-padrão significa estudar os índices de todas as empresas.”*

Ainda, segundo o mesmo autor, é importante, ao analisar e comparar os índices, saber se ele é: quanto maior, melhor, ou quanto menor, melhor. O uso de índices-padrão é vital na análise de balanços, não se concebendo uma boa análise sem a comparação dos índices da empresa analisada com padrões.

TABELA 8. Procedimentos para cálculo de índices-padrão.

1. classificação das cooperativas em função de suas atividades e por área geográfica;
2. reclassificar as demonstrações financeiras, para permitir comparabilidade entre elas;
3. de cada cooperativa, dentro de uma mesma atividade, calculam-se os índices econômicos, financeiros e político-sociais;
4. agrupar os índices das diversas cooperativas, segundo o tipo de índice;
5. os índices são classificados em ordem crescente de grandeza;
6. distribuição dos índices em decis, visando obter as diversas escalas de avaliações e o padrão em si, que pode ser representado pela mediana.

Fonte: Matarazzo (1997) e Silva (1996), acrescido e adaptado pelo autor.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Tipo de pesquisa

Pesquisar significa planejar cuidadosamente uma investigação de acordo com a metodologia científica, tanto em termos de forma como de conteúdo (Oliveira, 1997). Segundo Lakatos e Marconi (1985), toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

A pesquisa, segundo Oliveira (1997), tem por finalidade tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem nas suas mais diferentes manifestações e a maneira como se processam os seus aspectos estruturais e funcionais.

Há vários tipos distintos de pesquisas e sua classificação varia conforme os diferentes critérios utilizados pelos diversos autores. Gil (1996) propõe a classificação com base nos objetivos gerais, dividindo em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas; ainda, com base nos procedimentos técnicos utilizados em pesquisa bibliográfica, documental, experimental, *ex-post-facto*, o levantamento e, finalmente, o estudo de caso.

Vergara (1997) estabelece dois critérios para classificar os tipos de pesquisa. O primeiro é quanto aos fins, podendo ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. O segundo é quanto aos meios, dividindo-se em: pesquisa de campo, de laboratório, telematizada, documental, bibliográfica, experimental, *ex-post-facto*, participante, pesquisação e, finalmente, estudo de caso.

Segundo Gil (1996), as pesquisas descritivas têm como objetivo fundamental estabelecer relações entre variáveis, expondo conforme Vergara (1997), características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza,

não tendo compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Oliveira (1997) discorre sobre a pesquisa descritiva afirmando que o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise que permita identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação. Sendo processos que procuram abranger a correlação entre variáveis, permitem controlar, de forma simultânea, um grande número de variáveis e, por meio de técnicas estatísticas de correlação, especificar o grau pelo qual diferentes variáveis encontram-se relacionadas, dando ao pesquisador uma visão abrangente do modo como as variáveis estão ocorrendo.

De acordo com Matar (1993:75), *“os métodos descritivos têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total dos elementos da(s) amostra(s)”*. Cita o autor, entre os métodos descritivos de análise de dados, as medidas de posição, que servem para caracterizar o que é “típico” no grupo. As medidas de posição compreendem os métodos de tendência central (média, moda e mediana) e as separatrizes (quartil, decil e percentil).

Mediana é o valor variável que divide um grupo de dados em dois subgrupos de igual tamanho ou é o valor da variável correspondente ao elemento central de uma distribuição. Decis correspondem aos valores dos elementos que dividem o grupo em 10 partes iguais (Matar, 1993).

Para Vergara (1997:47), a investigação *ex-post-facto* *“aplica-se quando o pesquisador não pode controlar ou manipular as variáveis, seja porque suas manifestações já ocorreram, seja porque as variáveis não são controláveis.”*

Nas pesquisas *ex-post-facto*, segundo Gil (1996), tem-se um experimento que se realiza depois dos fatos. Para este autor, as ciências sociais valem-se muito desta metodologia e quase todos os trabalhos destinados à investigação de determinantes econômicos e sociais fundamentam-se numa lógica deste tipo.

A presente pesquisa é, portanto, classificada quanto aos fins e aos objetivos gerais como descritiva, pois demonstra e estabelece relações entre índices financeiros. Quanto aos meios e aos procedimentos técnicos utilizados, classifica-se como pesquisa *ex-post-facto*, pois refere-se a fatos já ocorridos.

Esta pesquisa é também quantitativa, pois, segundo Oliveira (1997), o método quantitativo significa quantificar dados nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas, como a média, a moda e a mediana. É muito utilizado no desenvolvimento das pesquisas descritivas, nas quais se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como no desenvolvimento de pesquisas de âmbito social, econômicas, de administração, representando, em linhas gerais, uma forma de garantir a precisão dos resultados, e evitando distorções de análise e interpretações.

3.2 Objeto de estudo e amostragem

O objeto da pesquisa foram as cooperativas singulares agropecuárias de leite e café da região sul de Minas Gerais. A região foi escolhida pelo fato de concentrar um grande número de cooperativas dos diversos ramos do cooperativismo brasileiro. Especificamente tratando de cooperativas agropecuárias, na região existem 48 unidades, basicamente relacionadas a atividade cafeeira e a pecuária leiteira.

Para Silva (1996) devem ser considerados três fatores na elaboração de índices-padrão:

1. *região geográfica*: características da região de localização;
2. *ramo de atuação da empresa*: com características próprias que envolvem seu ciclo financeiro, seus equipamentos, o tipo de estrutura e de administração, bem como as características de seus principais índices financeiros;

3. porte da empresa: pois os índices tendem a ser diferentes em função do tamanho da empresa.

A amostragem constituiu-se de 20 organizações, sendo 7 cooperativas de leite, 6 cooperativas de café e 7 de leite/café. O total de 20 cooperativas foi determinado para possibilitar o cálculo dos decis e da mediana (Tabela 1A, Anexo A).

A amostra utilizada na pesquisa foi *não probabilística* que, segundo Vergara (1997), é determinada pela *acessibilidade*, longe de qualquer procedimento estatístico, selecionando-se os elementos pela facilidade de acesso a eles e por *tipicidade* os quais, são considerados representativos pelo pesquisador dentro de uma população alvo.

Foram utilizadas as demonstrações financeiras de quatro anos consecutivos (1994, 1995, 1996 e 1997) e informações complementares fornecidas pelas cooperativas.

3.3 Coleta de dados

As demonstrações financeiras e as demais informações complementares necessárias à elaboração desta pesquisa foram obtidas diretamente junto às cooperativas.

Esta coleta constou de três etapas básicas. Na primeira, foram enviadas correspondências (via correio) a todo o universo de cooperativas, solicitando-se as demonstrações financeiras e dados complementares, obtendo-se um retorno de 20%. Em uma segunda etapa, foram enviadas novas correspondências (via fax) às cooperativas restantes, sendo o retorno de 40%. Para complementar o restante da amostra, foram realizadas visitas diretas às cooperativas, chegando-se, assim, à amostra final de 20 unidades.

3.4 - Processamento e análise dos dados

Os cálculos dos índices financeiros, econômicos e político-sociais e dos índices-padrão foram realizados através de planilhas desenvolvidas no Excel, um software da Microsoft, que consiste de um programa de planilhas eletrônicas utilizadas para gerenciar, analisar e representar dados.

O processamento dos dados desenvolveu-se nas seguintes etapas:

- a) padronização das demonstrações financeiras (Tabela 2A, Anexo A);
- b) cálculo dos índices das situações financeira, econômica e político-social;
- c) elaboração dos índices-padrão, através dos métodos estatísticos da mediana e dos decis.

A partir da amostra de 20 cooperativas, foram calculados os índices da avaliação da eficiência financeira, divididos em 7 índices para avaliação da liquidez, 2 para avaliação do endividamento e 5 para avaliação da capacidade operacional. Avaliou-se o desempenho econômico calculando-se 7 índices. Para avaliação da eficiência político-social, calcularam-se 6 índices da eficiência social e 4 índices da eficiência de recursos humanos.

Para cada ano do período analisado (1994, 1995, 1996 e 1997), foram calculados os índices para cada cooperativa da amostra, num total de 31 índices, conforme apresentados nas Tabelas 5, 6 e 7.

A análise dos dados processou-se através da série temporal dos índices das cooperativas e da análise comparativa com os índices-padrão encontrados. Utilizaram-se, na análise comparativa, os índices de uma cooperativa, selecionada aleatoriamente entre as 20 cooperativas que compreendem a amostra.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Cálculo dos índices financeiros, econômicos e político-sociais

As Tabelas do Anexo B apresentam os índices calculados para cada cooperativa, as quais estão ordenadas de 1 a 20, obedecendo-se a ordem de obtenção dos dados. Este procedimento teve o objetivo de preservar o anonimato e as informações obtidas e esta ordem não tem nenhuma relação com a ordem de apresentação das cooperativas listadas no Anexo A.

4.2 Cálculo dos índices-padrão das cooperativas analisadas

A partir dos índices calculados para cada cooperativa nos períodos analisados, foram calculados os índices-padrão. Inicialmente, os índices foram colocados em ordem crescente (Tabelas do Anexo C), e para o cálculo dos padrões, eles foram divididos em grupos, com 10% do total de índices cada um, determinando-se os índices-padrão através dos decis, conforme Tabelas do Anexo D.

Para melhor compreensão e ilustração do procedimento de cálculo dos índices-padrão, apresentam-se, na seqüência, os procedimentos necessários para o cálculo dos decis do índice de liquidez corrente para o ano de 1994:

- a. Foram calculados os índices de liquidez corrente para as 20 cooperativas (conforme Tabela 1B, Anexo B):

TABELA 9. Índices de liquidez corrente do ano de 1994.

COOP.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Índice	2,43	1,43	2,87	0,96	1,76	1,76	0,94	1,14	1,64	1,66
COOP.	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Índice	4,18	1,53	1,06	2,40	1,27	2,96	1,61	2,28	1,70	1,11

Fonte: Dados da pesquisa

b. Para encontrar os decis e a mediana, os índices foram colocados em ordem crescente de grandeza (Tabela 1C, Anexo C):

TABELA 10. Índices de liquidez corrente do ano de 1994, colocados em ordem crescente

COOP.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Índice	0,94	0,96	1,06	1,11	1,14	1,27	1,43	1,53	1,61	1,64
COOP.	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Índice	1,66	1,70	1,76	1,76	2,28	2,40	2,43	2,87	2,96	4,18

Fonte: Dados da pesquisa

c. Por definição, os índices são divididos em grupos com 10% da amostra cada um. Os decis são obtidos através da média aritmética entre o último índice do primeiro grupo e o primeiro do segundo grupo. O 1º decil é o valor que deixa 10% dos índices da amostra abaixo de si e 90% acima. Como a amostra tem 20 índices, o 1º decil deixa 2 elementos abaixo de si e 18 acima. O 1º decil foi obtido da seguinte forma (Tabela 1D, Anexo D):

$$\frac{0,96 + 1,06}{2} = 1,01$$

Para os demais decis, utilizando procedimento análogo, tem-se:

TABELA 11. Decis do índice de liquidez corrente do ano de 1994.

1º decil	=	1,01 (média aritmética entre 0,96 e 1,06)
2º decil	=	1,12 (média aritmética entre 1,11 e 1,14)
3º decil	=	1,35 (média aritmética entre 1,27 e 1,43)
4º decil	=	1,57 (média aritmética entre 1,53 e 1,61)
5º decil	=	1,65 (média aritmética entre 1,64 e 1,66) (mediana)
6º decil	=	1,73 (média aritmética entre 1,70 e 1,76)
7º decil	=	2,02 (média aritmética entre 1,76 e 2,28)
8º decil	=	2,42 (média aritmética entre 2,40 e 2,43)
9º decil	=	2,91 (média aritmética entre 2,87 e 2,96)

Fonte: dados da pesquisa

4.3 Avaliação dos índices através de padrões: uma cooperativa em comparação com o ramo

A análise a seguir foi realizada em termos comparativos, utilizando-se os dados de uma cooperativa (Cooperativa n.º 7, cuja atividade está ligada a leite e café), escolhida aleatoriamente entre as 20 que compuseram a amostra do trabalho. Justifica-se este procedimento, primeiro, por considerar que se tornaria por demais extenso e cansativo fazer a análise comparativa em todas as 20 cooperativas; segundo, que a análise mais interessante é da comparação individual das cooperativas com os padrões do ramo, como apresentado nas Tabelas 1E a 19E do Anexo E.

Na Tabela 12, tem-se a comparação dos índices da Cooperativa 7 com os padrões encontrados para o ramo. Os detalhes de cada índice apresentados na seqüência, com descrição dos símbolos, fórmulas, o que cada um indica e sua interpretação estão apresentados nas Tabelas 5, 6 e 7.

Para facilitar o entendimento da análise, no Anexo F são apresentadas as demonstrações financeiras e as informações complementares da Cooperativa 7.

TABELA 12. Comparação dos índices da Cooperativa 7 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	0,94	1,65	1º	1,78	1,59	7º	2,43	1,75	8º	1,53	1,50	5º
LS	0,76	1,18	1º	1,38	1,26	6º	1,60	1,31	7º	0,89	1,13	2º
LG	1,04	1,50	2º	1,14	1,33	3º	1,11	1,22	2º	1,18	1,23	4º
LI	0,16	0,14	5º	0,09	0,22	2º	0,16	0,23	4º	0,03	0,12	2º
MG	1,55	2,85	1º	1,57	2,34	3º	1,65	2,15	3º	1,63	2,09	3º
IRP	93	76	8º	76	69	6º	84	74	7º	72	74	5º
IF	36	65	1º	36	57	3º	40	53	3º	39	52	3º
EG	64,41	35,12	9º	63,63	42,80	8º	60,47	46,71	7º	61,48	48,03	7º
ELP	0,94	0,89	5º	28,59	11,59	9º	40,76	14,74	9º	32,46	14,56	8º
CR	178,53	-372,50	8º	16,81	34,87	3º	-3,82	5,44	3º	29,34	2,26	9º
CF	-13	23	2º	-25	20	1º	1	18	2º	-21	18	1º
MB	9,10	18,16	2º	9,56	15,15	2º	9,39	14,26	2º	8,44	13,18	2º
DV	16,09	13,26	7º	8,37	9,18	5º	12,76	9,45	6º	8,29	8,07	5º
RI	0,31	10,55	2º	3,41	5,61	4º	-5,82	2,71	1º	-4,37	1,33	2º
RPL	0,86	17,09	2º	9,37	10,82	4º	-14,73	3,72	2º	-11,36	1,68	1º
GA	4,27	2,84	7º	3,70	2,93	7º	4,03	3,26	7º	4,75	3,02	8º
ML	0,07	2,05	1º	0,89	1,60	3º	-1,38	0,65	1º	-0,89	0,33	3º
FI-k	2,87	6,34	1º	4,79	5,07	4º	3,69	4,49	3º	2,37	4,25	2º
FA	13.807,44	11.461,44	6º	17.403,02	17.908,94	5º	17.281,27	19.185,92	5º	22.565,25	22.553,86	5º
CQS	5,35	4,77	6º	3,13	2,66	6º	5,72	5,17	5º	5,52	2,38	7º
CS/PL	16,30	3,04	9º	19,16	14,17	7º	47,56	27,15	8º	71,25	32,97	9º
CS/A	187,71	72,18	7º	327,65	553,46	4º	805,17	831,80	5º	1.305,36	1.200,32	6º
AT	79,91	80,37	5º	80,07	81,35	5º	81,04	81,30	5º	81,93	81,83	5º
PA	7,03	6,51	6º	6,82	6,39	5º	5,73	5,38	6º	5,10	5,41	4º
FPP	126.190,14	114.865,96	6º	161.713,31	161.846,28	5º	176.610,75	198.740,58	4º	246.959,45	214.946,78	6º
RP	0,00	12,78	1º	0,00	9,33	1º	4,03	12,24	1º	1,49	16,79	1º
AF	9	11	4º	9	12	4º	10	13	4º	11	12	4º
ATT	320	317	5º	330	312	6º	349	268	6º	368	286	6º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

4.3.1 Avaliação da eficiência financeira

a. Liquidez Corrente - LC

Em comparação com os padrões, a situação era péssima em 1994, quando o índice esteve abaixo do primeiro decil. Melhorou em 1995 (sexta cooperativa com melhor índice) e em 1996 (quarta cooperativa com melhor índice), chegando a ficar próxima do oitavo decil. Situação satisfatória em 1997, pouco acima da mediana do ramo (cooperativa com o décimo melhor índice).

A variação ocorreu em virtude da alteração no total do Ativo Circulante (AC), do Passivo Circulante (PC) e do Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP) em relação ao Ativo Total da Cooperativa 7. Se em 1994, haviam recursos de curto prazo (PC) financiando aplicações de longo prazo (Ativo Permanente - AP e Ativo Realizável a Longo Prazo - ARLP), nos anos seguintes esta situação se inverteu. Os dados da Tabela 13 mostram as alterações ocorridas.

TABELA 13. Participação do AC, PC e PELP em relação ao Ativo Total

	1994	1995	1996	1997
Ativo Circulante (AC)	60%	62%	48%	44%
Passivo Circulante (PC)	63%	35%	20%	29%
Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP)	1%	29%	41%	32%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados da Tabela 13, em 1994, 3% dos recursos circulantes financiavam aplicações de longo prazo. Nos anos subsequentes, a relação se inverteu, ou seja, parte do AC passou a ser financiada com recursos de longo prazo, que ocorreu em virtude do aumento do PELP em relação ao ativo total.

Assim, quando o índice de LC é superior a 1, esse excesso em relação a 1 é devido a existência de Capital Circulante Líquido (CCL), que pode ser entendido como recursos de longo prazo financiando o AC. Simplificando, é a diferença entre AC e PC.

b. Liquidez Seca - LS

Comparativamente ao ramo, a Cooperativa 7 teve altos e baixos. Em 1994, dezessete cooperativas apresentavam melhores índices de LS, em 1995, sete cooperativas eram melhores e em 1996, somente seis. Em 1997, quatorze cooperativas apresentavam melhor situação. Nota-se que, em 1995 e 1996, os índices da cooperativa estiveram entre o sexto e sétimo decil, apresentando uma queda acentuada em 1997, ficando entre o segundo e terceiro decil.

Nos períodos analisados, o AC aumentou mais em relação ao PC, daí a melhora na performance da empresa. O aumento ano a ano da participação dos estoques no total do AC (Tabela 14) não influenciou a obtenção de melhores índices. Mesmo havendo queda em 1997, não se pode dizer que a situação da cooperativa, em termos de LS, era ruim.

Outro fator que influenciou a obtenção dos índices de LS foi a composição do PC, principalmente pela diminuição dos empréstimos a curto prazo. Em 1997, é que houve um aumento facilmente detectado pelo índice.

TABELA 14. Composição do Ativo Circulante

	1994	1995	1996	1997
Disponibilidades	17%	5%	7%	2%
Direitos realizáveis a curto prazo	64%	73%	59%	56%
Estoques	19%	22%	34%	42%

Fonte: Dados da pesquisa

c. Liquidez geral - LG

Nos quatro anos analisados, os índices de LG estiveram sempre abaixo da mediana do ramo e a Cooperativa 7 apresentou uma pequena melhora em relação ao desempenho do ramo. Se em 1994, 85% das cooperativas possuíam índices de LG melhores, em 1997 essa percentagem caiu para 50%.

O desempenho ocorrido em 1995 e 1997 está relacionado a uma maior participação dos AC e ARLP no ativo total da Cooperativa (72%), em relação à participação de 66% em 1994 e 1996. Deve-se considerar, porém, que a maior participação está relacionada aos itens de estoque e ao ARLP, este relacionado a títulos e, a cota-partes a receber de cooperados.

Por outro lado, diminuiu a participação do ativo circulante em relação ao passivo total, de cerca de 63% para 35%, 20% e 29% nos quatro anos em relação a participação do PELP no ativo total, que aumentou de 9% para 29%, 41% e 32% nos quatro anos.

d. Liquidez instantânea - LI

O índice de liquidez instantânea foi influenciado pelas alterações ocorridas na composição do AC, como visto na Tabela 14 do item anterior. A participação do disponível teve uma diminuição de 17% em 1994, para 2% em 1997.

Comparando com o ramo, 1994 foi o melhor ano, com uma situação satisfatória em termos de LI, pouco acima da mediana (o índice era o décimo melhor do setor). Nos três anos seguintes, os índices de LI variaram entre o segundo e terceiro decil, sendo que a performance da Cooperativa 7 ficou entre as piores.

e. Margem de garantia - MG

Quanto maior este índice, melhor o resultado demonstrado através dele. Ele indica em quantas vezes os ativos (sendo vendidos) cobrem todas as obrigações da Cooperativa 7.

Neste aspecto ocorreu uma melhora no desempenho, em relação às demais cooperativas, comprovada pela queda na mediana e os melhores índices de MG da Cooperativa. Mas, de qualquer forma, a situação em relação ao ramo não foi das melhores. Se em 1994, o índice de MG estava próximo do primeiro decil, nos três anos seguintes ficou próximo do terceiro decil.

Nos quatro anos analisados, houve um aumento na participação do PL no total do passivo. Atribui-se à melhoria desse desempenho, a menor dependência de capitais de terceiros.

f. Imobilização com recursos próprios - IRP

Nos três primeiros anos o nível de imobilização esteve sempre acima da mediana do ramo, oscilando entre o sexto e o nono decil. Em 1997, tal índice apresentou o melhor resultado, tanto em termos de sua evolução interna na Cooperativa 7, quanto na comparação com os padrões. Naquele ano, o índice da Cooperativa estava entre o quarto e quinto decil, abaixo da mediana do ramo.

Em 1994, somente 15% das cooperativas apresentaram índices de IRP piores. Essa relação foi de 35% em 1995; 25% em 1996 e 55% em 1997.

Apesar das oscilações verificadas, a situação da Cooperativa melhorou nos anos analisados. Verifica-se que nos anos em que esse índice foi menor (1995 e 1997), a participação do AP em relação ao ativo total foi menor. Já a relação do patrimônio líquido em relação ao ativo total variou muito pouco (Tabela 15).

TABELA 15. Participação do AP e do PL em relação ao AT

ANOS	1994	1995	1996	1997
Relação AP/AT	33%	28%	33%	28%
Relação PL/AT	36%	36%	40%	39%

Fonte: Dados da pesquisa

A causa da variação desse índice está também relacionada à variação ano a ano do AP e do PL. Na Tabela 15 temos demonstrada essa variação. Nota-se que o aumento do PL foi maior que o aumento verificado no AP, mesmo considerando que em 1996 e 1997 a Cooperativa sofreu prejuízo, o que diminuiu o PL.

g. Independência financeira – IF

Enquanto no ramo ocorreu uma diminuição da IF, a Cooperativa 7 passou a depender um pouco menos dos recursos de terceiros. Mas, mesmo assim, a situação não era confortável. Se, em 1994, o índice estava próximo do primeiro decil, nos três anos seguintes, mesmo apresentando uma melhora ficou próximo do terceiro decil.

No período analisado, o ativo não aumentou na mesma proporção no PL. Tem-se que a melhora do índice de Independência Financeira foi devido ao aumento do PL.

h. Endividamento geral (EG)

O nível de EG teve uma pequena diminuição, contrapondo-se ao que ocorreu no ramo no qual ele aumentou.

Deve-se considerar, porém, que o EG da Cooperativa 7 era muito alto comparado ao do ramo. O nível de EG era superior ao maior decil em 1994.

Nos anos seguintes, com a pequena melhora ocorrida, ficou próximo ao sétimo decil.

i. Endividamento a longo prazo - ELP

Como ocorreu com o ramo, o ELP da Cooperativa 7 aumentou, sendo que nela o aumento, porém, foi mais significativo. Verifica-se que com exceção de 1994, os índices estavam entre os mais altos do setor, atingindo níveis acima do maior decil em 1995 e 1996, e muito perto dele em 1997.

A mudança no perfil das dívidas da Cooperativa, no qual o processo de securitização foi fundamental, influenciou os índices de endividamento, como uma tendência verificada no setor, em que a mediana era de 0,89% em 1994 e foi de 14,56% em 1997. Essa evolução pode ser analisada também em função do maior índice de ELP que em 1994 era de 23,79%, atingindo 34,64% em 1997.

Esta alteração sem dúvida foi benéfica para a Cooperativa que alongou o cumprimento de suas obrigações financeiras de curto prazo, conforme dados da Tabela 16. Desta forma, mesmo tendo diminuído pouco o seu endividamento geral (ver item anterior), a composição foi favorável à Cooperativa.

TABELA 16. Participação das obrigações de curto e longo prazo no passivo total

	1994	1995	1996	1997
Empréstimos/financiamentos a curto prazo	51%	21%	10%	16%
Outras obrigações curto prazo	12%	14%	10%	13%
Empréstimos/financiamentos a longo prazo	1%	29%	40%	32%

Fonte: Dados da pesquisa

Em 1994, as obrigações de longo prazo atingiam cerca de 1% do total do passivo. Em 1995, elas passaram a representar 29%, atingindo 40% em 1996 e 32% em 1997.

Relação inversa ocorreu com as obrigações de curto prazo. Elas eram de 63% do total do passivo em 1994, caíram para 35% em 1995 e 20% em 1996, aumentando para 29% em 1997.

j. Crescimento das receitas - CR

Em 1995 e 1996, o desempenho da Cooperativa 7 ficou bem abaixo do verificado no ramo (nesses dois anos cerca de 70% das cooperativas apresentavam melhor desempenho). Em 1997, seu desempenho foi um dos melhores, tendo apenas duas cooperativas apresentado resultados melhores, ou seja, houve uma retração na atividade do setor quase como um todo e o seu desempenho foi muito superior.

Comparando os resultados obtidos pela Cooperativa em relação à variação do PIB no período analisado (Tabela 17), temos que em 1995 e 1997 o seu desempenho esteve bem acima da média do desempenho da economia. Esta situação não ocorreu em 1996, quando o índice de CR foi negativo e a variação do PIB positiva.

TABELA 17. Variação do PIB – 1994 a 1997

	1994	1995	1996	1997
Variação % do PIB	+ 5,90%	+ 4,20%	+ 2,80%	+ 3,68%

Fonte: CNC - Síntese da Economia Brasileira, 1999

k. Ciclo financeiro – CF

O desempenho da Cooperativa 7 foi um dos melhores do ramo, mantendo os índices do CF sempre próximos do primeiro ou segundo decil. Em 1997, o CF da Cooperativa foi menor que o primeiro decil.

Em termos de análise, a Cooperativa recebia o dinheiro 13, 25 e 21 dias antes de fazer os pagamentos em 1994, 1995 e 1997, respectivamente.

Os fatores que mais influenciaram na obtenção dos índices foram os prazos médios de pagamento.

4.3.2 Avaliação da eficiência econômica

a. Margem bruta – MB

A Margem bruta do ramo diminuiu no período analisado. Os índices de MB da Cooperativa 7 estiveram sempre próximos ao segundo decil, sendo o terceiro pior em 1994, o quarto pior em 1995 e o quinto pior em 1996 e 1997.

Mas, comparando os índices de MB obtidos pela Cooperativa 7 e a sua queda nos anos analisados (7,2%), constata-se que esta melhorou um pouco o seu posicionamento em relação às demais cooperativas.

Desta forma, a Cooperativa, mesmo diminuindo a MB, conseguiu melhorar seu posicionamento em relação ao ramo, já que mais cooperativas passaram a apresentar desempenhos ruins, o que se pode perceber pela queda na MB em cerca de 27%.

b. Despesas operacionais sobre vendas – DV

Os índices de DV diminuíram de 1995 em relação a 1994, voltando a crescer em 1996 e, diminuindo novamente em 1997. Esta oscilação ocorreu com a mediana do ramo.

O posicionamento da Cooperativa 7 melhorou, tanto que se for comparada a posição de seus índices em relação aos padrões, como também pelo número de cooperativas que passaram a ter índices maiores, verifica-se que variou de seis cooperativas em 1994, dez em 1995, oito em 1996 e nove em 1997.

As variações no índice ocorreram, do primeiro para o segundo ano, em função da diminuição das despesas e aumento nas receitas, melhorando o perfil do índice. Do segundo para o terceiro ano, as despesas aumentaram e a receita teve um decréscimo. Do terceiro ano em relação ao quarto, as despesas diminuíram e as receitas aumentaram.

c. Retorno sobre o investimento no ativo – RI

Estes índices apresentam as mesmas características dos resultados encontrados com a margem líquida.

Comparativamente aos padrões do ramo, o desempenho da Cooperativa 7 foi abaixo da mediana, estando, inclusive, entre as cinco cooperativas em 1996 e as nove em 1997 que tiveram prejuízos.

Se em 1994 o desempenho da Cooperativa foi ruim, em 1995 apresentou um desempenho quase dez vezes melhor. Este melhor desempenho ocorreu em razão da diminuição das despesas financeiras de 1995 em relação a 1994, em cerca de 50%. Em 1996 e 1997, o desempenho foi péssimo, tendo a cooperativa acumulado prejuízos. Considere-se que em 1996 as despesas operacionais aumentaram em cerca de 132% em relação a 1995 e com uma pequena diminuição de 1997 em relação a 1996, em cerca de 4,5%, variações que não tiveram contrapartida no aumento das receitas.

d. Rentabilidade sobre o patrimônio líquido – RPL

A rentabilidade do PL mostra qual a taxa de rendimento do capital próprio. Em termos comparativos, apenas em 1995 o índice obtido demonstrava um nível de rentabilidade atraente para os cooperados. O desempenho de 1995 foi o melhor da Cooperativa 7, quando comparado ao desempenho do ramo, ficando entre o quarto decil e a mediana.

Nos demais anos, o desempenho da Cooperativa esteve muito aquém do desempenho do ramo. Uma exceção pode ser feita para 1997, quando houve uma queda generalizada para todas as cooperativas analisadas.

De maneira geral, todo o ramo apresentou queda na RPL nos quatro anos analisados.

Considerando que este índice mede o custo/oportunidade da capitalização e analisando e comparando a taxa de rendimento do capital próprio da Cooperativa 7 com o rendimento da caderneta de poupança, temos que somente em 1995 ela foi superior ao rendimento desta aplicação, cujo rendimento nominal é 6 % de juros ao ano. Desta forma, o retorno sobre o capital próprio não era atraente no período.

e. Giro dos ativos - GA

O desempenho da Cooperativa 7 em comparação com o ramo praticamente não se alterou, oscilando como a 14ª e 17ª cooperativa com o melhor índice. Em relação aos padrões, os seus índices sempre estiveram próximos ao sétimo decil, indicando uma situação muito boa.

Nota-se, porém, que em 1997 a mediana diminuiu e o índice de GA aumentou, indicando maior eficiência administrativa. O desempenho de 1997 está associado a um aumento do ativo em cerca de 17% em relação ao ano anterior e um aumento nas receitas da ordem de 29,34%. Em outras palavras, a cooperativa aplicou menos recursos no ativo, obtendo resultados melhores em

termos de receitas, ou seja, para cada R\$100,00 investidos conseguiu vendas de R\$ 475,00.

f. Margem líquida - ML

A margem líquida, ou retorno sobre as vendas, não acompanhou o desempenho verificado no CR e no GA, mesmo considerando o decréscimo das vendas em 1996. Considere-se que em 1996 e 1997 a Cooperativa 7 incorreu em prejuízos.

Comparando com o ramo, o desempenho esteve sempre abaixo da mediana. A tendência de queda foi verificada em todo o ramo, com raras exceções.

As causas da obtenção de índices tão baixos e também dos prejuízos verificados em 1996 e 1997 são resultado da conjugação de diversos fatores.

Pelos dados da Tabela 18, o CPV e a receita líquida praticamente não se alteraram e as despesas financeiras decresceram acentuadamente no período. Mas, por outro lado, houve um aumento considerável nas demais despesas operacionais, em proporção maior que a diminuição verificada nas despesas financeiras.

TABELA 18. Aumento percentual em itens da demonstração do resultado

Varição anual	1994 p/ 1995	1995 p/ 1996	1996 p/ 1997
CPV	+31%	+6%	+38%
RL	+30%	+5%	+38%
Desp. operacional	+59%	+133%	-41%
Desp. financeiras	-58%	-19%	-33%

Fonte: Dados da pesquisa

g. Fator de insolvência - Kanitz – FI-k

A Cooperativa 7 apresentou um desempenho oscilante com relação ao fator de insolvência. No ramo, o índice de FI-k apresentou-se em queda.

A Cooperativa tinha uma posição incômoda em 1994, com um índice inferior ao menor padrão. Em 1995, a situação apresentou uma melhora considerável, já que o índice estava próximo ao quarto decil. Em 1996 e 1997, os índices do FI-k voltaram a cair, ficando próximos ao terceiro e segundo decil, respectivamente.

Em comparação com o proposto por Kanitz, em 1994 a Cooperativa estava melhor que 35% das outras cooperativas; em 1995 a relação subiu para 80%; em 1996 caiu para 60% e em 1997 a queda foi mais generalizada, ficando melhor somente que 19% das demais cooperativas analisadas. Analisando estes dados em função das relações estabelecidas na Figura 4, a Cooperativa não corria risco de insolvência.

	FI-k	
SOLVENTE	6	Melhor do que 90% das empresas
	5	Melhor do que 80% das empresas
	4	Melhor do que 60% das empresas
	3	Melhor do que somente 35% das empresas
	2	Melhor do que somente 19% das empresas
	1	Melhor do que somente 7,5% das empresas
PENUMBRA	0	Melhor do que somente 2,5% das empresas
	-1	Melhor do que somente 2,0% das empresas
	-2	Melhor do que somente 1,6% das empresas
INSOLVENTE	-3	Melhor do que somente 0,8% das empresas
	-4	Melhor do que somente 0,4% das empresas
	-5	Melhor do que somente 0,1% das empresas
	-6	Melhor do que somente 0,04% das empresas

FIGURA 4. Termômetro de Kanitz

Fonte: Martins e Assaf Neto (1986) e Assaf Neto (1987).

4.3.3 Avaliação da eficiência político-social

a. Faturamento por associado – FA

O índice de FA aumentou no período analisado, seguindo o verificado no ramo. Nota-se, porém, que não foi na mesma proporção, pois em 1994 a Cooperativa 7 apresentava o 13º melhor índice, próximo ao sexto decil. Em 1995 e 1996, o índice foi o 10º melhor, ficando abaixo da mediana. Já em 1997, houve uma ligeira melhora, colocando-se como o 11º melhor, ficando próximo a mediana.

É importante salientar que, em 1996, mesmo havendo um decréscimo nas receitas e um aumento no quadro social, a Cooperativa conseguiu manter o mesmo nível de FA.

b. Crescimento do quadro social – CQS

Comparativamente com a evolução da mediana do ramo, o índice de CQS apresentou comportamento semelhante: menor crescimento em 1995 em relação a 1994, seguido de maior crescimento em 1996 e nova queda em 1997.

Nos três primeiros anos o índice esteve próximo ao sexto decil; no último ano ficou próximo do sétimo decil.

É importante ressaltar que a Cooperativa 7 manteve uma média de admissão de novos associados de cerca de 5% e que, no período analisado, somente em 1995 ocorreram três exclusões de cooperados.

Considerando que a capacidade de atendimento e a legitimidade junto à comunidade são dois fatores de peso para atrair novos associados, conclui-se que a Cooperativa atinge esses dois fatores, pois, mesmo em 1995 e 1997, quando o setor apresentou os índices mais altos de diminuição do quadro social, foi mantida a posição em relação aos padrões em 1995 e melhorando ainda mais a performance em 1997.

c. Capital social por patrimônio líquido – CS/PL

A posição da Cooperativa 7 em relação ao ramo foi excelente. Em 1994, o índice obtido ficou acima do maior padrão encontrado. Em 1995, ocorreu uma queda, com o índice situando-se próximo ao sétimo decil. Nos dois últimos anos melhorou novamente a performance e o índice ficou entre o 8º e o 9º decil. Ressalte-se que em 1996 somente duas cooperativas apresentaram índices melhores e em 1997 apenas uma.

Os resultados obtidos são em decorrência de integralização de capital em 1994 e 1995; aumento do capital com recursos e sobras e também retenções de capital em 1996. Aumento de capital com cotas-partes e novamente retenções de capital, em 1997.

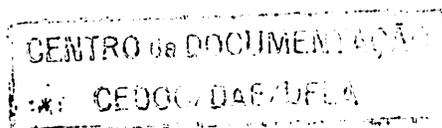
d. Capital social por associado – CSA

O índice de CSA apresentou comportamento igual ao ocorrido no ramo, com aumento ano a ano. Nota-se, porém, que o aumento da relação CSA da Cooperativa 7 foi menor que o verificado no ramo. O índice da Cooperativa estava próximo ao sétimo decil em 1994, caiu para perto do quarto e quinto decil em 1995 e 1996, ficando abaixo da mediana e apresentou melhora em 1997, ficando próximo ao sexto decil.

O quadro social aumentou no período analisado cerca de 5%. Já o capital social aumentou em 80%, 160% e 71%. Desta forma, o aumento do capital social foi responsável pela obtenção dos melhores resultados.

e. Associado ativo/associado total – AT

A relação associado ativo e associado total praticamente não se alterou no período analisado dentro do ramo. Comportamento idêntico ocorreu com os índices de AT obtidos pela Cooperativa 7.



Mas, mesmo considerando que os índices da Cooperativa estiveram abaixo da mediana em 1994, 1995 e 1996 e pouco acima em 1997, pode-se concluir que os resultados obtidos foram bons.

f. Participação em assembléias – PA

O nível de interesse dos cooperados em participar da vida das cooperativas é medido por este índice. Em termos gerais, no ramo, os índices diminuíram. Na Cooperativa 7, houve comportamento idêntico.

Mesmo com a diminuição, os índices da Cooperativa estiveram próximos ao sexto e quinto decil em 1994, 1995 e 1996. Comparativamente, o desempenho foi menor em 1997, ficando próximo ao quarto decil.

De qualquer forma, porém, deve-se ressaltar que o índice de participação nas assembléias da Cooperativa foi baixíssimo, cabendo aos dirigentes buscar soluções para aumentar o nível de interesse do cooperado.

Crúzio (1999) destaca que a falta de interesse dos cooperados em participar de assembléias está relacionada ao pouco ou nenhum espaço para os mesmos no processo decisório. Citando diversos estudos, afirma que as assembléias servem mais para referendar ações já tomadas pela Diretoria, do que realmente influenciar e participar das decisões. Esse problema está associado à baixa permuta nos membros dos Conselhos Fiscal e Administrativo, ou seja, o comando das cooperativas na maioria dos casos alterna-se somente dentro de determinado grupo que concentra as decisões.

g. Faturamento por funcionários – FPF

Os índices obtidos pela Cooperativa 7 mostraram comportamento idêntico ao verificado no ramo, com aumentos no decorrer do período.

Em termos comparativos, porém, a posição relativa dos índices da Cooperativa em relação aos padrões apresentou uma queda nos três primeiros

anos, descendo da posição próxima ao sexto decil em 1994, para ficar próximo ao quinto decil em 1995 e ao quarto em 1996. Em 1997, voltou para próximo do sexto decil.

Como praticamente não ocorreram alterações no número de funcionários, os índices obtidos estão relacionados às receitas. Desta forma, é fácil verificar que em 1996, quando a Cooperativa teve o pior desempenho em termos de FPF em comparação com o ramo, foi quando ela apresentou um decréscimo nas receitas.

h. Rotação de pessoal – RP

Em comparação com o ramo, a situação da Cooperativa 7 foi excelente, apresentando índices baixos de rotação de pessoal. Em 1994 e 1995 não houve rotação de pessoal, sendo que as medianas do ramo foram de 12,78% e 9,33%, respectivamente.

Em 1996 e 1997, o índice de RP da Cooperativa ficou próximo ao primeiro decil e em 1997 ficou abaixo, inclusive, do primeiro padrão encontrado.

A análise dos índices demonstra a eficiência da Cooperativa em administrar os seus recursos humanos.

j. Associados/funcionários – AF

O desempenho da Cooperativa 7 foi semelhante ao verificado no ramo, praticamente sem alteração,

Com relação aos padrões, o índices da Cooperativa estiveram na faixa do quarto decil, abaixo da mediana do ramo, indicando um bom nível de atendimento dos cooperados.

Tem-se que em 1994 e 1995 a razão era de um funcionário para atender a nove cooperados. Essa relação subiu para a proporção de um para dez em 1996 e de um para onze em 1997.

O aumento nesse índice está relacionado ao aumento do quadro social e à rotação de pessoal.

k. Associados/técnicos - ATT

Enquanto no setor a relação ATT diminuiu, na Cooperativa 7 aumentou. Nesta relação não existia a mesma eficiência verificada no índice de AF. No decorrer no período analisado houve aumento do quadro social e não houve alteração no número de técnicos.

Comparados aos padrões, os índices da Cooperativa estiveram próximos ao quinto e sexto decil.

A manter sua política de aumento do quadro social, seria interessante a Cooperativa estudar a recomposição do número de técnicos, pois, além de conseguir mais associados, precisa que eles sejam eficientes e isto só se consegue com assistência técnica.

5 CONCLUSÕES

Em termos de liquidez, o desempenho do ramo mostrava que as cooperativas não teriam dificuldades a curto prazo. Houve um aumento nos índices de independência financeira, indicando maior dependência por recursos de terceiros, situação comprovada pelo aumento nos níveis de endividamento geral e a longo prazo. As cooperativas ligadas à atividade de café apresentaram menores índices de liquidez e maior endividamento e as de leite, maiores índices de liquidez e menor nível de endividamento. Nas cooperativas mistas, leite e café, alternavam-se cooperativas com menores ou maiores índices de liquidez e maior ou menor endividamento.

Com relação à capacidade operacional, o desempenho não foi dos melhores. As receitas sofreram um decréscimo acentuado em 1996 e 1997, sendo que neste último o crescimento foi inferior ao PIB. Esta situação foi amenizada pela diminuição ocorrida no ciclo financeiro que reflete nos índices de liquidez. Na análise por atividade, as cooperativas de café apresentaram maiores índices de crescimento de receita em 1994 e 1996 e menores em 1995 e 1997. Com as cooperativas de leite aconteceu o inverso, com índices menores em 1994 e 1996 e maiores em 1995 e 1997. Nas cooperativas mistas os índices oscilaram entre as cooperativas das outras atividades, sendo que em 1995 e 1996 o crescimento de receitas de todas foi inferior à mediana do ramo.

O desempenho econômico das cooperativas também não foi dos melhores. A margem bruta caiu, em virtude da diminuição das vendas. A queda das vendas levou boa parte das cooperativas a incorrer em prejuízos em 1996 e 1997. Como aspecto positivo há que se destacar a diminuição das despesas operacionais em relação às vendas, tanto que o giro do ativo praticamente não se alterou. Com relação aos aspectos de insolvência propostos por Kanitz, apenas a Cooperativa 4 (Tabela 4E, Anexo 4) apresentava-se em situação de insolvência

em 1995, 1996 e 1997. As cooperativas de café sempre apresentaram menores índices de margem bruta, retorno sobre o investimento e retorno sobre o patrimônio líquido. As cooperativas de leite apresentaram índices maiores e nas cooperativas mistas os índices apresentaram-se entre os das cooperativas das outras atividades.

A avaliação da eficiência político-social, mostrou em termos globais, que as cooperativas ofereciam retorno satisfatório para os cooperados. Os resultados obtidos demonstram que, pelo menos, buscou-se alcançar esse objetivo. Os aumentos verificados nas relações de faturamento por associado, capital social por patrimônio líquido e capital social por associado, exemplificam o exposto. Por outro lado, as cooperativas não conseguiram motivar os cooperados a participarem mais ativamente da vida da cooperativa e do processo decisório, o que se comprova pelos baixos índices de participação nas assembléias. As cooperativas de café apresentavam maiores índices de faturamento por associado, menores índices de participação em assembléias e melhor relação associados e técnicos. Nas cooperativas de leite acontecia o inverso, ou seja, menor faturamento por associado, maior participação em assembléias e menor relação associado e técnicos. Nas cooperativas mistas, o desempenho apresentava-se entre os das outras cooperativas.

A avaliação da Cooperativa 7, comparando sua evolução com o ramo através dos índices-padrão, comprovou a utilidade da determinação e uso de padrões para a análise de cooperativas.

Comparando-se com o ramo, os índices de liquidez da Cooperativa 7 apresentaram um comportamento irregular, alterando entre bons e maus índices. Tanto a liquidez corrente como a geral foram ruins no último ano. Os resultados melhores em 1995 e 1996 ocorreram em virtude da diminuição dos empréstimos e financiamentos, sendo que eles cresceram no último ano. A imobilização de recursos próprios diminuiu no último ano e esta melhora foi sentida na margem

de garantia e na independência financeira. Nestes aspectos, o desempenho da Cooperativa 7 foi melhor que o do ramo.

O endividamento geral apresentou uma ligeira queda, enquanto no ramo ele aumentou. Já, o endividamento a longo prazo aumentou, seguindo a tendência do ramo, mas apresentou uma queda no último ano.

As variações em termos de receita verificadas no ramo em 1995 e 1996, ocorreram da mesma forma na Cooperativa 7. Em 1997, entretanto, enquanto houve queda de receitas no ramo, o desempenho da Cooperativa 7 foi excelente.

O desempenho econômico da Cooperativa 7 foi sofrível nos períodos analisados, seguindo o que foi verificado no ramo. A queda na margem bruta e na rentabilidade, levaram à obtenção de prejuízos nos dois últimos anos. Há que se destacar que, apesar desta situação, a Cooperativa 7 não apresentava risco de insolvência.

Em termos da eficiência social e recursos humanos, convém destacar que a relação associado ativo/total foi inferior à média do ramo. O capital social por patrimônio líquido foi excelente quando comparado aos padrões e a rotação de pessoal foi muito baixa, indicando eficiência na administração de recursos humanos. Os índices da relação associados/técnicos mostraram que houve aumento no quadro social, que não foi acompanhado pelo aumento no número de técnicos. Com relação aos demais índices, o desempenho da Cooperativa 7 foi bom e seguiu os padrões do ramo.

Considerando, portanto, os comentários sobre a situação do ramo e a análise da Cooperativa 7, pode-se concluir que foi importante o uso de um referencial de comparação, como os índices-padrão, para se avaliar o desempenho de uma cooperativa em particular.

Desta forma, pode-se considerar que a determinação de índices-padrão para as cooperativas é um referencial de grande importância para o processo de avaliação da atividade.

Tomando-se uma série histórica desses índices, é possível avaliar a evolução de uma cooperativa ou de seu ramo de atuação e assim entender melhor sua situação em um dado momento.

Pode-se, entretanto, colocar como fatores limitantes da pesquisa a não padronização dos procedimentos contábeis e, principalmente, a falta de planos de contas uniformes, além da não disponibilidade de algumas cooperativas em fornecer os dados solicitados. Considera-se que os resultados obtidos com o trabalho representam um referencial de comparação muito pequeno, dado o universo de cooperativas agropecuárias não só da região sul de Minas Gerais mas de todo o Estado.

Espera-se, porém, que este trabalho sirva como referência, abrindo caminhos para que outras pesquisas venham a ser realizadas. Assim, o cooperativismo mineiro poderá ser dotado de um banco de dados com referenciais de comparação que auxiliem o processo de análise e avaliação das cooperativas.

Sugere-se que seja aumentada a amostra de cooperativas e a inclusão de outros índices que evidenciem aspectos mais específicos da relação entre cooperativa e cooperado, principalmente o crescimento e desenvolvimento da atividade do cooperado, considerando ser este o objetivo final da atividade cooperativa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, P.P. de. Elementos para a construção de um conceito de empresa autogestionária. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.30, n.91, p.33-45, 1995. Série cooperativismo.
- ASSAF NETO, A. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 292p.
- BANCO de dados OCEMG em números. Disponível: Site [ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br) (1999). URL: <http://www.ocemg.org.br/port/banco/ba00.htm>. Consultado em 11 de maio 1999.
- BANCO de dados OCEMG em números. Disponível: Site [ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br) (1999). URL: <http://www.ocemg.org.br/port/banco/ba01.htm>. Consultado em 11 de maio 1999.
- BANCO de dados OCEMG em números. Disponível: Site [ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br) (1999). URL: <http://www.ocemg.org.br/port/banco/ba02.htm>. Consultado em 11 de maio 1999.
- BANCO de dados OCEMG em números. Disponível: Site [ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br) (1999). URL: <http://www.ocemg.org.br/port/banco/ba04.htm>. Consultado em 11 de maio 1999.
- BANCO de dados OCEMG em números. Disponível: Site [ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br) (1999). URL: <http://www.ocemg.org.br/port/banco/ba05.htm>. Consultado em 11 de maio 1999.
- BENATO, J.V.A. *Planejamento orçamentário em sociedades cooperativas*. São Paulo: OCESP, 1993. 172p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Ministério da Educação, 1989. 292p.
- BRASIL. *Lei n. 5764 – 15 dez. 1971: Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências*. 6.ed. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1996. 104p.

- BRASIL. Lei n. 6.404 - 15 de dez. 1976:** Dispõe sobre as sociedades por ações. 17.ed. São Paulo: Atlas, 1985. 356p.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 3116, de 1997. (Da Sra. Marta Suplicy e outras).** Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Câmara dos Deputados.
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado n. 117, de 1996.** Dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências. Autoria do Senador Ney Suassuna.
- BRIGHAM, E.F.; GAPENSKI, L.C. Financial Management: theory and practice.** 6.ed. Fort Worth: Dryden Press, 1991. 996p.
- CHINEN, C.A. K. Contabilidade – um sistema de informação.** In: PINHO, D.B. (org.). *A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil.* São Paulo: Coopercultura, 1986. p.37-55.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO – CNC. Síntese da economia brasileira.** Rio de Janeiro: CNC, 1999. 100p.
- CRÚZIO, H. de O. Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo? Revista de Administração de Empresas, v.39, n.2, p.18-26, abr./jun. 1999.**
- CUNHA, A.S. da; PEROTTONI, M.A. Balanço social. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v.32, n.99, p. 19-32, out./dez. 1997**
- CUNHA, W.G. da. A importância da análise econômico-financeira como parâmetro decisório e controle empresarial: um estudo de caso em cooperativa.** Lavras: ESAL, 1987. 455p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).
- FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades.** 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1994. 587p.
- FRANCO, H. Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova lei das S.A.** 14.ed. São Paulo: Atlas, 1980. 342p.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159p.

- GITMAN, L.J. Princípios de administração financeira. 3.ed. Tradução de Jacob Ancelevicz e Francisco José dos Santos Braga. São Paulo: Harbra, 1987. 781p. Tradução de: Principles of Managerial Finance. 3rd edition.**
- GRAMACHO, A. Cooperativas agrícolas e globalização. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v.17, n.8, p.14-15, ago. 1997.**
- IUDÍCIBUS, S. de.; RAMOS, A. de T.; KANTZ, S.C. et al. Contabilidade Introdutória. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1983. 300p.**
- KOSLOVSKI, J.P. Autogestão nas cooperativas: liberdade com responsabilidade. Curitiba: OCEPAR, 1992. 96p.**
- KROETZ, C.E.S. Balanço Social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v.28, n.113, p.42-51, set./out. 1998.**
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. DE A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1985. 198p.**
- LEITE, H. de P. Introdução à administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 470p.**
- MAGALHÃES, M.H. de Manual de contabilidade cooperativista. São Paulo: Pioneira, 1972. 411p.**
- MARION, J.C. A comparação dos indicadores financeiros. Revista de Administração, São Paulo, v.18, n.2, p. 85 – 89, abr./jun. 1983.**
- MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1986. 559p.**
- MATAR, F.N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise. São Paulo: Atlas, 1993. 225p.**
- MATARAZZO, D.C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 463p.**
- MATULIS, H. Administração financeira de cooperativa. In: PINHO, D.B. (org.). Administração de Cooperativas. São Paulo: CNPq, 1982. p. 151-176. (Manual de Cooperativismo, v.3).**

- MENDES, J.M.M. Manual de contabilidade das cooperativas: custo integrado. Adaptado ao sistema de processamento de dados. Fortaleza: BNB/OCEC, 1986. 386p.**
- MENDES, J.M.M. Balanço social: uma idéia milenar. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v.26, n.106, p. 4 - 5, jul./ago. 1997.**
- OLIVEIRA, S.L. de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.**
- OLIVEIRA JÚNIOR, C.C. Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas. 2.ed. Curitiba: OCEPAR, 1992. 79p.**
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anuário do Cooperativismo Brasileiro. Brasília: MAA/SDR/DENACOOP, Coopermídia, 1996a. 164p.**
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. O cooperativismo no Brasil. Brasília: MAA/SDR/DENACOOP, 1996b. 40p. (Coleção História do Cooperativismo)**
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. O que você precisa saber sobre cooperativismo - Cooperativa agropecuária. Brasília: OCB/MAARA/SDR/DENACOOP, [199-]. 27p.**
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Manual de orientação contábil às sociedades cooperativas - agropecuária. 3.ed. Brasília: OCB, 1995. 203p.**
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível: Site [ocb.org.br](http://www.ocb.org.br) (1996). URL: <http://www.ocb.org.br/banco.htm>. Consultado em 11 de maio 1999.**
- PANZUTTI, R. Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo. Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia. São Paulo: ICA, 1997. 236p.**
- PEREIRA, A.C. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras - ensaio de abordagem social. São Paulo: USP, 1993. 325p. (Tese Doutorado em Contabilidade).**

- PEREIRA, A.C.** Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras - ensaio de abordagem social. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 18., 1994, Curitiba. **Anais. . . Rio de Janeiro: ANPAD, 1994. v.5, p.231-238.**
- PEREIRA, A.C.** Contribuição à análise e estrutura das Demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras: ensaio de abordagem social. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL**, 1., 1995, Lavras. **Anais . . . Lavras: ABAR, 1995. p. 9 - 21.**
- PEREIRA, A.C.** Contabilização e estruturação das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas brasileiras - um enfoque social. **Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília. v.26, n. 106, p.12-20, jul./ago. 1997.**
- PEROTTONI, M.A. ; CUNHA, A.S. da.** Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v.26, n.104, p.12-20, mar/abr. 1997.**
- PEROTTONI, M.A.** Balanço social: liberdade ou obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v.27, n.110, p.82, mar/abr. 1998.**
- PINHO, D.B.** **Dicionário de cooperativismo.** São Paulo: E. Dotto Garcia, 1961. 243p.
- PINHO, D.B.** **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Editora Saraiva, 1977. 177p.
- PINHO, D.B.** **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: CNPq, 1982a. 272p. (Manual de cooperativismo, v.1).
- PINHO, D.B.** A empresa cooperativa. In: **PINHO, D.B. (org.). Administração de cooperativas.** São Paulo: CNPq, 1982b. 280p. (Manual de Cooperativismo, v.3).
- PINHO, D.B.** A cooperativa: associação de pessoas e empresa econômica. In: **PINHO, D.B. (org.) A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil.** São Paulo: Cooperultura, 1986. p.9-17

- PNFC - PROJETO NOVAS FRONTEIRAS DO COOPERATIVISMO. Programa de Monitoramento Financeiro e Administrativo de Cooperativas - PMCOOP. Manual do usuário. Brasília: MA/SDR/DENACoop/ABC/PNUD, 1996. 19p.**
- REVISTA EXAME. Maiores e melhores. São Paulo: Editora Abril, jul/1998.**
- RIBEIRO, M. de S.; LISBOA, L.P. Balanço Social. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v.28, n.115, p.12-20, jan./fev. 1999.**
- RODRIGUES, R. O cooperativismo na globalização. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v.17, n.8, p.10-12, ago. 1997.**
- SÁ, A.L. de. Curso superior de análise de balanços. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1973. 313p.**
- SANTOS, H. de S. A análise econômica e financeira da empresa cooperativa. In PINHO, D.B. (org.). A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil. São Paulo: Coopercultura, 1986. p.19-36.**
- SANVICENTE, A. Z. Administração Financeira. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 283p.**
- SILVA, J. P. da, Análise financeira das empresas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 484p.**
- STECCA, N. Contabilidade cooperativa. In: PINHO, D.B. (org.). Bases operacionais do cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1982. p.75-97. (Manual de Cooperativismo, v. 2).**
- SUPLICY, M. Balanço social é instrumento de cidadania. Trevisan. v.10, n.115, p.42-44, set./out. 1997.**
- TEIXEIRA, N.G. Introdução. In: GONÇALVES, E.L. (org.). Balanço Social da empresa na América Latina. Tradução de Maria Aparecida Ataliba de Lima Gonçalves. São Paulo: Livraria Pioneira, 1980. p.vii-xix.**
- TINOCO, J.E.P. Balanço social - uma abordagem sócio-econômica da contabilidade. São Paulo: USP, 1984. 114p. (Dissertação Mestrado em Contabilidade).**

TREUHERZ, R.M. Análise financeira por objetivos. 4.ed.rev.atual. São Paulo: Pioneira, 1987. 114p.

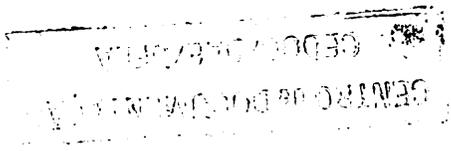
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997. 90p.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. Revista de Administração, São Paulo, v.29, n.3, p.23-32, jul./set. 1994.

ZYLBERSZTAJN, D. Surge uma nova geração de cooperativas agrícolas. São Paulo: USP/PENSA, 1996. 5p.

ANEXOS

ANEXO A		Página
TABELA 1A	Relação em ordem alfabética das cooperativas analisadas	87
TABELA 2A	Modelo de padronização das demonstrações financeiras	88



Machado	Cooperativa Agrária de Machado Ltda.
Lavras	Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande Ltda.
Boa Esperança	Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança Ltda.
Cássia	Cooperativa Agropecuária de Cássia Ltda.
Cristina	Cooperativa Agropecuária de Cristina Ltda.
Jacutinga	Cooperativa Agropecuária de Jacutinga Ltda.
Povo Fundo	Cooperativa Agropecuária de Povo Fundo Ltda.
Passos	Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro Ltda.
S. Gonçalo do Sapucaí	Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda.
Três Pontas	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda.
Varginha	Cooperativa dos Cafeicultores de Varginha Ltda.
Carmópolis de Minas	Cooperativa dos Produtores Rurais de Carmópolis Ltda.
Alpinópolis	Cooperativa dos Ruralistas de Alpinópolis Ltda.
Muzambinho	Cooperativa Mineira Agropecuária de Muzambinho Ltda.
Ibiraci	Cooperativa Mista Agropastoril de Ibiraci Ltda.
Paraguacu	Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguacu Ltda.
Guaxupé	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.
Eloi Mendes	Cooperativa Regional do Sul de Minas Ltda.
Pocos de Caldas	Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Pocos de Caldas Ltda.
S. Sebastião do Paraiso	Cooperativa Regional dos Cafeicultores de S. Sebastião do Paraiso Ltda.

TABELA 1A. Relação em ordem alfabética das cooperativas analisadas

TABELA 2A. Modelo de padronização das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
ATIVO	Receita bruta
ATIVO CIRCULANTE	Receita líquida
Disponibilidades	Receitas financeiras operacionais
Direitos realizáveis a curto prazo de clientes	Outras receitas não operacionais
Direitos realizáveis a curto prazo	Receita bruta do período anterior
Estoques	C.P.V. – custos dos produtos vendidos
Despesas do exercício seguinte	Despesas administrativas(ou operacionais totais)
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Despesas c/ pessoal
ATIVO PERMANENTE	Despesas c/ vendas
Investimentos	Despesas tributárias
Imobilizado	Despesas financeiras
Diferido	Outras despesas
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Empréstimos a curto prazo	N.º associados total atual
Obrigações com fornecedores	N.º associados ativos
Outras obrigações a curto prazo	N.º associados em comitês, comissões etc.
Empréstimos rurais	Sobras líquidas antes das destinações
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	N.º associados total ano anterior
Financiamentos/Empréstimos a longo prazo	N.º associados presentes nas assembleias
Outras obrigações a longo prazo	Compras líquidas
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	N.º funcionários total
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	N.º funcionários demitidos
Capital social	N.º técnicos de extensão rural e assistência
Reservas de capital	
Reservas de equalização/reavaliação	
Reservas legais	
Outros fundos e reservas	
Sobras líquidas	
Perdas líquidas	

TABELA 1B	Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1994, por cooperativa	90
TABELA 2B	Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1994, por cooperativa	91
TABELA 3B	Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1995, por cooperativa	92
TABELA 4B	Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1995, por cooperativa	93
TABELA 5B	Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1996, por cooperativa	94
TABELA 6B	Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1996, por cooperativa	95
TABELA 7B	Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1997, por cooperativa	96
TABELA 8B	Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1997, por cooperativa	97

TABELA 1B. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1994, por cooperativa

1994	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
Cooperativas	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME	CF
1	2.43	1.63	2.42	0.52	6.59	75	85	15.16	0.08	-526.73	38	32	33	39
2	1.43	0.98	1.42	0.13	2.81	77	64	35.64	0.12	-385.43	33	33	23	23
3	2.87	2.17	1.44	0.54	1.86	48	46	53.86	26.80	-199.94	18	3	8	23
4	0.96	0.52	0.84	0.05	1.56	129	36	64.16	27.56	-227.64	24	61	25	-12
5	1.76	0.81	1.76	0.13	2.00	24	50	50.07	0.00	964.18	9	11	13	10
6	1.76	1.21	1.76	-0.01	2.89	60	65	34.55	0.00	-511.06	33	45	35	23
7	0.94	0.76	1.04	0.16	1.55	93	36	64.41	0.94	178.53	31	54	10	-13
8	1.14	0.76	1.06	0.05	1.64	90	39	60.92	6.70	-377.06	35	18	26	43
9	1.64	1.25	1.55	0.25	4.88	86	80	20.47	1.15	-503.18	25	22	15	18
10	1.66	1.15	1.63	0.08	2.49	58	60	40.14	0.84	-377.17	21	18	15	17
11	4.18	3.58	1.76	1.94	2.89	60	65	34.60	20.04	120.19	10	62	4	-49
12	1.53	1.15	1.11	0.38	1.57	81	36	63.52	20.78	-270.64	35	10	22	47
13	1.06	0.82	0.91	0.18	4.15	103	76	24.07	11.79	-206.61	14	9	9	14
14	2.40	2.03	2.40	0.59	5.29	67	81	18.90	0.00	-491.00	17	88	12	-59
15	1.27	1.02	1.30	0.03	3.04	85	67	32.85	0.05	-467.74	24	25	15	14
16	2.96	1.96	2.90	0.30	8.69	75	88	11.51	0.22	1.067,94	60	26	46	80
17	1.61	1.33	1.61	0.05	1.76	19	43	56.92	0.00	1.385,55	64	20	18	61
18	2.28	1.63	2.28	0.11	4.50	63	78	22.21	0.00	-367.95	36	18	20	38
19	1.70	1.20	1.44	0.23	3.68	84	73	27.16	4.21	-481.67	35	21	23	37
20	1.11	0.85	1.02	0.02	1.53	99	34	66.23	17.28	-413.51	74	24	27	78

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 2B. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1994, por cooperativa

1994	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
	Coop	MB %	DV %	RI %	RPL %	GA	ML %	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL%	CS/A(rs)	AT %	PA(%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)
1	18.42	15.29	-0.83	-0.98	1.60	-0.52	7.08	1.740,76	6.72	0.16	1.50	98.43	13.39	110.538,50	100.00	64	0
2	25.74	14.09	6.54	10.16	3.18	1.93	4.63	20.993,10	-31.70	3.11	132.18	100.00	11.32	76.207,84	0.00	4	133
3	6.34	3.05	15.19	32.92	8.71	1.72	8.30	27.063,43	6.56	10.22	146.49	100.00	3.26	414.714,81	4.29	15	805
4	17.06	25.35	-0.42	-1.19	2.59	-0.15	1.56	3.292,79	0.80	0.28	1.29	52.99	32.32	115.946,25	9.09	35	646
5	11.14	7.38	29.82	59.96	13.98	1.96	6.59	2.348,98	2.17	7.31	6.11	69.96	3.50	144.371,69	15.38	61	400
6	28.04	20.26	34.53	52.76	2.70	12.80	7.80	1.100,46	1.60	2.26	6.03	42.30	2.75	49.992,50	21.43	45	636
7	9.10	16.09	0.31	0.86	4.27	0.07	2.87	13.807,44	5.35	16.30	187.71	79.91	7.03	126.190,14	0.00	9	320
8	18.88	21.20	7.56	19.35	3.37	2.14	3.70	12.832,12	10.11	3.48	51.76	86.93	5.99	113.785,68	9.73	9	111
9	15.64	3.90	14.58	18.33	2.00	6.63	6.10	5.013,57	8.97	1.14	22.67	39.66	5.88	59.66,50	18.00	12	595
10	25.91	17.14	28.60	47.78	5.87	4.45	7.16	4.601,64	17.49	1.88	8.83	54.64	3.74	88.117,99	0.00	19	321
11	3.61	1.32	13.57	20.75	8.78	1.54	12.03	41.643,85	9.88	8.25	256.00	70.05	3.49	645.138,39	13.11	15	315
12	18.90	23.78	5.12	14.05	2.99	1.59	4.43	30.430,45	6.74	9.11	337.79	89.96	0.97	187.031,93	12.45	6	310
13	10.11	7.83	-3.74	-4.93	1.23	-2.93	2.93	58.339,92	0.00	1.89	681.87	84.99	16.28	249.212,93	39.13	4	131
14	17.39	4.56	24.68	30.43	2.38	9.41	10.08	5.714,49	4.75	3.84	74.86	71.47	17.87	126.054,82	5.88	22	188
15	26.50	15.07	10.64	15.85	2.39	4.04	5.05	26.285,51	-0.75	10.72	792.42	80.83	7.14	82.258,18	20.00	3	67
16	21.04	11.08	2.47	2.80	1.02	2.23	8.71	7.533,00	4.63	0.44	29.03	81.01	1.99	57.903,69	5.33	8	384
17	18.22	23.16	20.12	46.69	4.08	4.93	7.56	6.560,99	-1.95	0.00	0.00	89.55	15.92	69.408,32	21.05	11	201
18	18.11	4.24	33.75	43.38	2.98	10.50	9.21	13.040,59	7.35	2.04	69.50	85.90	18.03	76.623,11	22.49	6	166
19	20.99	12.44	10.45	14.35	2.06	4.63	5.44	10.090,77	-9.67	5.32	190.12	51.81	7.73	269.128,11	130.49	27	115
20	11.01	8.64	0.27	0.80	1.76	0.15	2.91	17.090,37	4.79	2.96	96.91	34.37	2.53	144.491,33	0.00	8	434

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 3B. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1995, por cooperativa

1995	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Cooperativas	LC	LS	LG	LI	MG	IRP %	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	3.27	2.45	1.94	0.28	3.43	61	71	29.16	11.87	178.91	50	25	22	46
2	1.70	1.28	1.69	0.14	3.12	67	68	32.09	0.19	60.46	30	24	14	20
3	1.77	1.46	1.33	0.26	1.60	45	38	62.33	15.29	19.13	32	4	9	37
4	0.74	0.59	0.63	0.11	1.22	69	18	82.18	46.64	5.04	23	47	8	-16
5	1.32	0.84	1.32	0.12	1.43	25	30	70.10	0.00	43.60	15	18	10	7
6	1.66	0.92	1.66	0.27	3.26	71	69	30.65	0.00	44.73	17	28	26	16
7	1.78	1.38	1.14	0.09	1.57	76	36	63.63	28.59	16.81	40	79	14	-25
8	1.52	1.25	1.32	0.13	1.84	61	46	54.38	15.01	34.81	43	14	15	44
9	2.16	1.72	2.10	0.46	5.36	75	81	18.65	0.51	16.99	27	22	15	20
10	1.44	1.06	1.05	0.02	2.29	96	56	43.65	11.76	66.57	18	18	11	12
11	1.70	1.48	1.29	0.34	1.61	52	38	62.27	15.69	6.36	44	19	9	34
12	1.40	1.24	1.10	0.44	1.43	78	30	70.01	17.88	14.29	26	15	14	25
13	1.27	1.06	1.02	0.29	4.37	99	77	22.89	12.83	2.74	17	4	7	20
14	2.40	2.11	2.40	0.51	5.30	67	81	18.88	0.00	68.70	13	68	7	-48
15	1.46	1.30	1.09	0.02	2.38	93	58	41.95	11.42	37.64	29	30	8	7
16	3.55	2.23	3.09	0.44	7.42	67	87	13.47	1.75	34.93	61	22	53	93
17	0.71	0.44	1.40	0.10	1.75	46	43	57.24	0.00	28.06	28	41	28	15
18	2.59	1.90	2.59	0.34	4.54	55	78	22.04	0.00	62.08	32	18	17	31
19	1.47	1.06	1.35	0.18	3.03	83	67	33.02	2.97	63.46	36	23	20	33
20	1.18	0.96	0.98	0.01	1.32	110	23	76.53	27.48	18.04	96	45	30	81

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 4B. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1995, por cooperativa

1995	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
	Coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL%	CS/AR\$	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)
1	14.87	7.56	8.98	12.68	2.72	3.29	8.94	4,729,32	7.87	0.57	7.01	97.81	16.06	161.979,25	0.00	34	0
2	22.14	15.32	8.48	12.48	4.20	1.91	6.00	35.212,02	5.28	4.55	258.80	100.00	10.75	102.334,94	0.00	3	140
3	8.22	5.34	6.32	16.78	6.32	0.98	5.82	37.139,07	-3.11	25.34	560.66	100.00	5.13	556.728,95	8.65	15	780
4	15.72	21.26	-22.49	-126.23	2.68	-7.76	-5.46	3.692,60	5.54	6.57	16.12	54.00	0.99	124.412,32	6.59	34	681
5	7.47	5.17	0.25	0.85	12.15	0.02	3.01	3.854,09	0.63	60.80	57.65	66.92	3.23	258.224,25	25.00	67	402
6	19.82	18.99	4.99	7.20	3.87	1.29	4.47	1.717,40	2.20	39.22	120.85	32.92	2.31	69.769,44	12.50	41	650
7	9.56	8.37	3.41	9.37	3.70	0.89	4.79	17.403,02	3.13	19.16	327.65	80.07	6.82	161.713,31	0.00	9	330
8	19.51	16.53	6.59	14.44	3.13	2.00	5.32	18.414,86	3.49	38.78	1.040,64	81.97	5.79	175.194,61	3.67	10	94
9	12.72	4.28	9.89	12.16	2.05	4.41	7.82	6.366,63	4.54	9.77	246.27	35.21	5.47	113.144,17	65.71	18	622
10	25.74	14.48	29.37	52.12	4.79	5.56	6.31	7.736,82	6.94	9.17	83.49	51.31	6.49	158.431,67	0.00	20	343
11	3.59	2.19	2.52	6.68	4.29	0.59	5.37	46.639,14	7.72	20.35	834.40	70.04	3.24	730.440,69	15.38	16	339
12	16.00	14.37	3.11	10.37	2.42	1.19	4.46	41.186,09	-4.70	15.47	789.93	89.97	38.09	276.705,73	47.62	7	295
13	11.55	4.91	-1.28	-1.66	1.16	-1.04	3.93	66.369,29	1.02	3.59	1.583,34	82.12	15.62	306.379,15	26.74	5	132
14	14.27	4.41	17.71	21.83	3.15	5.10	9.91	10.093,49	3.73	22.90	595.93	73.26	12.34	196.318,30	5.00	19	130
15	27.85	19.83	-4.70	-8.09	2.73	-1.55	4.21	46.840,95	-14.66	12.88	1.281,32	86.78	7.93	161.104,47	42.42	3	57
16	14.51	6.80	4.40	5.09	1.11	3.61	9.47	11.018,19	1.99	15.48	1.324,11	81.89	2.64	86.382,58	5.33	8	392
17	18.12	16.31	6.22	14.54	2.44	2.55	3.42	10.464,46	-10.45	42.24	774.24	100.00	26.67	94.180,15	10.00	9	180
18	15.43	5.11	23.55	30.20	3.49	6.26	9.70	22.848,81	0.30	10.69	546.26	84.44	20.28	125.731,56	29.28	6	62
19	15.63	10.00	7.55	11.27	2.46	2.79	4.82	26.269,47	-31.64	10.32	738.96	80.80	6.29	426.878,82	109.78	16	75
20	12.91	10.70	2.21	-9.42	1.43	-1.48	2.22	22.033,80	3.15	4.91	177.92	33.36	4.99	185.526,00	0.00	8	207

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 5B. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1996, por cooperativa.

1996	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Cooperativas	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	3.92	3.10	2.18	0.23	3.12	45	68	32.02	14.19	64.00	53	20	17	51
2	1.49	0.98	1.49	0.11	2.28	62	56	43.85	0.00	5.84	30	37	23	16
3	1.79	1.44	1.42	0.51	1.68	38	41	59.49	19.14	-5.97	23	5	9	27
4	0.47	0.34	0.66	0.02	1.06	701	05	94.57	40.22	-17.14	30	78	14	-34
5	1.00	0.60	1.18	0.01	1.26	32	21	79.36	0.00	-14.22	15	21	11	6
6	1.52	0.92	1.52	0.09	3.34	78	70	29.91	0.00	-6.50	26	33	25	17
7	2.43	1.60	1.11	0.16	1.65	84	40	60.47	40.76	-3.82	21	35	15	1
8	1.72	1.27	1.23	0.23	1.80	72	45	55.44	20.32	6.07	34	22	19	31
9	2.53	1.80	1.93	0.08	6.43	83	84	15.55	3.71	-4.01	23	13	14	24
10	1.78	1.07	0.97	0.48	2.02	103	50	49.57	22.49	12.85	10	20	18	7
11	2.26	1.88	1.54	0.87	1.97	44	49	50.87	18.18	4.61	21	19	8	10
12	1.81	1.37	1.11	0.52	1.48	76	32	67.52	33.14	9.98	27	9	22	40
13	1.68	1.35	1.12	0.48	4.26	96	77	23.46	15.64	-18.24	12	4	9	18
14	2.32	2.02	2.32	0.99	6.85	78	85	14.60	0.00	7.31	10	47	5	-32
15	0.95	0.75	0.61	0.19	2.38	128	58	41.98	15.30	1.58	16	22	7	2
16	3.81	2.25	3.58	0.43	8.20	64	88	12.20	1.68	6.41	46	18	49	78
17	0.98	0.65	1.21	0.24	1.67	69	40	59.87	0.00	5.04	33	47	33	19
18	2.35	1.65	2.35	0.41	4.27	59	77	23.41	0.00	13.35	26	17	18	27
19	1.36	0.77	1.12	0.13	2.60	93	62	38.41	6.98	15.67	22	18	25	29
20	1.25	1.05	1.14	0.06	1.41	67	29	71.01	24.80	12.91	117	57	28	88

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 6B. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano 1996, por cooperativa.

1996	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
Coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS %	CS/PL %	CS/A(R\$)	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)	ATT (q)
1	13.10	8.52	14.62	21.59	3.45	4.20	11.36	4.391,24	85.40	1.93	16.66	93.70	13.78	223.075,00	20.00	51	0
2	20.89	17.06	-1.92	-3.43	4.10	-0.44	3.95	36.707,58	10.39	8.19	412.12	100.00	9.74	122.890,60	0.00	3	154
3	6.50	5.13	5.01	12.36	5.76	0.85	5.67	35.683,67	6.77	34.20	858.44	100.00	4.96	532.694,74	7.17	15	666
4	16.96	20.87	-7.07	-130.19	2.06	-3.13	-10.48	3.244,09	3.56	58.66	50.17	54.99	1.09	115.730,26	9.55	36	635
5	9.32	8.22	-14.82	-71.81	10.36	-1.35	-1.84	3.564,67	1.12	73.68	52.31	69.99	6.03	222.929,00	15.38	63	407
6	22.66	21.80	2.69	3.83	3.34	0.80	4.20	1.553,34	13.69	40.92	133.28	24.97	4.60	67.524,71	26.47	43	493
7	9.39	12.76	-5.82	-14.73	4.03	-1.38	3.69	17.281,27	5.72	47.56	805.17	81.04	5.73	176.610,75	4.03	10	349
8	19.98	16.66	2.74	6.15	3.56	0.73	4.61	21.090,58	0.96	45.62	1.203,66	81.57	5.73	198.935,49	0.00	9	95
9	8.65	3.80	-0.54	-0.64	2.27	-0.22	6.80	6.499,69	4.34	17.69	427.23	28.51	4.62	111007,82	15.79	17	649
10	23.10	15.91	11.82	23.45	4.64	2.33	4.37	8.865,68	7.58	31.58	304.22	47.70	4.81	198.268,79	6.06	22	295
11	3.20	2.75	3.16	6.44	5.59	0.56	6.81	39.994,62	32.12	27.35	961.69	70.04	2.45	791.070,03	22.06	20	448
12	15.62	15.97	4.34	13.37	2.73	1.50	4.76	49.000,02	2.16	23.85	1.390,90	89.97	1.18	319.754,10	35.73	7	301
13	10.54	5.91	0.62	0.81	1.07	0.56	4.78	49.242,99	26.45	4.27	1.501,47	83.07	8.37	290.823,33	7.06	6	167
14	14.14	4.60	6.14	7.19	3.17	1.77	8.85	11.321,86	4.63	20.82	634.29	68.80	11.06	209.454,45	9.09	19	136
15	23.17	13.44	1.24	2.14	3.08	0.36	2.54	40.393,78	27.75	16.25	1.237,33	80.00	4.14	198.545,68	38.98	5	97
16	12.79	6.63	3.17	3.61	1.26	2.31	9.99	12.564,01	1.53	25.24	2.214,41	83.58	5.03	98.693,57	14.47	8	398
17	12.23	15.94	1.29	3.21	2.54	0.51	2.91	11.520,10	3.89	40.88	745.26	100.00	26.74	107.712,95	10.00	9	187
18	14.38	5.45	13.04	17.02	3.60	3.36	7.98	24.787,52	11.45	26.95	1.419,53	85.68	35.77	155.447,18	36.72	6	53
19	14.79	7.52	3.63	5.89	2.87	1.16	3.22	33.420,74	-1.14	13.31	954.79	92.63	30.24	667.511,49	104.05	20	70
20	14.72	10.39	0.02	0.08	1.32	0.02	3.47	27.260,26	-1.04	41.56	2.480,03	32.77	2.48	241.525,86	6.33	9	242

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 7B. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1997, por cooperativa.

1997	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Cooperativas	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	2.67	2.01	2.64	0.30	3.41	32	70	29.31	0.35	53.93	41	26	18	33
2	1.43	1.20	1.45	0.22	1.99	55	50	50.21	0.00	6.44	43	50	13	5
3	2.23	1.70	1.63	0.34	1.95	33	49	51.39	19.80	21.52	20	3	8	26
4	0.95	0.73	0.68	0.02	1.06	662	0.5	94.56	67.81	11.16	37	51	13	-1
5	1.21	0.74	1.51	0.06	1.58	12	37	63.38	6.83	-7.48	22	25	18	15
6	2.58	1.30	2.58	0.00	7.00	74	86	14.29	0.00	-15.93	18	13	26	31
7	1.53	0.89	1.18	0.03	1.63	72	39	61.48	32.46	29.34	17	53	15	-21
8	1.47	1.09	1.13	0.02	1.68	80	40	59.52	20.34	-1.30	35	39	18	13
9	1.41	1.00	1.28	0.04	4.14	91	76	24.16	2.29	-21.49	36	23	17	30
10	1.59	1.11	0.76	0.23	1.43	156	30	69.97	36.56	-7.50	20	18	22	24
11	4.13	3.48	2.24	2.68	3.11	41	68	32.19	15.98	40.67	5	18	5	-8
12	1.69	1.35	1.12	0.38	1.44	74	30	69.50	27.80	15.99	34	6	19	47
13	1.17	1.01	1.06	0.21	3.54	98	72	28.25	13.47	5.81	19	9	7	17
14	2.34	2.09	2.41	0.31	7.97	80	87	12.54	0.00	-23.04	25	41	4	-13
15	1.01	0.86	0.66	0.02	2.24	127	55	44.57	15.65	-11.27	29	20	7	16
16	3.08	2.13	3.18	0.43	6.41	60	84	15.59	0.71	-11.73	70	43	46	73
17	1.21	0.86	1.08	0.05	1.55	86	35	64.69	29.65	24.63	42	48	2	-4
18	2.22	1.66	2.22	0.10	4.08	60	75	24.51	0.00	-1.96	37	19	16	34
19	0.93	0.61	0.81	0.07	2.18	116	54	45.85	5.92	-19.92	22	19	17	20
20	1.47	1.16	1.18	0.14	1.42	064	26	73.66	32.72	9.59	96	77	35	54

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 8B. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1997, por cooperativa

1997	ÍNDICES DODESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
Coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL %	CS/A(R\$)	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)	ATT (q)	
1	11.92	7.38	15.28	21.67	4.36	3.47	9.59	6.962,33	1.97	4.57	51.45	93.44	14.67	300.540,50	16.67	43	0	
2	20.08	16.19	2.65	5.32	3.93	0.64	5.06	33.966,48	24.35	8.93	384.80	81.72	7.83	125.088,10	0.96	4	192	
3	5.32	4.77	6.53	13.44	7.41	0.87	6.68	44.144,09	5.05	40.29	1.166,42	100.00	6.29	635.275,19	11.93	14	583	
4	15.86	19.04	-8.10	-148.97	1.84	-4.21	-10.49	3.997,06	1.10	49.27	58.08	48.10	1.88	149.192,70	12.21	37	642	
5	8.50	6.37	-2.58	-7.06	5.58	-0.44	2.90	4.355,52	-14.76	92.33	263.87	69.99	2.89	232.182,62	61.54	53	347	
6	26.05	26.47	-1.38	-1.58	3.39	-0.40	6.26	1.391,90	2.17	44.63	157.21	22.38	4.90	63.690,06	33.33	46	503	
7	8.44	8.29	-4.37	-11.36	4.75	-0.89	2.37	22.565,25	5.52	71.25	1.305,36	81.93	5.10	246.959,45	1.49	11	368	
8	18.42	16.06	7.30	18.04	3.65	1.92	4.58	22.542,48	0.10	50.45	1.262,50	81.58	5.73	236.245,17	11.00	10	87	
9	6.78	5.22	-3.14	-4.14	1.86	-1.58	3.84	10.252,03	-44.68	18.10	755.95	69.08	9.47	118.725,16	51.61	12	359	
10	20.99	15.02	-4.07	-13.55	3.14	-1.19	2.04	8.356,09	6.78	58.39	466.91	40.61	1.46	190.858,01	5.80	23	263	
11	3.49	2.33	7.12	10.50	8.45	0.84	12.05	55.444,79	6.39	29.30	1.303,13	70.02	2.31	1220.638,29	16.92	22	477	
12	10.81	9.26	4.53	14.85	2.90	1.51	4.84	60.527,07	2.59	32.08	2.038,93	89.96	0.88	419.251,68	18.13	7	309	
13	8.07	6.21	-2.13	-2.97	1.18	-1.75	3.82	50.510,07	11.16	6.46	1.976,39	83.15	10.75	323.961,11	11.49	6	186	
14	13.70	5.34	-1.27	-1.46	2.78	-0.42	8.80	8.276,97	15.23	33.85	881.45	52.24	13.65	176.450,00	4.55	21	156	
15	23.77	14.98	3.09	5.57	2.74	1.01	3.07	45.441,63	-14.48	17.96	1.652,28	85.48	4.84	197.710,95	31.58	4	62	
16	10.99	5.74	2.78	3.29	1.13	2.26	9.66	11.993,45	1.01	27.26	2.441,36	83.67	3.65	108.752,67	21.05	9	402	
17	15.32	8.75	6.97	19.74	2.37	2.95	3.92	15.218,89	0.00	54.34	1.234,21	100.00	32.09	113.837,32	12.00	7	187	
18	14.86	5.04	20.32	26.92	3.42	5.53	8.44	25.310,90	3.69	27.71	1.547,64	84.19	20.24	167430,16	32.18	7	50	
19	13.54	11.26	-6.57	-12.12	2.87	-2.09	1.62	28.412,58	2.91	18.43	988.46	92.97	16.96	1.005.012,35	225.58	35	76	
20	12.82	7.84	0.02	0.07	1.33	0.01	3.59	31.670,24	1.77	44.38	2.787,72	33.38	3.25	387.637,95	35.75	12	451	

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 1C	Índices de avaliação da eficiência financeira para o ano de 1994 por cooperativa, em ordem crescente	99
TABELA 2C	Índices de avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1994, em ordem crescente	100
TABELA 3C	Índices de avaliação da eficiência financeira para o ano de 1995 por cooperativa, em ordem crescente	101
TABELA 4C	Índices de avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1995, em ordem crescente	102
TABELA 5C	Índices de avaliação da eficiência financeira para o ano de 1996 por cooperativa, em ordem crescente	103
TABELA 6C	Índices de avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1996, em ordem crescente	104
TABELA 7C	Índices de avaliação da eficiência financeira para o ano de 1997 por cooperativa, em ordem crescente	105
TABELA 8C	Índices de avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1997, em ordem crescente	106

TABELA 1C. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1994 por cooperativa, em ordem crescente

1994	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Quant. coop.	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	0.94	0.52	0.84	-0.01	1.53	19	34	11.51	0.00	-526.73	9	3	4	-59
2	0.96	0.76	0.91	0.02	1.55	24	36	15.16	0.00	-511.06	10	9	8	-49
3	1.06	0.76	1.02	0.03	1.56	48	36	18.90	0.00	-503.18	14	10	9	-13
4	1.11	0.81	1.04	0.05	1.57	58	36	20.47	0.00	-491.00	17	11	10	-12
5	1.14	0.82	1.06	0.05	1.64	60	39	22.21	0.00	-481.67	18	18	12	10
6	1.27	0.85	1.11	0.05	1.76	60	43	24.07	0.05	-467.74	21	18	13	14
7	1.43	0.98	1.30	0.08	1.86	63	46	27.16	0.08	-413.51	24	18	15	14
8	1.53	1.02	1.42	0.11	2.00	67	50	32.85	0.12	-385.43	24	20	15	17
9	1.61	1.15	1.44	0.13	2.49	75	60	34.55	0.22	-377.17	25	21	15	18
10	1.64	1.15	1.44	0.13	2.81	75	64	34.60	0.84	-377.06	31	22	18	23
11	1.66	1.20	1.55	0.16	2.89	77	65	35.64	0.94	-367.95	33	24	20	23
12	1.70	1.21	1.61	0.18	2.89	81	65	40.14	1.15	-270.64	33	25	22	23
13	1.76	1.25	1.63	0.23	3.04	84	67	50.07	4.21	-227.64	35	26	23	37
14	1.76	1.33	1.76	0.25	3.68	85	73	53.86	6.70	-206.61	35	32	23	38
15	2.28	1.63	1.76	0.30	4.15	86	76	56.92	11.79	-199.94	35	33	25	39
16	2.40	1.63	1.76	0.38	4.50	90	78	60.92	17.28	120.19	36	45	26	43
17	2.43	1.96	2.28	0.52	4.88	93	80	63.52	20.04	178.53	38	54	27	47
18	2.87	2.03	2.40	0.54	5.29	99	81	64.16	20.78	964.18	60	61	33	61
19	2.96	2.17	2.42	0.59	6.59	103	85	64.41	26.80	1.067,94	64	62	35	78
20	4.18	3.58	2.90	1.94	8.69	129	88	66.23	27.56	1.385,55	74	88	46	80

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 2C. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o de ano de 1994 por cooperativa, em ordem crescente.

1994	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
Quant coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL %	CS/A(R\$)	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)	ATT (q)
1	3.61	1.32	-3.74	-4.93	1.02	-2.93	1.56	1.100,46	-31.70	0.00	0.00	34.37	0.97	49.992,50	0.00	3	0
2	6.34	3.05	-0.83	-1.19	1.23	-0.52	2.87	1.740,76	-9.67	0.16	1.29	39.66	1.99	57.903,69	0.00	4	67
3	9.10	3.90	-0.42	-0.98	1.60	-0.15	2.91	2.348,98	-1.95	0.28	1.50	42.30	2.53	59.661,50	0.00	4	111
4	10.11	4.24	0.27	0.80	1.76	0.07	2.93	3.292,79	-0.75	0.44	6.03	51.81	2.75	69.408,32	0.00	6	115
5	11.01	4.56	0.31	0.86	2.00	0.15	3.70	4.601,64	0.00	1.14	6.11	52.99	3.26	76.207,84	4.29	6	131
6	11.14	7.38	2.47	2.80	2.06	1.54	4.43	5.013,57	0.80	1.88	8.83	54.64	3.49	76.623,11	5.33	8	133
7	15.64	7.83	5.12	10.16	2.38	1.59	4.63	5.714,49	1.60	1.89	22.67	69.96	3.50	82.258,18	5.88	8	166
8	17.06	8.64	6.54	14.05	2.39	1.72	5.05	6.560,99	2.17	2.04	29.03	70.05	3.74	88.117,99	9.09	9	188
9	17.39	11.08	7.56	14.35	2.59	1.93	5.44	7.533,00	4.63	2.26	51.76	71.47	5.88	110.538,50	9.73	9	201
10	18.11	12.44	10.45	15.85	2.70	1.96	6.10	10.090,77	4.75	2.96	69.50	79.91	5.99	113.785,68	12.45	11	310
11	18.22	14.09	10.64	18.33	2.98	2.14	6.59	12.832,12	4.79	3.11	74.86	80.83	7.03	115.946,25	13.11	12	315
12	18.42	15.07	13.57	19.35	2.99	2.23	7.08	13.040,59	5.35	3.48	96.91	81.01	7.14	126.054,82	15.38	15	320
13	18.88	15.29	14.58	20.75	3.18	4.04	7.16	13.807,44	6.56	3.84	132.18	84.99	7.73	126.190,14	18.00	15	321
14	18.90	16.09	15.19	30.43	3.37	4.45	7.56	17.090,37	6.72	5.32	146.49	85.90	11.32	144.371,69	20.00	19	384
15	20.99	17.14	20.12	32.92	4.08	4.63	7.80	20.993,10	6.74	7.31	187.71	86.93	13.39	144.491,33	21.05	22	400
16	21.04	20.26	24.68	43.38	4.27	4.93	8.30	26.285,51	7.35	8.25	190.12	89.55	15.92	187.031,93	21.43	27	434
17	25.74	21.20	28.60	46.69	5.87	6.63	8.71	27.063,43	8.97	9.11	256.00	89.96	16.28	249.212,93	22.49	35	595
18	25.91	23.16	29.82	47.78	8.71	9.41	9.21	30.430,45	9.88	10.22	337.79	98.43	17.87	269.128,11	39.13	45	636
19	26.50	23.78	33.75	52.76	8.78	10.50	10.08	41.643,85	10.11	10.72	681.87	100.00	18.03	414.714,81	100.00	61	646
20	28.04	25.35	34.53	59.96	13.98	12.80	12.03	58.339,92	17.49	16.30	792.42	100.00	32.32	645.138,39	130.49	64	805

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 3C. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1995 por cooperativa, em ordem crescente.

1995	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Quant. coop.	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	0.71	0.44	0.63	0.01	1.22	25	18	13.47	0.00	2.74	13	4	7	-48
2	0.74	0.59	0.98	0.02	1.32	45	23	18.65	0.00	5.04	15	4	7	-25
3	1.18	0.84	1.02	0.02	1.43	46	30	18.88	0.00	6.36	17	14	8	-16
4	1.27	0.92	1.05	0.09	1.43	52	30	22.04	0.00	14.29	17	15	8	7
5	1.32	0.96	1.09	0.10	1.57	55	36	22.89	0.00	16.81	18	18	9	7
6	1.40	1.06	1.10	0.11	1.60	61	38	29.16	0.19	16.99	23	18	9	12
7	1.44	1.06	1.14	0.12	1.61	61	38	30.65	0.51	18.04	26	18	10	15
8	1.46	1.06	1.29	0.13	1.75	67	43	32.09	1.75	19.13	27	19	11	16
9	1.47	1.24	1.32	0.14	1.84	67	46	33.02	2.97	28.06	28	22	14	20
10	1.52	1.25	1.32	0.18	2.29	67	56	41.95	11.42	34.81	29	22	14	20
11	1.66	1.28	1.33	0.26	2.38	71	58	43.65	11.76	34.93	30	23	14	20
12	1.70	1.30	1.35	0.27	3.03	75	67	54.38	11.87	37.64	32	24	15	25
13	1.70	1.38	1.40	0.28	3.12	76	68	57.24	12.83	43.60	32	25	15	31
14	1.77	1.46	1.66	0.29	3.26	78	69	62.27	15.01	44.73	36	28	17	33
15	1.78	1.48	1.69	0.34	3.43	83	71	62.33	15.29	60.46	40	30	20	34
16	2.16	1.72	1.94	0.34	4.37	93	77	63.63	15.69	62.08	43	41	22	37
17	2.40	1.90	2.10	0.44	4.54	96	78	70.01	17.88	63.46	44	45	26	44
18	2.59	2.11	2.40	0.44	5.30	99	81	70.10	27.48	66.57	50	47	28	46
19	3.27	2.23	2.59	0.46	5.36	110	81	76.53	28.59	68.70	61	68	30	81
20	3.55	2.45	3.09	0.51	7.42	269	87	82.18	46.64	178.91	96	79	53	93

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 4C. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1995 por cooperativa, em ordem crescente.

1995	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
Quant coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL %	CS/A(R\$)	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)	ATT (q)
1	3.59	2.19	-22.49	-126.23	1.11	-7.76	-5.46	1.717,40	-31.64	0.57	7.01	32.92	0.99	69.769,44	0.00	3	0
2	7.47	4.28	-4.70	-9.42	1.16	-1.55	2.22	3.692,60	-14.66	3.59	16.12	33.36	2.31	86.382,58	0.00	3	57
3	8.22	4.41	-2.21	-8.09	1.43	-1.48	3.01	3.854,09	-10.45	4.55	57.65	35.21	2.64	94.180,15	0.00	5	62
4	9.56	4.91	-1.28	-1.66	2.05	-1.04	3.42	4.729,32	-4.70	4.91	83.49	51.31	3.23	102.334,94	0.00	6	75
5	11.55	5.11	0.25	0.85	2.42	0.02	3.93	6.366,63	-3.11	6.57	120.85	54.00	3.24	113.144,17	0.00	7	94
6	12.72	5.17	2.52	5.09	2.44	0.59	4.21	7.736,82	0.30	9.17	177.92	66.92	4.99	124.412,32	3.67	8	130
7	12.91	5.34	3.11	6.68	2.46	0.89	4.46	10.093,49	0.63	9.77	246.27	70.04	5.13	125.731,56	5.00	8	132
8	14.27	6.80	3.41	7.20	2.68	0.98	4.47	10.464,46	1.02	10.32	258.80	73.26	5.47	158.431,67	5.33	9	140
9	14.51	7.56	4.40	9.37	2.72	1.19	4.79	11.018,19	1.99	10.69	327.65	80.07	5.79	161.104,47	6.59	9	180
10	14.87	8.37	4.99	10.37	2.73	1.29	4.82	17.403,02	2.20	12.88	546.26	80.80	6.29	161.713,31	8.65	10	207
11	15.43	10.00	6.22	11.27	3.13	1.91	5.32	18.414,86	3.13	15.47	560.66	81.89	6.49	161.979,25	10.00	15	295
12	15.63	10.70	6.32	12.16	3.15	2.00	5.37	22.033,80	3.15	15.48	595.93	81.97	6.82	175.194,61	12.50	16	330
13	15.72	14.37	6.59	12.48	3.49	2.55	5.82	22.848,81	3.49	19.16	738.96	82.12	7.93	185.526,00	15.38	16	339
14	16.00	14.48	7.55	12.68	3.70	2.79	6.00	26.269,47	3.73	20.35	774.24	84.44	10.75	196.318,30	25.00	18	343
15	18.12	15.32	8.48	14.44	3.87	3.29	6.31	35.212,02	4.54	22.90	789.93	86.78	12.34	258.224,25	26.74	19	392
16	19.51	16.31	8.98	14.54	4.20	3.61	7.82	37.139,07	5.28	25.34	834.40	89.97	15.62	276.705,73	29.28	20	402
17	19.82	16.53	9.89	16.78	4.29	4.41	8.94	41.186,09	5.54	38.78	1.040,64	97.81	16.06	306.379,15	42.42	34	622
18	22.14	18.99	17.71	21.83	4.79	5.10	9.47	46.639,14	6.94	39.22	1.281,32	100.00	20.28	426.878,82	47.62	34	650
19	25.74	19.83	23.55	30.20	6.32	5.56	9.70	46.840,95	7.72	42.24	1.324,11	100.00	26.67	556.728,95	65.71	41	681
20	27.85	21.26	29.37	52.12	12.15	6.26	9.91	66.369,29	7.87	60.80	1.583,34	100.00	38.09	730.440,69	109.78	67	780

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 5C. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1996 por cooperativa, em ordem crescente.

1996	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDEVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Quant. coop.	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	0.47	0.34	0.61	0.01	1.06	32	0.5	12.20	0.00	-18.24	10	4	5	-34
2	0.95	0.60	0.66	0.02	1.26	38	21	14.60	0.00	-17.14	10	5	7	-32
3	0.98	0.65	0.97	0.06	1.41	44	29	15.55	0.00	-14.22	12	9	8	1
4	1.00	0.75	1.11	0.08	1.48	45	32	23.41	0.00	-6.50	15	13	9	2
5	1.25	0.77	1.11	0.09	1.65	59	40	23.46	0.00	-5.97	16	17	9	6
6	1.36	0.92	1.12	0.11	1.67	62	40	29.91	0.00	-4.01	21	18	11	7
7	1.49	0.98	1.12	0.13	1.68	64	41	32.02	1.68	-3.82	21	18	14	10
8	1.52	1.05	1.14	0.16	1.80	67	45	38.41	3.71	1.58	22	19	14	16
9	1.68	1.07	1.18	0.19	1.97	69	49	41.98	6.98	4.61	23	20	15	17
10	1.72	1.27	1.21	0.23	2.02	72	50	43.85	14.19	5.04	23	20	17	18
11	1.78	1.35	1.23	0.23	2.28	76	56	49.57	15.30	5.84	26	21	18	19
12	1.79	1.37	1.42	0.24	2.38	78	58	50.87	15.64	6.07	26	22	18	24
13	1.81	1.44	1.49	0.41	2.60	78	62	55.44	18.18	6.41	27	22	19	27
14	2.26	1.60	1.52	0.43	3.12	83	68	59.49	19.14	7.31	30	33	22	27
15	2.32	1.65	1.54	0.48	3.34	84	70	59.87	20.32	9.98	30	35	23	29
16	2.35	1.80	1.93	0.48	4.26	93	77	60.47	22.49	12.85	33	37	25	31
17	2.43	1.88	2.18	0.51	4.27	96	77	67.52	24.80	12.91	34	47	25	40
18	2.53	2.02	2.32	0.52	6.43	103	84	71.01	33.14	13.35	46	47	28	51
19	3.81	2.25	2.35	0.87	6.85	128	85	79.36	40.22	15.67	53	57	33	78
20	3.92	3.10	3.58	0.99	8.20	701	88	94.57	40.76	64.00	117	78	49	88

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 6C. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1996 por cooperativa, em ordem crescente.

1996	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
Quant coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL%	CS/A(R\$)	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)	ATT (q)
1	3.20	2.75	-14.82	-130.19	1.07	-3.13	-10.48	1.553,34	-1.14	1.93	16.66	24.97	1.09	67.524,71	0.00	3	0
2	6.50	3.80	-7.07	-71.81	1.26	-1.38	-1.84	3.244,09	-1.04	4.27	50.17	28.51	1.18	98.693,57	0.00	5	53
3	8.65	4.60	-5.82	-14.73	1.32	-1.35	2.54	3.564,67	0.96	8.19	52.31	32.77	2.45	107.712,95	4.03	6	70
4	9.32	5.13	-1.92	-3.43	2.06	-0.44	2.91	4.391,24	1.12	13.31	133.28	47.70	2.48	111.007,82	6.06	6	95
5	9.39	5.45	-0.54	-0.64	2.27	-0.22	3.22	6.499,69	1.53	16.25	304.22	54.99	4.14	115.730,26	6.33	7	97
6	10.54	5.91	0.02	0.08	2.54	0.02	3.47	8.865,68	2.16	17.69	412.12	68.80	4.60	122.890,60	7.06	8	136
7	12.23	6.63	0.62	0.81	2.73	0.36	3.69	11.321,86	3.56	20.82	427.23	69.99	4.62	155.447,18	7.17	9	154
8	12.79	7.52	1.24	2.14	2.87	0.51	3.95	11.520,10	3.89	23.85	634.29	70.04	4.81	176.610,75	9.09	9	167
9	13.10	8.22	1.29	3.21	3.08	0.56	4.20	12.564,01	4.34	25.24	745.26	80.00	4.96	198.268,79	9.55	9	187
10	14.14	8.52	2.69	3.61	3.17	0.56	4.37	17.281,27	4.63	26.95	805.17	81.04	5.03	198.545,68	10.00	10	242
11	14.38	10.39	2.74	3.83	3.34	0.73	4.61	21.090,58	5.72	27.35	858.44	81.57	5.73	198.935,49	14.47	15	295
12	14.72	12.76	3.16	5.89	3.45	0.80	4.76	24.787,52	6.77	31.58	954.79	83.07	5.73	209.454,45	15.38	17	301
13	14.79	13.44	3.17	6.15	3.56	0.85	4.78	27.260,26	7.58	34.20	961.69	83.58	6.03	222.929,00	15.79	19	349
14	15.62	15.91	3.63	6.44	3.60	1.16	5.67	33.420,74	10.39	40.88	1.203,66	85.68	8.37	223.075,00	20.00	20	398
15	16.96	15.94	4.34	7.19	4.03	1.50	6.80	35.683,67	11.45	40.92	1.237,33	89.97	9.74	241.525,86	22.06	20	407
16	19.98	15.97	5.01	12.36	4.10	1.77	6.81	36.707,58	13.69	41.56	1.390,90	92.63	11.06	290.823,33	26.47	22	448
17	20.89	16.66	6.14	13.37	4.64	2.31	7.98	39.994,62	26.45	45.62	1.419,53	93.70	13.78	319.754,10	35.73	36	493
18	22.66	17.06	11.82	17.02	5.59	2.33	8.85	40.393,78	27.75	47.56	1.501,47	100.00	26.74	532.694,74	36.72	43	635
19	23.10	20.87	13.04	21.59	5.76	3.36	9.99	49.000,02	32.12	58.66	2.214,41	100.00	30.24	667.511,49	38.98	51	649
20	23.17	21.80	14.62	23.45	10.36	4.20	11.36	49.242,99	85.40	73.68	2.480,03	100.00	35.77	791.070,03	104.05	63	666

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 7C. Índices da avaliação da eficiência financeira para o ano de 1997 por cooperativa, em ordem crescente.

1997	ÍNDICES DE LIQUIDEZ							ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO		ÍNDICES DA CAPACIDADE OPERACIONAL				
	Quant. coop.	LC	LS	LG	LI	MG	IRP (%)	IF (%)	EG (%)	ELP(%)	CR (%)	PMC	PMP	PME
1	0.93	0.61	0.66	0.00	1.06	12	0.5	12.54	0.00	-23.04	5	3	22	-21
2	0.95	0.73	0.68	0.02	1.42	32	26	14.29	0.00	-21.49	17	6	4	-13
3	1.01	0.74	0.76	0.02	1.43	33	30	15.59	0.00	-19.92	18	9	5	-8
4	1.17	0.86	0.81	0.02	1.44	41	30	24.16	0.00	-15.93	19	13	7	-4
5	1.21	0.86	1.06	0.03	1.55	55	35	24.51	0.35	-11.73	20	18	7	-1
6	1.21	0.89	1.08	0.04	1.58	60	37	28.25	0.71	-11.27	20	18	8	5
7	1.41	1.00	1.12	0.05	1.63	60	39	29.31	2.29	-7.50	22	19	13	13
8	1.43	1.01	1.13	0.06	1.68	64	40	32.19	5.92	-7.48	22	19	13	15
9	1.47	1.09	1.18	0.07	1.95	72	49	44.57	6.83	-1.96	25	20	15	16
10	1.47	1.11	1.18	0.10	1.99	74	50	45.85	13.47	-1.30	29	23	16	17
11	1.53	1.16	1.28	0.14	2.18	74	54	50.21	15.65	5.81	34	25	17	20
12	1.59	1.20	1.45	0.21	2.24	80	55	51.39	15.98	6.44	35	26	17	24
13	1.69	1.30	1.51	0.22	3.11	80	68	59.52	19.80	9.59	36	39	18	26
14	2.22	1.35	1.63	0.23	3.41	86	70	61.48	20.34	11.16	37	41	18	30
15	2.23	1.66	2.22	0.30	3.54	91	72	63.38	27.80	15.99	37	43	18	31
16	2.34	1.70	2.24	0.31	4.08	98	75	64.69	29.65	21.52	41	48	19	33
17	2.58	2.01	2.41	0.34	4.14	116	76	69.50	32.46	24.63	42	50	22	34
18	2.67	2.09	2.58	0.38	6.41	127	84	69.97	32.72	29.34	43	51	26	47
19	3.08	2.13	2.64	0.43	7.00	156	86	73.66	36.56	40.67	70	53	35	54
20	4.13	3.48	3.18	2.68	7.97	662	87	94.56	67.81	53.93	96	77	46	73

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 8C. Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1997 por cooperativa, em ordem crescente.

1997	ÍNDICES DO DESEMPENHO ECONÔMICO							ÍNDICES DA EFICIÊNCIA SOCIAL						ÍNDICES DA EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS			
Quant coop	MB (%)	DV (%)	RI (%)	RPL %	GA	ML (%)	FI(K)	FA (R\$)	CQS%	CS/PL%	CS/A(R\$)	AT (%)	PA (%)	FPF (R\$)	RP	AF (q)	ATT (q)
1	3.49	2.33	-8.10	-148.97	1.13	-4.21	-10.49	1.391,90	-44.68	4.57	51.45	22.38	0.88	63.690,06	0.96	4	0
2	5.32	4.77	-6.57	-13.55	1.18	-2.09	1.62	3.997,06	-14.76	6.46	58.08	33.38	1.46	108.752,67	1.49	4	50
3	6.78	5.04	-4.37	-12.12	1.33	-1.75	2.04	4.355,52	-14.48	8.93	157.21	40.61	1.88	113.837,32	4.55	6	62
4	8.07	5.22	-4.07	-11.36	1.84	-1.58	2.37	6.962,33	0.00	17.96	263.87	48.10	2.31	118.725,16	5.80	7	76
5	8.44	5.34	-3.14	-7.06	1.86	-1.19	2.90	8.276,97	0.10	18.10	384.80	52.24	2.89	125.088,10	11.00	7	87
6	8.50	5.74	-2.58	-4.14	2.37	-0.89	3.07	8.356,09	1.01	18.43	466.91	69.08	3.25	149.192,70	11.49	7	156
7	10.81	6.21	-2.13	-2.97	2.74	-0.44	3.59	10.252,03	1.10	27.26	755.95	69.99	3.65	167.430,16	11.93	9	186
8	10.99	6.37	-1.38	-1.58	2.78	-0.42	3.82	11.993,45	1.77	27.71	881.45	70.02	4.84	176.450,00	12.00	10	187
9	11.92	7.38	-1.27	-1.46	2.87	-0.40	3.84	15.218,89	1.97	29.30	988.46	81.58	4.90	190.858,01	12.21	11	192
10	12.82	7.84	0.02	0.07	2.90	0.01	3.92	22.542,48	2.17	32.08	1.166,42	81.72	5.10	197.710,95	16.67	12	263
11	13.54	8.29	2.65	3.29	3.14	0.64	4.58	22.565,25	2.59	33.85	1.234,21	81.93	5.73	232.182,62	16.92	12	309
12	13.70	8.75	2.78	5.32	3.39	0.84	4.84	25.310,90	2.91	40.29	1.262,50	83.15	6.29	236.245,17	18.13	14	347
13	14.86	9.26	3.09	5.57	3.42	0.87	5.06	28.412,58	3.69	44.38	1.303,13	83.67	7.83	246.959,45	21.05	21	359
14	15.32	11.26	4.53	10.50	3.65	1.01	6.26	31.670,24	5.05	44.63	1.305,36	84.19	9.47	300.540,50	31.58	22	368
15	15.86	14.98	6.53	13.44	3.93	1.51	6.68	33.966,48	5.52	49.27	1.547,64	85.48	10.75	323.961,11	32.18	23	402
16	18.42	15.02	6.97	14.85	4.36	1.92	8.44	44.144,09	6.39	50.45	1.652,28	89.96	13.65	387.637,95	33.33	35	451
17	20.08	16.06	7.12	18.04	4.75	2.26	8.80	45.441,63	6.78	54.34	1.976,39	92.97	14.67	419.251,68	35.75	37	477
18	20.99	16.19	7.30	19.74	5.58	2.95	9.59	50.510,07	11.16	58.39	2.038,93	93.44	16.96	635.275,19	51.61	43	503
19	23.77	19.04	15.28	21.67	7.41	3.47	9.66	55.444,79	15.23	71.25	2.441,36	100.00	20.24	1.005.012,35	61.54	46	583
20	26.05	26.47	20.32	26.92	8.45	5.53	12.05	60.527,07	24.35	92.33	2.787,72	100.00	32.09	1.220.638,29	225.58	53	642

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 1D	Índices-padrão - avaliação da eficiência financeira para o ano de 1994	108
TABELA 2D	Índices-padrão - avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1994	109
TABELA 3D	Índices-padrão - avaliação da eficiência financeira para o ano de 1995	110
TABELA 4D	Índices-padrão - avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1995	111
TABELA 5D	Índices-padrão - avaliação da eficiência financeira para o ano de 1996	112
TABELA 6D	Índices-padrão - avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1996	113
TABELA 7D	Índices-padrão - avaliação da eficiência financeira para o ano de 1997	114
TABELA 8D	Índices-padrão - avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1997	115

TABELA 1D. ÍNDICES-PADRÃO – Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1994 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais)

DECIS – 1994	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Liquidez corrente	1.01	1.12	1.35	1.57	1.65	1.73	2.02	2.42	2.91
Liquidez seca	0.76	0.82	0.91	1.08	1.18	1.23	1.48	1.79	2.10
Liquidez geral	0.96	1.05	1.20	1.43	1.50	1.62	1.76	2.02	2.41
Liquidez instantânea	0.02	0.05	0.07	0.12	0.14	0.20	0.28	0.45	0.57
Margem de garantia	1.56	1.61	1.81	2.24	2.85	2.97	3.92	4.69	5.94
Imobilização c/ recursos próprios	36	59	62	71	76	82	86	92	101
Independência financeira	36	38	45	55	65	66	74	79	83
Endividamento geral	17.03	21.34	25.61	33.70	35.12	45.11	55.39	62.22	64.28
Endividamento a longo prazo	-	-	0.06	0.17	0.89	2.68	9.25	18.66	23.79
Crescimento de receitas	(507.12)	(486.33)	(440.62)	(381.30)	(372.50)	(249.14)	(203.28)	149.36	1.016,06
Prazo médio de cobrança	12	16	17	24	32	34	35	37	62
Prazo médio de pagamento	10	11	15	21	23	26	32	49	62
Prazo médio de estoques	9	10	11	15	19	22	24	27	34
Ciclo financeiro	(31)	(12)	(1)	18	23	30	38	45	69

Fonte: Dados da pesquisa

**TABELA 2D. ÍNDICES-PADRÃO - Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1994
(amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).**

DECIS - 1994	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Margem bruta	7.72	10.56	13.39	17.22	18.16	18.65	19.94	23.39	26.21
Despesas operacionais s/ vendas	3.48	4.40	7.60	9.86	13.26	15.18	16.62	20.73	23.47
Retorno sobre o investimento	-0.62	0.29	3.80	7.05	10.55	14.08	17.65	26.64	31.78
Rentabilidade s/ o patrimônio líquido	-1.08	0.83	6.48	14.20	17.09	20.05	31.67	45.04	50.27
Giro dos ativos	1.42	1.88	2.22	2.49	2.84	3.09	3.72	5.07	8.74
Margem líquida	-0.33	0.11	1.56	1.83	2.05	3.13	4.54	5.78	9.96
Fator de insolvência (Kanitz)	2.89	3.31	4.53	5.25	6.34	7.12	7.68	8.50	9.64
Faturamento por associado	2.044,87	3.947,22	5.364,03	7.046,99	11.461,44	13.424,02	19.041,74	26.674,47	36.037,15
Crescimento do quadro social	(5.81)	(0.37)	1.20	3.40	4.77	5.95	6.73	8.16	10.00
Capital social por patrimônio líquido	0.22	0.79	1.88	2.15	3.04	3.66	6.32	8.68	10.47
Capital social por associado	1.39	6.07	15.75	40.40	72.18	114.55	167.10	223.06	509.83
Associado ativo/total	40.98	52.40	62.30	70.76	80.37	83.00	86.41	89.75	99.21
Participação em assembleias	2.26	3.01	3.50	4.81	6.51	7.44	12.35	16.10	17.95
Faturamento por funcionários	58.782,60	72.808,08	79.440,64	99.328,24	114.865,96	126.122,48	144.431,51	218.122,43	341.921,46
Rotação de pessoal	-	2.14	5.61	9.41	12.78	16.69	20.53	21.96	69.57
Associados/funcionários	4	6	8	9	11	15	21	31	53
Associados/técnicos	113	132	177	255	317	353	417	616	725

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 3D. ÍNDICES PADRÃO – Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1995 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).

DECIS - 1995	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Liquidez corrente	0.96	1.30	1.42	1.47	1.59	1.70	1.77	2.28	2.93
Liquidez seca	0.72	0.94	1.06	1.15	1.26	1.34	1.47	1.81	2.17
Liquidez geral	1.00	1.07	1.12	1.31	1.33	1.37	1.68	2.02	2.50
Liquidez instantânea	0.02	0.10	0.12	0.13	0.22	0.28	0.32	0.39	0.45
Margem de garantia	1.37	1.50	1.61	1.79	2.34	3.07	3.35	4.45	5.33
Imobilização com recursos próprios	45	53	61	67	69	75	80	95	105
Independência financeira	27	33	38	44	57	67	70	78	81
Endividamento geral	18.76	22.46	29.91	32.55	42.80	55.81	62.30	66.82	73.32
Endividamento a longo prazo	-	-	0.35	2.36	11.59	12.35	15.15	16.79	28.03
Crescimento de receitas	5.70	15.55	17.52	23.60	34.87	40.62	52.59	62.77	67.63
Prazo médio de cobrança	16	17	18	28	30	32	38	44	56
Prazo médio de pagamento	9	15	17	20	23	25	29	43	57
Prazo médio de estoques	7	8	8	13	14	15	18	24	29
Ciclo financeiro	(20)	(4)	7	18	20	28	33	40	63

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 4D. ÍNDICES-PADRÃO – Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1995 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).

DECIS - 1995	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Margem bruta	7.85	10.56	12.82	14.39	15.15	15.68	17.06	19.66	23.94
Despesas operacionais s/ vendas	4.34	5.01	5.25	7.18	9.18	12.53	14.90	16.42	19.41
Retorno sobre o investimento	-3.45	-0.51	2.82	3.90	5.61	6.45	8.01	9.44	20.63
Rentabilidade s/ o patrimônio líquido	-8.75	-0.41	5.88	8.29	10.82	12.32	13.56	15.66	26.02
Giro dos ativos	1.29	2.24	2.45	2.70	2.93	3.32	3.78	4.25	5.55
Margem líquida	-1.52	-0.51	0.74	1.09	1.60	2.27	3.04	4.01	5.33
Fator de insolvência (Kanitz)	2.61	3.68	4.33	4.63	5.07	5.60	6.15	8.38	9.59
Faturamento por associado	3.773,35	5.547,98	8.915,15	10.741,32	17.908,94	22.441,30	30.740,74	39.162,58	46.740,04
Crescimento do Quadro social	(12.55)	(3.90)	0.46	1.51	2.66	3.32	4.14	5.41	7.33
Capital Social por patrimônio líquido	4.07	5.74	9.47	10.51	14.17	17.32	21.62	32.06	40.73
Capital social por associado	36.89	102.17	212.10	293.22	553.46	667.44	782.08	937.52	1.302,71
Associado ativo/total	34.28	52.65	68.48	76.67	81.35	82.04	85.61	93.89	100.00
Participação em assembleias	2.47	3.24	5.06	5.63	6.39	7.38	11.55	15.84	23.47
Faturamento por funcionários	90.281,37	107.739,55	125.071,94	159.768,07	161.846,28	180.360,31	227.271,28	291.542,44	491.803,88
Rotação de pessoal	-	-	4.33	5.96	9.33	13.94	25.87	35.85	56.67
Associados/funcionários	4	6	8	9	12	16	19	27	37
Associados/técnicos	69	112	136	193	312	341	397	636	730

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 5D. ÍNDICES-PADRÃO - Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1996 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).

DECIS - 1996	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Liquidez corrente	0.97	1.12	1.43	1.60	1.75	1.80	2.29	2.39	3.17
Liquidez seca	0.62	0.76	0.95	1.06	1.31	1.40	1.62	1.84	2.14
Liquidez geral	0.81	1.11	1.12	1.16	1.22	1.45	1.53	2.05	2.33
Liquidez instantânea	0.04	0.09	0.12	0.18	0.23	0.33	0.46	0.49	0.69
Margem de garantia	1.34	1.57	1.68	1.88	2.15	2.49	3.23	4.27	6.64
Imobilização com recursos próprios	41	52	63	68	74	78	83	94	116
Independência financeira	25	36	40	47	53	60	69	77	85
Endividamento geral	15.08	23.43	30.97	40.20	46.71	53.16	59.68	63.99	75.19
Endividamento a longo prazo	-	-	0.84	5.34	14.74	16.91	19.73	23.65	36.68
Crescimento de receitas	(15.68)	(6.23)	(3.92)	3.10	5.44	6.24	8.65	12.10	14.29
Prazo médio de cobrança	11	16	21	22	24	26	30	34	50
Prazo médio de pagamento	7	15	18	19	21	22	34	42	52
Prazo médio de estoques	8	9	13	15	18	18	23	25	30
Ciclo financeiro	(15)	4	9	17	18	26	28	36	64

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 6D. ÍNDICES-PADRÃO – Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1996 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).

DECIS - 1996	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Margem bruta	7.58	9.35	11.39	12.94	14.26	14.76	16.29	20.44	22.88
Despesas operacionais s/ vendas	4.20	5.29	6.27	7.87	9.45	13.10	15.92	16.32	18.97
Retorno sobre o investimento	-6.45	-1.23	0.32	1.26	2.71	3.17	3.99	5.57	12.43
Rentabilidade s/ o patrimônio líquido	-43.27	-2.03	0.45	2.67	3.72	6.02	6.81	12.87	19.30
Giro dos ativos	1.29	2.17	2.63	2.97	3.26	3.50	3.82	4.37	5.67
Margem líquida	-1.37	-0.33	0.19	0.53	0.65	0.83	1.33	2.04	2.84
Fator de insolvência (Kanitz)	0.35	3.07	3.58	4.08	4.49	4.77	6.24	7.40	9.42
Faturamento por associado	3.404,38	5.445,46	10.093,77	12.042,05	19.185,92	26.023,89	34.552,20	38.351,10	44.696,90
Crescimento do quadro social	(0.04)	1.33	2.86	4.11	5.17	7.17	10.92	20.07	29.94
Capital social por patrimônio líquido	6.23	14.78	19.26	24.54	27.15	32.89	40.90	43.59	53.11
Capital social por associado	51.24	218.75	419.67	689.77	831.80	958.24	1.220,50	1.405,21	1.857,94
Associado ativo/total	30.64	51.34	69.39	75.02	81.30	83.33	87.82	93.16	100.00
Participação em assembléias	1.82	3.31	4.61	4.88	5.38	5.88	9.05	12.42	28.49
Faturamento por funcionários	103.203,26	113.369,04	139.168,89	187.439,77	198.740,58	216.191,73	232.300,43	305.288,71	600.103,12
Rotação de pessoal	2.01	6.20	7.12	9.32	12.24	15.59	21.03	31.10	37.85
Associados/funcionários	5	6	8	9	13	18	20	29	47
Associados/técnicos	62	96	145	177	268	325	402	471	642

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 7D. ÍNDICES-PADRÃO – Avaliação da eficiência financeira para o ano de 1997 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).

DECIS - 1997	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Liquidez corrente	0.98	1.19	1.31	1.45	1.50	1.64	2.23	2.46	2.87
Liquidez seca	0.73	0.86	0.94	1.05	1.13	1.25	1.50	1.85	2.11
Liquidez geral	0.72	0.93	1.10	1.16	1.23	1.48	1.93	2.33	2.61
Liquidez instantânea	0.02	0.02	0.05	0.07	0.12	0.22	0.27	0.32	0.41
Margem de garantia	1.42	1.49	1.60	1.81	2.09	2.68	3.48	4.11	6.71
Imobilização com recursos próprios	33	48	60	68	74	80	89	107	141
Independência financeira	28	33	38	45	52	62	71	76	85
Endividamento geral	14.94	24.34	28.78	38.38	48.03	55.46	62.43	67.10	71.82
Endividamento a longo prazo	-	0.17	1.50	6.38	14.56	17.89	24.07	31.05	34.64
Crescimento de receitas	(20.70)	(13.83)	(9.38)	(4.72)	2.26	8.02	13.58	23.07	35.01
Prazo médio de cobrança	18	20	21	23	31	35	37	41	56
Prazo médio de pagamento	8	16	19	20	24	32	42	49	52
Prazo médio de estoques	4	7	11	14	16	18	18	20	31
Ciclo financeiro	(11)	8	9	15	18	25	31	33	50

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 8D. ÍNDICES-PADRÃO – Avaliação da eficiência econômica e político-social para o ano de 1997 (amostra de 20 cooperativas agropecuárias do Sul de Minas Gerais).

DECIS - 1997	1	2	3	4	MEDIANA	6	7	8	9
Margem bruta	6.05	8.26	9.65	11.46	13.18	14.28	15.59	19.25	22.38
Despesas operacionais s/ vendas	4.90	5.28	5.98	6.87	8.07	9.00	13.12	15.54	17.62
Retorno sobre o investimento	-5.47	-3.60	-2.36	-1.33	1.33	2.93	5.53	7.05	11.29
Rentabilidade s/ o patrimônio líquido	-12.84	-9.21	-3.55	-1.52	1.68	5.44	11.97	16.45	20.70
Giro dos ativos	1.26	1.85	2.55	2.82	3.02	3.40	3.79	4.55	6.50
Margem líquida	-1.92	-1.39	-0.67	-0.41	0.33	0.85	1.26	2.09	3.21
Fator de insolvência (Kanitz)	1.83	2.63	3.33	3.83	4.25	4.95	6.47	8.62	9.62
Faturamento por associado	4.176,29	7.619,65	9.304,06	13.606,17	22.553,86	26.861,74	32.818,36	44.792,86	52.977,43
Crescimento do quadro social	(14.62)	0.05	1.05	1.87	2.38	3.30	5.28	6.58	13.19
Capital Social por patrimônio líquido	7.70	18.03	22.85	28.50	32.97	42.33	46.95	52.39	64.82
Capital social por associado	107.64	324.34	611.43	934.96	1.200,32	1.282,82	1.426,50	1.814,33	2.240,14
Associado ativo/total	37.00	50.17	69.53	75.80	81.83	83.41	84.84	91.46	96.72
Participação em assembleias	1.67	2.60	3.45	4.87	5.41	7.06	10.11	14.16	18.60
Faturamento por funcionários	111.294,99	121.906,63	158.311,43	183.654,01	214.946,78	241.602,31	312.250,81	403.444,81	820.143,77
Rotação de pessoal	3.02	8.40	11.71	12.10	16.79	19.59	31.88	34.54	56.58
Associados/funcionários	5	7	8	11	12	18	22	36	44
Associados/técnicos	56	82	171	189	286	353	385	464	543

FONTE: Dados da pesquisa

ANEXO E		Página
TABELA 1E	Comparação dos índices da Cooperativa 1 com os padrões do ramo	117
TABELA 2E	Comparação dos índices da Cooperativa 2 com os padrões do ramo	118
TABELA 3E	Comparação dos índices da Cooperativa 3 com os padrões do ramo	119
TABELA 4E	Comparação dos índices da Cooperativa 4 com os padrões do ramo	120
TABELA 5E	Comparação dos índices da Cooperativa 5 com os padrões do ramo	121
TABELA 6E	Comparação dos índices da Cooperativa 6 com o os padrões do ramo	122
TABELA 7E	Comparação dos índices da Cooperativa 8 com os padrões do ramo	123
TABELA 8E	Comparação dos índices da Cooperativa 9 com os padrões do ramo	124
TABELA 9E	Comparação dos índices da Cooperativa 10 com os padrões do ramo	125
TABELA 10E	Comparação dos índices da Cooperativa 11 com os padrões do ramo	126
TABELA 11E	Comparação dos índices da Cooperativa 12 com os padrões do ramo	127
TABELA 12E	Comparação dos índices da Cooperativa 13 com os padrões do ramo	128
TABELA 13E	Comparação dos índices da Cooperativa 14 com os padrões do ramo	129
TABELA 14E	Comparação dos índices da Cooperativa 15 com os padrões do ramo	130
TABELA 15E	Comparação dos índices da Cooperativa 16 com os padrões do ramo	131
TABELA 16E	Comparação dos índices da Cooperativa 17 com os padrões do ramo	132
TABELA 17E	Comparação dos índices da Cooperativa 18 com os padrões do ramo	133
TABELA 18E	Comparação dos índices da Cooperativa 19 com os padrões do ramo	134
TABELA 19E	Comparação dos índices da Cooperativa 20 com os padrões do ramo	135

TABELA 1E. Comparação dos índices da Cooperativa 1 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	2,43	1,63	8º	3,27	1,59	9º	3,92	1,75	9º	2,67	1,50	9º
LS	1,63	1,18	8º	2,45	1,26	9º	3,10	1,31	9º	2,01	1,13	9º
LG	2,42	1,50	9º	1,94	1,33	8º	2,18	1,22	8º	2,64	1,23	5º
LI	0,52	0,14	9º	0,28	0,22	6º	0,23	0,23	5º	0,30	0,12	8º
MG	6,59	2,85	9º	3,43	2,34	7º	3,12	2,15	7º	3,41	2,09	7º
IRP	75	76	5º	61	69	3º	45	74	1º	32	74	1º
IF	85	65	9º	71	57	7º	68	53	7º	70	52	7º
EG	15,16	35,12	1º	29,16	42,80	3º	32,02	46,71	3º	29,31	48,03	3º
ELP	0,08	0,89	3º	11,87	11,59	5º	14,19	14,74	5º	0,35	14,56	2º
CR	-526,73	-372,50	1º	178,91	34,87	9º	64,00	5,44	9º	53,93	2,26	9º
CF	39	23	7º	46	20	8º	51	18	9º	33	18	8º
MB	18,42	18,16	6º	14,87	15,15	5º	13,10	14,26	4º	11,92	13,18	4º
DV	15,29	13,26	6º	7,56	9,18	4º	8,52	9,45	4º	7,38	8,07	4º
RI	-0,83	10,55	1º	8,98	5,61	8º	14,62	2,71	9º	15,28	1,33	9º
RPL	-0,98	17,09	1º	12,68	10,82	6º	21,59	3,72	9º	21,67	1,68	9º
GA	1,60	2,84	1º	2,72	2,93	4º	3,45	3,26	6º	4,36	3,02	8º
ML	-0,52	2,05	1º	3,29	1,60	7º	4,29	0,65	9º	3,47	0,33	9º
FI-k	7,08	6,34	6º	8,94	5,07	8º	11,36	4,49	9º	9,59	4,25	9º
FA	1.740,76	11.461,44	1º	4.729,32	17.908,94	2º	4.391,24	19.185,92	1º	6.962,33	22.553,86	2º
CQS	6,72	4,77	7º	7,87	2,66	9º	85,40	5,17	9º	1,97	2,38	4º
CS/PL	0,16	3,04	1º	0,57	14,17	1º	193	27,15	1º	4,57	32,97	1º
CS/A	1,50	72,18	1º	7,01	553,46	1º	16,66	831,80	1º	51,45	1.200,32	1º
AT	98,43	80,37	9º	97,81	81,35	9º	93,70	81,30	8º	93,44	81,83	8º
PA	13,39	6,51	7º	16,06	6,39	8º	13,78	5,38	8º	14,67	5,41	8º
FPF	110.538,50	114.863,96	5º	161.979,25	161.846,28	5º	223.075,00	198.740,58	6º	300.540,50	214.946,78	7º
RP	100	12,78	9º	0,00	9,33	1º	20,00	12,24	7º	16,67	16,79	5º
AF	64	11	9º	34	12	9º	51	13	9º	43	12	9º
ATT	0	317	1º	0	312	1º	0	268	1º	0	286	1º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 2E. Comparação dos índices da Cooperativa 2 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	1,43	1,65	3º	1,70	1,59	6º	1,49	1,75	3º	1,43	1,50	4º
LS	0,98	1,18	3º	1,28	1,26	5º	0,98	1,31	3º	1,20	1,13	6º
LG	1,42	1,50	4º	1,69	1,33	7º	1,49	1,22	6º	1,45	1,23	7º
LI	0,13	0,14	4º	0,14	0,22	4º	0,11	0,23	3º	0,22	0,12	6º
MG	2,81	2,85	5º	3,12	2,34	6º	2,28	2,15	5º	1,99	2,09	5º
IRP	77	76	5º	67	69	4º	62	74	3º	55	74	3º
IF	64	65	5º	68	57	6º	56	53	5º	50	52	5º
EG	35,64	35,12	5º	32,09	42,80	4º	43,85	46,71	4º	50,21	48,03	5º
ELP	0,12	0,89	4º	0,19	11,59	3º	0,00	14,74	1º	0,00	14,56	1º
CR	-385,43	-372,50	4º	64,46	34,87	8º	5,84	5,44	5º	6,44	2,26	6º
CF	23	23	5º	20	20	5º	16	18	4º	5	18	2º
MB	25,74	18,16	9º	22,14	15,15	9º	20,89	14,26	8º	20,08	13,18	8º
DV	14,09	13,26	5º	15,32	9,18	7º	17,06	9,45	7º	16,19	8,07	7º
RI	6,54	10,55	4º	8,48	5,61	7º	-1,92	2,71	2º	2,65	1,33	6º
RPL	10,16	17,09	3º	12,48	10,82	6º	-3,43	3,72	2º	5,32	1,68	6º
GA	3,18	2,84	6º	4,20	2,93	8º	4,10	3,26	8º	3,93	3,02	7º
ML	1,93	2,05	4º	1,91	1,60	5º	-0,44	0,65	2º	0,64	0,33	6º
FI-k	4,63	6,34	3º	8,94	5,07	8º	3,95	4,49	4º	5,06	4,25	6º
FA	20.993,10	11.461,44	7º	35.212,02	17.908,94	8º	36.707,58	19.185,92	8º	33.966,48	22.553,86	7º
CQS	-31,70	4,77	1º	5,28	2,66	8º	10,39	5,17	7º	24,35	2,38	9º
CS/PL	3,11	3,04	5º	4,55	14,17	1º	8,19	27,15	1º	8,93	32,97	1º
CS/A	132,18	72,18	6º	258,80	553,46	3º	412,12	831,80	3º	384,80	1.200,32	2º
AT	100,00	80,37	9º	100,00	81,35	9º	100,00	81,30	9º	81,72	81,83	5º
PA	11,32	6,51	7º	10,75	6,39	7º	9,74	5,38	7º	7,83	5,41	6º
FPP	76.207,84	114.865,96	3º	102.334,94	161.846,28	2º	122.890,60	198.740,58	2º	125.088,10	214.946,78	2º
RP	0,00	12,78	1º	0,00	9,33	1º	0,00	12,24	1º	0,96	16,79	1º
AF	4	11	1º	3	12	1º	3	13	1º	4	12	1º
ATT	133	317	2º	140	312	3º	154	268	3º	192	286	4º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 3E. Comparação dos índices da Cooperativa 3 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	2,87	1,65	9º	1,77	1,59	7º	1,79	1,75	6º	2,23	1,50	7º
LS	2,17	1,18	9º	1,46	1,26	7º	1,44	1,31	6º	1,70	1,13	8º
LG	1,44	1,50	4º	1,33	1,33	5º	1,42	1,22	6º	1,63	1,23	6º
LI	0,54	0,14	9º	0,26	0,22	6º	0,51	0,23	8º	0,34	0,12	8º
MG	1,86	2,85	3º	1,60	2,34	3º	1,68	2,15	3º	1,95	2,09	5º
IRP	48	76	2º	45	69	1º	38	74	1º	33	74	1º
IF	46	65	3º	38	57	3º	41	53	3º	49	52	5º
EG	53,86	35,12	7º	62,33	42,80	7º	59,49	46,71	7º	51,39	48,03	5º
ELP	26,80	0,89	9º	15,29	11,59	7º	19,14	14,74	7º	19,80	14,56	6º
CR	-199,94	-372,50	7º	19,13	34,87	3º	-5,97	5,44	2º	21,52	2,26	8º
CF	23	23	5º	37	20	8º	27	18	7º	26	18	6º
MB	6,34	18,16	1º	8,22	15,15	1º	6,50	14,26	1º	5,32	13,18	1º
DV	3,05	13,26	1º	5,34	9,18	3º	5,13	9,45	2º	4,77	8,07	1º
RI	15,19	10,55	6º	6,32	5,61	6º	5,01	2,71	8º	6,53	1,33	8º
RPL	32,92	17,09	7º	16,78	10,82	8º	12,36	3,72	8º	13,44	1,68	7º
GA	8,71	2,84	9º	6,32	2,93	9º	5,76	3,26	9º	7,41	3,02	9º
ML	1,72	2,05	4º	0,98	1,60	4º	0,85	0,65	6º	0,87	0,33	6º
FI-k	8,30	6,34	8º	5,82	5,07	6º	5,67	4,49	7º	6,68	4,25	7º
FA	27.063,43	11.461,44	8º	37.139,07	17.908,94	8º	35.683,67	19.185,92	7º	44.144,09	22.553,86	8º
CQS	6,56	4,77	7º	-3,11	2,66	2º	6,77	5,17	6º	5,05	2,38	7º
CS/PL	10,22	3,04	9º	25,34	14,17	7º	34,20	27,15	6º	40,29	32,97	6º
CS/A	146,49	72,18	7º	560,66	553,46	5º	858,44	831,80	5º	1.166,42	1.200,32	5º
AT	100,00	80,37	9º	100,00	81,35	9º	100,00	81,30	9º	100,00	81,83	9º
PA	3,26	6,51	3º	5,13	6,39	3º	4,96	5,38	4º	6,29	5,41	6º
FPF	414.714,81	114.865,96	9º	556.728,95	161.846,28	9º	532.694,74	198.740,58	9º	635.275,19	214.946,78	9º
RP	4,29	12,78	3º	8,65	9,33	5º	7,17	12,24	3º	11,93	16,79	3º
AF	15	11	6º	15	12	6º	15	13	5º	14	12	5º
ATT	805	317	9º	780	312	9º	666	268	9º	583	286	9º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 4E. Comparação dos índices da Cooperativa 4 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	0,96	1,65	1º	0,74	1,59	1º	0,47	1,75	1º	0,95	1,50	1º
LS	0,52	1,18	1º	0,59	1,26	1º	0,34	1,31	1º	0,73	1,13	1º
LG	0,84	1,50	1º	0,63	1,33	1º	0,66	1,22	1º	0,68	1,23	1º
LI	0,05	0,14	2º	0,11	0,22	2º	0,02	0,23	1º	0,02	0,12	1º
MG	1,56	2,85	1º	1,22	2,34	1º	1,06	2,15	1º	1,06	2,09	1º
IRP	129	76	9º	69	69	5º	701	74	9º	662	74	9º
IF	36	65	1º	18	57	1º	0,50	53	1º	0,50	52	1º
EG	64,16	35,12	9º	82,18	42,80	9º	94,57	46,71	9º	94,56	48,03	9º
ELP	27,56	0,89	9º	46,64	11,59	9º	40,22	14,74	9º	67,81	14,56	9º
CR	-227,64	-372,50	6º	5,04	34,87	1º	-17,14	5,44	1º	11,16	2,26	7º
CF	-12	23	2º	-16	20	1º	-34	18	1º	-1	18	2º
MB	17,06	18,16	4º	15,72	15,15	6º	16,96	14,26	7º	15,86	13,18	7º
DV	25,35	13,26	9º	21,26	9,18	9º	20,87	9,45	9º	19,04	8,07	9º
RI	-0,42	10,55	1º	-22,49	5,61	1º	-7,07	2,71	1º	-8,10	1,33	1º
RPL	-1,19	17,09	1º	-126,23	10,82	1º	-130,19	3,72	1º	-148,97	1,68	1º
GA	2,59	2,84	4º	2,68	2,93	4º	2,06	3,26	2º	1,84	3,02	2º
ML	-0,15	2,05	1º	-7,76	1,60	1º	-3,13	0,65	1º	-4,21	0,33	1º
FI-k	1,56	6,34	1º	-5,46	5,07	1º	-10,48	4,49	1º	-10,49	4,25	1º
FA	3.292,79	11.461,44	2º	3.692,60	17.908,94	1º	3.244,09	19.185,92	1º	3.997,06	22.553,86	1º
CQS	0,80	4,77	3º	5,54	2,66	8º	3,56	5,17	4º	1,10	2,38	3º
CS/PL	0,28	3,04	1º	6,57	14,17	2º	58,66	27,15	9º	49,27	32,97	7º
CS/A	1,29	72,18	1º	16,12	553,46	1º	50,17	831,80	1º	58,08	1.200,32	1º
AT	52,99	80,37	2º	54,00	81,35	2º	54,99	81,30	2º	48,10	81,83	2º
PA	32,32	6,51	9º	0,99	6,39	1º	1,09	5,38	1º	1,88	5,41	1º
FPF	115.946,25	114.865,96	5º	124.412,32	161.846,28	3º	115.730,26	198.740,58	2º	149.192,70	214.946,78	3º
RP	9,09	12,78	4º	6,59	9,33	4º	9,55	12,24	4º	12,21	16,79	4º
AF	35	11	8º	34	12	9º	36	13	8º	37	12	8º
ATT	646	317	8º	681	312	8º	635	268	9º	642	286	9º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 5E. Comparação dos índices da Cooperativa 5 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	1,76	1,65	6°	1,32	1,59	2°	1,00	1,75	1°	1,21	1,50	2°
LS	0,81	1,18	2°	0,84	1,26	2°	0,60	1,31	1°	0,74	1,13	1°
LG	1,76	1,50	7°	1,32	1,33	5°	1,18	1,22	4°	1,51	1,23	6°
LI	0,13	0,14	4°	0,12	0,22	3°	0,01	0,23	1°	0,06	0,12	3°
MG	2,00	2,85	3°	1,43	2,34	1°	1,26	2,15	1°	1,58	2,09	3°
IRP	24	76	1°	25	69	1°	32	74	1°	12	74	1°
IF	50	65	4°	30	57	2°	21	53	1°	37	52	3°
EG	50,07	35,12	6°	70,10	42,80	9°	79,36	46,71	9°	63,38	48,03	7°
ELP	0,00	0,89	2°	0,00	11,59	1°	0,00	14,74	1°	6,83	14,56	4°
CR	964,18	-372,50	9°	43,60	34,87	6°	-14,22	5,44	1°	-7,48	2,26	3°
CF	10	23	3°	7	20	3°	6	18	2°	15	18	4°
MB	11,14	18,16	2°	7,47	15,15	1°	9,32	14,26	2°	8,50	13,18	2°
DV	7,38	13,26	3°	5,17	9,18	3°	8,22	9,45	4°	6,37	8,07	3°
RI	29,82	10,55	9°	0,25	5,61	2°	-14,82	2,71	1°	-2,58	1,33	3°
RPL	59,96	17,09	9°	0,85	10,82	2°	-71,81	3,72	1°	-7,06	1,68	2°
GA	13,98	2,84	9°	12,15	2,93	9°	10,36	3,26	9°	5,58	3,02	9°
ML	1,96	2,05	4°	0,02	1,60	2°	-1,35	0,65	1°	-0,44	0,33	4°
FI-k	6,59	6,34	5°	3,01	5,07	1°	-1,84	4,49	1°	2,90	4,25	2°
FA	2.348,98	11.461,44	1°	3.854,09	17.908,94	1°	3.564,67	19.185,92	1°	4.355,52	22.553,86	1°
CQS	2,17	4,77	3°	0,63	2,66	3°	1,12	5,17	2°	-14,76	2,38	1°
CS/PL	7,31	3,04	7°	60,80	14,17	9°	73,68	27,15	9°	92,33	32,97	9°
CS/A	6,11	72,18	2°	57,65	553,46	1°	52,31	831,80	1°	263,87	1.200,32	2°
AT	69,96	80,37	4°	66,92	81,35	3°	69,99	81,30	3°	69,99	81,83	3°
PA	3,50	6,51	3°	3,23	6,39	2°	6,03	5,38	1°	2,89	5,41	2°
FPF	144.371,69	114.865,96	7°	258.224,25	161.846,28	7°	222.929,00	198.740,58	6°	232.182,62	214.946,78	6°
RP	15,38	12,78	6°	25,00	9,33	7°	15,38	12,24	6°	61,54	16,79	9°
AF	61	11	9°	67	12	9°	63	13	9°	53	12	9°
ATT	400	317	7°	402	312	7°	407	268	7°	347	286	6°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 6E. Comparação dos índices da Cooperativa 6 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	1,76	1,65	6°	1,66	1,59	6°	1,52	1,75	4°	2,58	1,50	8°
LS	1,21	1,18	6°	0,92	1,26	2°	0,92	1,31	3°	1,30	1,13	6°
LG	1,76	1,50	7°	1,66	1,33	7°	1,52	1,22	7°	2,58	1,23	9°
LI	-0,01	0,14	1°	0,27	0,22	6°	0,09	0,23	2°	0,00	0,12	1°
MG	2,89	2,85	5°	3,26	2,34	7°	3,34	2,15	7°	7,00	2,09	9°
IRP	60	76	2°	71	69	5°	78	74	6°	74	74	5°
IF	65	65	1°	69	57	7°	70	53	7°	86	52	9°
EG	34,55	35,12	5°	30,65	42,80	3°	29,91	46,71	3°	14,29	48,03	1°
ELP	0,00	0,89	1°	0,00	11,59	1°	0,00	14,74	1°	0,00	14,56	1°
CR	-511,06	-372,50	1°	44,73	34,87	6°	-6,50	5,44	2°	-15,93	2,26	2°
CF	23	23	5°	16	20	4°	17	18	4°	31	18	7°
MB	28,04	18,16	9°	19,82	15,15	8°	22,66	14,26	9°	26,05	13,18	9°
DV	20,26	13,26	8°	18,99	9,18	9°	21,80	9,45	9°	26,47	8,07	9°
RI	34,53	10,55	9°	4,99	5,61	5°	2,69	2,71	5°	-1,38	1,33	4°
RPL	52,76	17,09	9°	7,20	10,82	4°	3,83	3,72	5°	-1,58	1,68	4°
GA	2,70	2,84	5°	3,87	2,93	7°	3,34	3,26	5°	3,39	3,02	6°
ML	12,80	2,05	9°	1,29	1,60	4°	0,80	0,65	6°	-0,40	0,33	4°
Fl-k	7,80	6,34	7°	4,47	5,07	3°	4,20	4,49	4°	6,26	4,25	7°
FA	1.100,46	11.461,44	1°	1.717,40	17.908,94	1°	1.553,34	19.185,92	1°	1.391,90	22.553,86	1°
CQS	1,60	4,77	3°	2,20	2,66	5°	13,69	5,17	7°	2,17	2,38	5°
CS/PL	2,26	3,04	4°	39,22	14,17	9°	40,92	27,15	7°	44,63	32,97	6°
CS/A	6,03	72,18	2°	120,85	553,46	2°	133,28	831,80	2°	157,21	1.200,32	1°
AT	42,30	80,37	1°	32,92	81,35	1°	24,97	81,30	1°	22,38	81,83	1°
PA	2,75	6,51	2°	2,31	6,39	1°	4,60	5,38	3°	4,90	5,41	4°
FPF	49.992,50	114.865,96	1°	69.769,44	161.846,28	1°	67.524,71	198.740,58	1°	63.690,06	214.946,78	1°
RP	21,43	12,78	8°	12,50	9,33	6°	26,47	12,24	8°	33,33	16,79	8°
AF	45	11	9°	41	12	9°	43	13	9°	46	12	9°
ATT	636	317	8°	650	312	8°	493	268	8°	503	286	8°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 7E. Comparação dos índices da Cooperativa 8 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	1,14	1,65	2°	1,52	1,59	4°	1,72	1,75	5°	1,47	1,50	4°
LS	0,76	1,18	1°	1,25	1,26	5°	1,27	1,31	5°	1,09	1,13	5°
LG	1,06	1,50	2°	1,32	1,33	5°	1,23	1,22	5°	1,13	1,23	4°
LI	0,05	0,14	2°	0,13	0,22	4°	0,23	0,23	5°	0,02	0,12	2°
MG	1,64	2,85	2°	1,84	2,34	4°	1,80	2,15	4°	1,68	2,09	3°
IRP	90	76	8°	61	69	3°	72	74	5°	80	74	6°
IF	39	65	2°	46	57	4°	45	53	4°	40	52	3°
EG	60,92	35,12	8°	54,38	42,80	6°	55,44	46,71	6°	59,52	48,03	7°
ELP	6,70	0,89	7°	15,01	11,59	7°	20,32	14,74	7°	20,34	14,56	6°
CR	-377,06	-372,50	4°	34,81	34,87	5°	6,07	5,44	6°	-1,30	2,26	5°
CF	43	23	8°	44	20	8°	31	18	7°	13	18	4°
MB	18,88	18,16	6°	19,51	15,15	8°	19,98	14,26	8°	18,42	13,18	8°
DV	21,20	13,26	8°	16,53	9,18	8°	16,66	9,45	8°	16,06	8,07	8°
RI	7,56	10,55	4°	6,59	5,61	6°	2,74	2,71	5°	7,30	1,33	8°
RPL	19,35	17,09	6°	14,44	10,82	7°	6,15	3,72	6°	18,04	1,68	8°
GA	3,37	2,84	6°	3,13	2,93	6°	3,56	3,26	6°	3,65	3,02	7°
ML	2,14	2,05	5°	2,00	1,60	6°	0,73	0,65	5°	1,92	0,33	8°
FI-k	3,70	6,34	2°	5,32	5,07	5°	4,61	4,49	6°	4,58	4,25	6°
FA	12.832,12	11.461,44	6°	18.414,86	17.908,94	5°	21.090,58	19.185,92	5°	22.542,48	22.553,86	5°
CQS	10,11	4,77	9°	3,49	2,66	6°	0,96	5,17	1°	0,10	2,38	2°
CS/PL	3,48	3,04	6°	38,78	14,17	9°	45,62	27,15	8°	50,45	32,97	8°
CS/A	51,76	72,18	4°	1.040,64	553,46	8°	1.203,66	831,80	7°	1.262,50	1.200,32	6°
AT	86,93	80,37	7°	81,97	81,35	6°	81,57	81,30	5°	81,58	81,83	5°
PA	5,99	6,51	5°	5,79	6,39	4°	5,73	5,38	6°	5,73	5,41	5°
FPF	113.785,68	114.865,96	5°	175.194,61	161.846,28	6°	198.935,49	198.740,58	5°	236.245,17	214.946,78	6°
RP	9,73	12,78	4°	3,67	9,33	3°	0,00	12,24	1°	11,00	16,79	3°
AF	9	11	4°	10	12	4°	9	13	4°	10	12	4°
ATT	111	317	1°	94	312	2°	95	268	2°	87	286	2°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 8E. Comparação dos índices da Cooperativa 9 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	1,64	1,65	5 ^b	2,16	1,59	8 ^o	2,53	1,75	8 ^o	1,41	1,50	4 ^o
LS	1,25	1,18	6 ^o	1,72	1,26	8 ^o	1,80	1,31	8 ^o	1,00	1,13	4 ^o
LG	1,55	1,30	5 ^o	2,10	1,33	8 ^o	1,93	1,22	8 ^o	1,28	1,23	5 ^o
LI	0,25	0,14	7 ^o	0,46	0,22	9 ^o	0,08	0,23	2 ^o	0,04	0,12	3 ^o
MG	4,88	2,85	8 ^o	5,36	2,34	9 ^o	6,43	2,15	9 ^o	4,14	2,09	8 ^o
IRP	86	76	7 ^o	75	69	6 ^o	83	74	7 ^o	91	74	7 ^o
IF	80	65	8 ^o	81	57	9 ^o	84	53	9 ^o	76	52	8 ^o
EG	20,47	35,12	2 ^o	18,65	42,80	1 ^o	15,55	46,71	1 ^o	24,16	48,03	2 ^o
ELP	1,15	0,89	5 ^o	0,51	11,59	3 ^o	3,71	14,74	4 ^o	2,29	14,56	3 ^o
CR	-503,18	-372,50	1 ^o	16,99	34,87	3 ^o	-4,01	5,44	3 ^o	-21,49	2,26	1 ^o
CF	18	23	4 ^b	20	20	5 ^o	24	18	6 ^o	30	18	7 ^o
MB	15,64	18,16	4 ^o	12,72	15,15	3 ^o	8,65	14,26	1 ^o	16,78	13,18	7 ^o
DV	3,90	13,26	1 ^o	4,28	9,18	1 ^o	3,80	9,45	1 ^o	5,22	8,07	2 ^o
RI	14,58	10,55	6 ^o	9,89	5,61	8 ^o	-0,54	2,71	2 ^o	-3,14	1,33	2 ^o
RPL	18,33	17,09	5 ^o	12,16	10,82	6 ^o	-0,64	3,72	3 ^o	-4,14	1,68	3 ^o
GA	2,00	2,84	2 ^o	2,05	2,93	2 ^o	2,27	3,26	2 ^o	1,86	3,02	2 ^o
ML	6,63	2,05	8 ^o	4,41	1,60	8 ^o	-0,22	0,65	2 ^o	-1,58	0,33	2 ^o
FI-k	6,10	6,34	5 ^o	7,82	5,07	8 ^o	6,80	4,49	7 ^o	3,84	4,25	4 ^o
FA	5.013,57	11.461,44	3 ^o	6.366,63	17.908,94	2 ^o	6.499,69	19.185,92	2 ^o	10.252,03	22.553,86	3 ^o
CQS	8,97	4,77	8 ^o	4,54	2,66	7 ^o	4,34	5,17	4 ^o	-44,68	2,38	1 ^o
CS/PL	1,14	3,04	2 ^o	9,77	14,17	3 ^o	17,69	27,15	3 ^o	18,10	32,97	2 ^o
CS/A	22,67	72,18	3 ^o	246,27	553,46	3 ^o	427,23	831,80	3 ^o	755,95	1.200,32	3 ^o
AT	39,66	80,37	1 ^o	35,21	81,35	1 ^o	28,51	81,30	1 ^o	69,08	81,83	3 ^o
PA	5,88	6,51	5 ^o	5,47	6,39	4 ^o	4,62	5,38	3 ^o	9,47	5,41	7 ^o
FPF	59.661,50	114.865,96	1 ^o	113.144,17	161.846,28	2 ^o	111.007,82	198.740,58	2 ^o	118.725,16	214.946,78	2 ^o
RP	18,00	12,78	6 ^o	65,71	9,33	9 ^o	15,79	12,24	6 ^o	51,61	16,79	9 ^o
AF	12	11	5 ^o	18	12	7 ^o	17	13	6 ^o	12	12	5 ^o
ATT	595	317	8 ^o	622	312	8 ^o	649	268	9 ^o	359	286	6 ^o

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 9E. Comparação dos índices da Cooperativa 10 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	1,66	1,65	5°	1,44	1,59	3°	1,78	1,75	6°	1,59	1,50	6°
LS	1,15	1,18	5°	1,06	1,26	3°	1,07	1,31	4°	1,11	1,13	5°
LG	1,63	1,50	6°	1,05	1,33	2°	0,97	1,22	1°	0,76	1,23	5°
LI	0,08	0,14	3°	0,02	0,22	1°	0,48	0,23	8°	0,23	0,12	6°
MG	2,49	2,85	4°	2,29	2,34	5°	2,02	2,15	5°	1,43	2,09	1°
IRP	58	76	2°	96	69	8°	103	74	8°	156	74	9°
IF	60	65	5°	56	57	5°	50	53	5°	30	52	1°
EG	40,14	35,12	5°	43,65	42,80	5°	49,57	46,71	5°	69,97	48,03	8°
ELP	0,84	0,89	5°	11,76	11,59	5°	22,49	14,74	8°	36,56	14,56	9°
CR	-377,17	-372,50	4°	66,37	34,87	9°	12,85	5,44	8°	-7,50	2,26	3°
CF	17	23	4°	12	20	3°	7	18	3°	24	18	6°
MB	25,91	18,16	9°	25,74	15,15	9°	23,10	14,26	9°	20,99	13,18	8°
DV	17,14	13,26	7°	14,48	9,18	7°	15,91	9,45	7°	15,02	8,07	8°
RI	28,60	10,55	8°	29,37	5,61	9°	11,82	2,71	9°	-4,07	1,33	2°
RPL	47,78	17,09	8°	52,12	10,82	9°	23,45	3,72	9°	-13,55	1,68	1°
GA	5,87	2,84	8°	4,79	2,93	8°	4,64	3,26	8°	3,14	3,02	5°
ML	4,45	2,05	7°	5,56	1,60	9°	2,33	0,65	8°	-1,19	0,33	2°
FI-k	7,16	6,34	6°	6,31	5,07	7°	4,37	4,49	5°	2,04	4,25	1°
FA	4.601,64	11.461,44	2°	7.736,82	17.908,94	3°	8.865,68	19.185,92	3°	8.356,09	22.553,86	3°
CQS	17,49	4,77	9°	6,94	2,66	9°	7,58	5,17	6°	6,78	2,38	8°
CS/PL	1,88	3,04	3°	9,17	14,17	3°	31,58	27,15	6°	58,39	32,97	8°
CS/A	8,83	72,18	2°	83,49	553,46	2°	304,22	831,80	2°	466,91	1.200,32	2°
AT	54,64	80,37	2°	51,31	81,35	2°	47,70	81,30	2°	40,61	81,83	1°
PA	3,74	6,51	3°	6,49	6,39	5°	4,81	5,38	4°	1,46	5,41	1°
FPP	88.117,99	114.865,96	3°	158.431,67	161.846,28	4°	198.268,79	198.740,58	5°	190.858,01	214.946,78	4°
RP	0,00	12,78	1°	0,00	9,33	1°	6,06	12,24	2°	5,80	16,79	1°
AF	19	11	7°	20	12	7°	22	13	7°	23	12	7°
ATT	321	317	5°	343	312	6°	295	268	5°	263	286	5°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 10E. Comparação dos índices da Cooperativa 11 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	4,18	1,65	9º	1,70	1,59	6º	2,26	1,75	7º	4,13	1,50	9º
LS	3,58	1,18	9º	1,48	1,26	7º	1,88	1,31	8º	3,48	1,13	9º
LG	1,76	1,50	7º	1,29	1,33	4º	1,54	1,22	7º	2,24	1,23	8º
LI	1,94	0,14	9º	0,34	0,22	7º	0,87	0,23	9º	2,68	0,12	9º
MG	2,89	2,85	5º	1,61	2,34	3º	1,97	2,15	4º	3,11	2,09	7º
IRP	60	76	2º	52	69	2º	44	74	1º	41	74	2º
IF	65	65	5º	38	57	3º	49	53	4º	68	52	7º
EG	34,60	35,12	5º	62,27	42,80	7º	50,87	46,71	6º	32,19	48,03	3º
ELP	20,04	0,89	8º	15,69	11,59	7º	18,18	14,74	7º	15,98	14,56	5º
CR	120,19	- 372,50	8º	6,36	34,87	1º	4,61	5,44	5º	40,67	2,26	9º
CF	-49	23	1º	34	20	7º	10	18	3º	-8	18	1º
MB	3,16	18,16	1º	3,59	15,15	1º	3,20	14,26	1º	3,49	13,18	1º
DV	1,32	13,26	1º	2,19	9,18	1º	2,75	9,45	1º	2,33	8,07	1º
RI	13,57	10,55	6º	2,52	5,61	3º	3,16	2,71	6º	7,12	1,33	8º
RPL	20,75	17,09	6º	6,68	10,82	3º	6,44	3,72	6º	10,50	1,68	7º
GA	8,78	2,84	9º	4,29	2,93	8º	5,59	3,26	7º	8,45	3,02	9º
ML	1,54	2,05	3º	0,59	1,60	3º	0,56	0,65	4º	0,84	0,33	6º
FI-k	12,03	6,34	9º	5,37	5,07	6º	6,81	4,49	8º	12,05	4,25	9º
FA	41.643,85	11.461,44	9º	46.639,14	17.908,94	9º	39.994,62	19.185,92	8º	55.444,79	22.553,86	9º
CQS	9,88	4,77	9º	7,72	2,66	9º	32,12	5,17	9º	6,39	2,38	8º
CS/PL	8,25	3,04	8º	20,35	14,17	7º	27,35	27,15	5º	29,30	32,97	4º
CS/A	256,00	72,18	8º	834,40	553,46	7º	961,69	831,80	6º	1.303,13	1.200,32	6º
AT	70,05	80,37	4º	70,04	81,35	3º	70,04	81,30	3º	70,02	81,83	3º
PA	3,49	6,51	3º	3,24	6,39	2º	2,45	5,38	1º	2,31	5,41	2º
FPP	645.138,39	114.865,96	9º	730.440,69	161.846,28	9º	791.070,03	198.740,58	9º	1.220.638,29	214.946,78	9º
RP	13,11	12,78	5º	15,38	9,33	6º	22,06	12,24	7º	16,92	16,79	5º
AF	15	11	6º	16	12	6º	20	13	7º	22	12	7º
ATT	315	317	5º	339	312	6º	448	268	8º	477	286	8º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 11E. Comparação dos índices da Cooperativa 12 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	1,53	1,65	4°	1,40	1,59	3°	1,81	1,75	6°	1,69	1,50	6°
LS	1,15	1,18	5°	1,24	1,26	5°	1,37	1,31	6°	1,35	1,13	6°
LG	1,11	1,50	2°	1,10	1,33	3°	1,11	1,22	2°	1,12	1,23	3°
LI	0,38	0,14	8°	0,44	0,22	9°	0,52	0,23	8°	0,38	0,12	9°
MG	1,57	2,85	1°	1,43	2,34	1°	1,48	2,15	2°	1,44	2,09	1°
IRP	81	76	6°	78	69	7°	76	74	5°	74	74	5°
IF	36	65	1°	30	57	2°	32	53	2°	30	52	1°
EG	63,52	35,12	9°	70,01	42,80	9°	67,52	46,71	8°	69,50	48,03	9°
ELP	20,78	0,89	8°	17,88	11,59	8°	33,14	14,74	9°	27,80	14,56	7°
CR	-270,64	-372,50	6°	14,29	34,87	2°	9,98	5,44	7°	15,99	2,26	7°
CF	47	23	8°	25	20	6°	40	18	8°	47	18	9°
MB	18,90	18,16	6°	16,00	15,15	6°	15,62	14,26	7°	10,81	13,18	4°
DV	23,78	13,26	9°	14,37	9,18	7°	15,97	9,45	7°	9,26	8,07	6°
RI	5,12	10,55	4°	3,11	5,61	3°	4,34	2,71	7°	4,53	1,33	7°
RPL	14,05	17,09	4°	10,37	10,82	5°	13,37	3,72	8°	14,85	1,68	8°
GA	2,99	2,84	6°	2,42	2,93	3°	2,73	3,26	3°	2,90	3,02	4°
ML	1,59	2,05	3°	1,19	1,60	4°	1,50	0,65	7°	1,51	0,33	7°
FI-k	4,43	6,34	3°	4,46	5,07	4°	4,76	4,49	6°	4,84	4,25	6°
FA	30.430,45	11.461,44	8°	41.186,09	17.908,94	8°	49.000,02	19.185,92	9°	60.527,07	22.553,86	9°
CQS	6,74	4,77	7°	-4,70	2,66	2°	2,16	5,17	3°	2,59	2,38	5°
CS/PL	9,11	3,04	8°	15,47	14,17	5°	23,85	27,15	4°	32,08	32,97	5°
CS/A	337,79	72,18	8°	789,93	553,46	7°	1.390,90	831,80	7°	2.038,93	1.200,32	9°
AT	89,96	80,37	8°	89,97	81,35	7°	89,97	81,30	7°	89,96	81,83	8°
PA	0,97	6,51	1°	38,09	6,39	9°	1,18	5,38	1°	0,88	5,41	1°
FPF	187.031,93	114.863,96	8°	276.705,73	161.846,28	8°	319.754,10	198.740,58	8°	419.251,68	214.946,78	8°
RP	12,45	12,78	5°	47,62	9,33	9°	35,73	12,24	9°	18,13	16,79	6°
AF	6	11	2°	7	12	3°	7	13	3°	7	12	2°
ATT	310	317	5°	295	312	5°	301	268	6°	309	286	5°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 12E. Comparação dos índices da Cooperativa 13 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	1,06	1,65	1°	1,27	1,59	2°	1,68	1,75	5°	1,17	1,50	2°
LS	0,82	1,18	2°	1,06	1,26	3°	1,35	1,31	5°	1,01	1,13	4°
LQ	0,91	1,50	1°	1,02	1,33	1°	1,12	1,22	3°	1,06	1,23	3°
LI	0,18	0,14	6°	0,29	0,22	6°	0,48	0,23	7°	0,21	0,12	6°
MG	4,15	2,85	7°	4,37	2,34	8°	4,26	2,15	8°	3,54	2,09	7°
IRP	103	76	9°	99	69	8°	96	74	8°	98	74	7°
IF	76	65	7°	77	57	8°	77	53	8°	72	52	7°
EG	24,07	35,12	3°	22,89	42,80	2°	23,46	46,71	2°	28,25	48,03	3°
ELP	11,79	0,89	7°	12,83	11,59	6°	15,64	14,74	5°	13,47	14,56	5°
CR	-206,61	-372,50	7°	2,74	34,87	1°	-18,24	5,44	1°	5,81	2,26	6°
CF	14	23	4°	20	20	5°	18	18	5°	17	18	5°
MB	10,11	18,16	2°	11,55	15,15	2°	10,54	14,26	3°	8,07	13,18	2°
DV	7,83	13,26	3°	4,91	9,18	2°	5,91	9,45	2°	6,21	8,07	3°
RI	-3,74	10,55	1°	-1,28	5,61	2°	0,62	2,71	3°	-2,13	1,33	3°
RPL	-4,93	17,09	1°	-1,66	10,82	2°	0,81	3,72	3°	-2,97	1,68	3°
GA	1,23	2,84	1°	1,16	2,93	1°	1,07	3,26	1°	1,18	3,02	1°
ML	-2,93	2,05	1°	-1,04	1,60	1°	0,56	0,65	4°	-1,75	0,33	1°
FI-k	2,93	6,34	1°	3,93	5,07	2°	4,78	4,49	6°	3,82	4,25	4°
FA	58.339,92	11.461,44	9°	66.369,29	17.908,94	9°	49.242,99	19.185,92	9°	50.510,07	22.553,86	8°
CQS	0,00	4,77	2°	1,02	2,66	4°	26,45	5,17	9°	11,16	2,38	9°
CS/PL	1,89	3,04	3°	3,59	14,17	1°	4,27	27,15	1°	6,46	32,97	1°
CS/A	681,87	72,18	9°	1.583,34	553,46	9°	1.501,47	831,80	8°	1.976,39	1.200,32	8°
AT	84,99	80,37	6°	82,12	81,35	6°	83,07	81,30	6°	83,15	81,83	6°
PA	16,28	6,51	8°	15,62	6,39	8°	8,37	5,38	7°	10,75	5,41	7°
FPF	249.212,93	114.865,96	8°	306.379,15	161.846,28	8°	290.823,33	198.740,58	8°	323.961,11	214.946,78	7°
RP	39,13	12,78	8°	26,74	9,33	7°	7,06	12,24	3°	11,49	16,79	3°
AF	4	11	1°	5	12	2°	6	13	2°	6	12	2°
ATT	131	317	2°	132	312	3°	167	268	4°	186	286	3°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 13E. Comparação dos índices da Cooperativa 14 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	2,40	1,65	8º	2,40	1,59	8º	2,32	1,75	7º	2,34	1,50	7º
LS	2,03	1,18	9º	2,11	1,26	9º	2,02	1,31	9º	2,09	1,13	9º
LG	2,40	1,50	9º	2,40	1,33	9º	2,32	1,22	9º	2,41	1,23	8º
LI	0,59	0,14	9º	0,51	0,22	9º	0,99	0,23	9º	0,31	0,12	8º
MG	5,29	2,85	9º	5,30	2,34	9º	6,85	2,15	9º	7,97	2,09	9º
IRP	67	76	4º	67	69	4º	78	74	6º	80	74	6º
IF	81	65	9º	81	57	9º	85	53	9º	87	52	9º
EG	18,90	35,12	1º	18,88	42,80	1º	14,60	46,71	1º	12,54	48,03	1º
ELP	0,00	0,89	1º	0,00	11,59	1º	0,00	14,74	1º	0,00	14,56	1º
CR	-491,00	-372,50	2º	68,70	34,87	9º	7,31	5,44	7º	-23,04	2,26	1º
CF	-59	23	1º	-48	20	1º	-32	18	1º	-13	18	1º
MB	17,39	18,16	4º	14,27	15,15	4º	14,14	14,26	5º	13,70	13,18	5º
DV	4,56	13,26	2º	4,41	9,18	1º	4,60	9,45	1º	5,34	8,07	2º
RI	24,68	10,55	8º	17,71	5,61	9º	6,14	2,71	8º	-1,27	1,33	4º
RPL	30,43	17,09	7º	21,83	10,82	9º	7,19	3,72	7º	-1,46	1,68	4º
GA	2,38	2,84	4º	3,15	2,93	5º	3,17	3,26	5º	2,78	3,02	4º
ML	9,41	2,05	9º	5,10	1,60	9º	1,77	0,65	7º	-0,42	0,33	4º
FI-k	10,08	6,34	9º	9,91	5,07	9º	8,85	4,49	9º	8,80	4,25	8º
FA	5.714,49	11.461,44	3º	10.093,49	17.908,94	4º	11.321,86	19.185,92	4º	8.276,97	22.553,86	2º
CQS	4,75	4,77	5º	3,73	2,66	6º	4,63	5,17	4º	15,23	2,38	1º
CS/PL	3,84	3,04	6º	22,90	14,17	7º	20,82	27,15	3º	33,85	32,97	5º
CS/A	74,86	72,18	5º	595,93	533,46	5º	634,29	831,80	4º	881,45	1.200,32	4º
AT	71,47	80,37	4º	73,26	81,35	4º	68,80	81,30	3º	52,24	81,83	2º
PA	17,87	6,51	9º	12,34	6,39	7º	11,06	5,38	8º	13,65	5,41	8º
FPP	126.054,82	114.865,96	6º	196.318,30	161.846,28	6º	209.454,45	198.740,58	6º	176.450,00	214.946,78	4º
RP	5,88	12,78	3º	5,00	9,33	3º	9,09	12,24	4º	4,55	16,79	1º
AF	22	11	7º	19	12	7º	19	13	6º	21	12	7º
ATT	188	317	3º	130	312	3º	136	268	3º	156	286	3º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 14E. Comparação dos índices da Cooperativa 15 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	1,27	1,65	3°	1,46	1,59	4°	0,95	1,75	1°	1,01	1,50	1°
LS	1,02	1,18	4°	1,30	1,26	5°	0,75	1,31	2°	0,86	1,13	2°
LQ	1,30	1,50	3°	1,09	1,33	2°	0,61	1,22	1°	0,66	1,23	1°
LI	0,03	0,14	1°	0,02	0,22	1°	0,19	0,23	4°	0,02	0,12	1°
MG	3,04	2,85	6°	2,38	2,34	5°	2,38	2,15	6°	2,24	2,09	5°
IRP	85	76	7°	93	69	8°	128	74	9°	127	74	9°
IF	67	65	6°	58	57	5°	58	53	6°	55	52	5°
EG	32,85	35,12	4°	41,95	42,80	5°	41,98	46,71	4°	44,57	48,03	5°
ELP	0,05	0,89	3°	11,42	11,59	5°	15,30	14,74	5°	15,65	14,56	5°
CR	-467,74	-372,50	2°	37,64	34,87	5°	1,58	5,44	4°	-11,27	2,26	3°
CF	14	23	4°	7	20	3°	2	18	2°	16	18	4°
MB	26,50	18,16	9°	27,85	15,15	9°	23,17	14,26	9°	23,77	13,18	9°
DV	15,07	13,26	6°	19,83	9,18	9°	13,44	9,45	6°	14,98	8,07	8°
RI	10,64	10,55	5°	-4,70	5,61	1°	1,24	2,71	4°	3,09	1,33	6°
RPL	15,85	17,09	5°	-8,09	10,82	1°	2,14	3,72	4°	5,57	1,68	6°
GA	2,39	2,84	4°	2,73	2,93	4°	3,08	3,26	4°	2,74	3,02	4°
ML	4,04	2,05	7°	-1,55	1,60	1°	0,36	0,65	4°	1,01	0,33	6°
FI-k	5,05	6,34	4°	4,21	5,07	3°	2,54	4,49	2°	3,07	4,25	3°
FA	26.285,51	11.461,44	8°	46.840,95	17.908,94	9°	40.393,78	19.185,92	8°	45.441,63	22.553,86	8°
CQS	-0,75	4,77	2°	-14,66	2,66	1°	27,75	5,17	9°	-14,48	2,38	1°
CS/PL	10,72	3,04	9°	12,88	14,17	5°	16,25	27,15	2°	17,96	32,97	2°
CS/A	792,42	72,18	9°	1.281,32	553,46	9°	1.237,33	831,80	7°	1.652,28	1.200,32	8°
AT	80,83	80,37	5°	86,78	81,35	7°	80,00	81,30	5°	85,48	81,83	7°
PA	7,14	6,51	6°	7,93	6,39	6°	4,14	5,38	3°	4,84	5,41	4°
FPP	82.258,18	114.865,96	3°	161.104,47	161.846,28	5°	198.545,68	198.740,58	5°	197.710,95	214.946,78	4°
RP	20,00	12,78	7°	42,42	9,33	8°	38,98	12,24	9°	31,58	16,79	7°
AF	3	11	1°	3	12	1°	5	13	1°	4	12	1°
ATT	67	317	1°	57	312	1°	97	268	2°	62	286	1°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 15E. Comparação dos índices da Cooperativa 16 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	2,96	1,65	9º	3,55	1,59	9º	3,81	1,75	9º	3,08	1,50	9º
LS	1,96	1,18	9º	2,23	1,26	9º	2,25	1,31	9º	2,13	1,13	9º
LG	2,90	1,50	9º	3,09	1,33	9º	3,58	1,22	9º	3,18	1,23	9º
LI	0,30	0,14	7º	0,44	0,22	9º	0,43	0,23	7º	0,43	0,12	9º
MG	8,69	2,85	9º	7,42	2,34	9º	8,20	2,15	9º	6,41	2,09	9º
IRP	75	76	5º	67	69	4º	64	74	3º	60	74	3º
IF	88	65	9º	87	57	9º	88	53	9º	84	52	9º
EG	11,51	35,12	1º	13,47	42,80	1º	12,20	46,71	1º	15,59	48,03	1º
ELP	0,22	0,89	4º	1,75	11,59	4º	1,68	14,74	3º	0,71	14,56	2º
CR	1.067,94	-372,50	9º	34,93	34,87	5º	6,41	5,44	6º	-11,73	2,26	2º
CF	80	23	9º	93	20	9º	78	18	9º	73	18	9º
MB	21,04	18,16	7º	14,51	15,15	4º	12,79	14,26	4º	10,99	13,18	4º
DV	11,08	13,26	4º	6,80	9,18	4º	6,63	9,45	3º	5,74	8,07	3º
RI	2,47	10,55	3º	4,40	5,61	4º	3,17	2,71	6º	2,78	1,33	6º
RPL	2,80	17,09	2º	5,09	10,82	3º	3,61	3,72	5º	3,29	1,68	6º
GA	1,02	2,84	1º	1,11	2,93	1º	1,26	3,26	1º	1,13	3,02	1º
ML	2,23	2,05	5º	3,61	1,60	7º	2,31	0,65	8º	2,26	0,33	8º
FI-k	8,71	6,34	8º	9,47	5,07	9º	9,99	4,49	9º	9,66	4,25	9º
FA	7.533,00	11.461,44	4º	11.018,19	17.908,94	4º	12.564,01	19.185,92	4º	11.993,45	22.553,86	4º
CQS	4,63	4,77	5º	1,99	2,66	4º	1,53	5,17	2º	1,01	2,38	3º
CS/PL	0,44	3,04	1º	15,48	14,17	5º	2,24	27,15	1º	27,26	32,97	4º
CS/A	29,03	72,18	4º	1.324,11	553,46	9º	2.214,41	831,80	9º	2.441,36	1.200,32	9º
AT	81,01	80,37	5º	81,89	81,35	6º	83,58	81,30	6º	83,67	81,83	6º
PA	1,99	6,51	1º	2,64	6,39	1º	5,03	5,38	5º	3,65	5,41	3º
FPF	57.903,69	114.865,96	1º	86.382,58	161.846,28	1º	98.693,57	198.740,58	1º	108.752,67	214.946,78	1º
RP	5,33	12,78	3º	5,33	9,33	4º	14,47	12,24	6º	21,05	16,79	6º
AF	8	11	3º	8	12	3º	8	13	3º	9	12	3º
ATT	384	317	6º	392	312	7º	398	268	7º	402	286	7º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 16E. Comparação dos índices da Cooperativa 17 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	1,61	1,65	5°	0,71	1,59	1°	0,98	1,75	1°	1,21	1,50	2°
LS	1,33	1,18	6°	0,44	1,26	1°	0,65	1,31	1°	0,86	1,13	2°
LQ	1,61	1,50	6°	1,40	1,33	6°	1,21	1,22	5°	1,08	1,23	3°
LI	0,05	0,14	2°	0,10	0,22	2°	0,24	0,23	5°	0,05	0,12	3°
MG	1,76	2,85	3°	1,75	2,34	4°	1,67	2,15	3°	1,55	2,09	3°
IRP	19	76	1°	46	69	1°	69	74	4°	86	74	7°
IF	43	65	3°	43	57	4°	40	53	3°	35	52	2°
EG	56,92	35,12	7°	57,24	42,80	6°	59,87	46,71	7°	64,69	48,03	7°
ELP	0,00	0,89	1°	0,00	11,59	1°	0,00	14,74	1°	29,65	14,56	8°
CR	1.385,55	-372,50	9°	28,06	34,87	4°	5,04	5,44	5°	24,63	2,26	8°
CF	61	23	9°	15	20	4°	19	18	5°	-4	18	1°
MB	18,22	18,16	6°	18,12	15,15	7°	12,23	14,26	4°	15,32	13,18	7°
DV	23,16	13,26	9°	16,31	9,18	8°	15,94	9,45	7°	8,75	8,07	6°
RI	20,12	10,55	7°	6,22	5,61	6°	1,29	2,71	4°	6,97	1,33	8°
RPL	46,69	17,09	8°	14,54	10,82	7°	3,21	3,72	5°	19,74	1,68	9°
GA	4,08	2,84	7°	2,44	2,93	3°	2,54	3,26	3°	2,37	3,02	3°
ML	4,93	2,05	8°	2,55	1,60	6°	0,51	0,65	4°	2,95	0,33	9°
FI-k	7,56	6,34	7°	3,42	5,07	2°	2,91	4,49	2°	3,92	4,25	4°
FA	6.560,99	11.461,44	4°	10.464,46	17.908,94	4°	11.520,10	19.185,92	4°	15.218,89	22.553,86	4°
CQS	-1,95	4,77	2°	-10,45	2,66	1°	3,89	5,17	4°	0,00	2,38	2°
CS/PL	0,00	3,04	1°	42,24	14,17	9°	40,88	27,15	7°	54,34	32,97	8°
CS/A	0,00	72,18	1°	777,24	553,46	7°	745,26	831,80	4°	1.234,21	1.200,32	5°
AT	89,55	80,37	8°	100,00	81,35	9°	100,00	81,30	9°	100,00	81,83	8°
PA	15,92	6,51	8°	26,67	6,39	9°	26,74	5,38	9°	32,09	5,41	9°
FPP	69.408,32	114.865,96	2°	94.180,15	161.846,28	1°	107.712,95	198.740,58	1°	113.837,32	214.946,78	1°
RP	21,05	12,78	8°	10,00	9,33	5°	10,00	12,24	4°	12,00	16,79	4°
AF	11	11	5°	9	12	4°	9	13	4°	7	12	2°
ATT	201	317	3°	180	312	4°	187	268	4°	187	286	4°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 17E. Comparação dos índices da Cooperativa 18 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	2,28	1,65	8º	2,59	1,59	9º	2,35	1,75	8º	2,22	1,50	7º
LS	1,63	1,18	7º	1,90	1,26	8º	1,65	1,31	7º	1,66	1,13	7º
LG	2,28	1,50	9º	2,59	1,33	9º	2,35	1,22	9º	2,22	1,23	8º
LI	0,11	0,14	4º	0,34	0,22	7º	0,41	0,23	7º	0,10	0,12	5º
MG	4,50	2,85	8º	4,54	2,34	8º	4,27	2,15	8º	4,08	2,09	8º
IRP	63	76	3º	55	69	2º	59	74	3º	60	74	3º
IF	78	65	8º	78	57	8º	77	53	8º	75	52	8º
EQ	22,21	35,12	2º	22,04	42,80	2º	23,41	46,71	2º	24,51	48,03	2º
ELP	0,00	0,89	1º	0,00	11,59	1º	0,00	14,74	1º	0,00	14,56	1º
CR	-367,95	-372,50	5º	62,08	34,87	8º	13,35	5,44	9º	-1,96	2,26	4º
CF	38	23	7º	31	20	7º	27	18	6º	34	18	8º
MB	18,11	18,16	5º	15,43	15,15	6º	14,38	14,26	5º	14,86	13,18	6º
DV	4,24	13,26	2º	5,11	9,18	2º	5,45	9,45	2º	5,04	8,07	1º
RI	33,75	10,55	9º	23,55	5,61	9º	13,04	2,71	9º	20,32	1,33	9º
RPL	43,38	17,09	8º	30,20	10,82	9º	17,02	3,72	9º	26,92	1,68	9º
GA	2,98	2,84	6º	3,49	2,93	6º	3,60	3,26	6º	3,42	3,02	6º
ML	10,50	2,05	9º	6,26	1,60	9º	3,36	0,65	9º	5,53	0,33	9º
FI-k	9,21	6,34	9º	9,70	5,07	9º	7,98	4,49	8º	8,44	4,25	8º
FA	13.040,59	11.461,44	6º	22.848,81	17.908,94	6º	24.787,52	19.185,92	6º	25.310,90	22.553,86	6º
CQS	7,35	4,77	7º	0,30	2,66	3º	11,45	5,17	7º	3,69	2,38	6º
CS/PL	2,04	3,04	4º	10,69	14,17	4º	26,95	27,15	5º	27,71	32,97	4º
CS/A	69,50	72,18	5º	546,26	553,46	5º	1.419,53	831,80	8º	1.547,64	1.200,32	7º
AT	85,90	80,37	7º	84,44	81,35	7º	85,68	81,30	7º	84,19	81,83	7º
PA	18,03	6,51	9º	20,28	6,39	9º	35,77	5,38	9º	20,24	5,41	9º
PPF	76.623,11	114.865,96	3º	125.731,56	161.846,28	3º	155.447,18	198.740,58	3º	167.430,16	214.946,78	3º
RP	22,49	12,78	8º	29,28	9,33	7º	36,72	12,24	9º	32,18	16,79	7º
AF	6	11	2º	6	12	2º	6	13	2º	7	12	2º
ATT	166	317	3º	62	312	1º	53	268	1º	50	286	1º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 18E. Comparação dos índices da Cooperativa 19 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P	IC	M	D+P
LC	1,70	1,65	6°	1,47	1,59	4°	1,36	1,75	3°	0,93	1,50	1°
LS	1,20	1,18	5°	1,06	1,26	3°	0,77	1,31	2°	0,61	1,13	1°
LO	1,44	1,50	4°	1,35	1,33	5°	1,12	1,22	3°	0,81	1,23	1°
LI	0,23	0,14	6°	0,18	0,22	5°	0,13	0,23	3°	0,07	0,12	4°
MG	3,68	2,85	7°	3,03	2,34	6°	2,60	2,15	6°	2,18	2,09	5°
IRP	84	76	6°	83	69	7°	93	74	8°	116	74	8°
IF	73	65	7°	67	57	6°	62	53	6°	54	52	5°
EG	27,16	35,12	3°	33,02	42,80	4°	38,41	46,71	4°	45,85	48,03	5°
ELP	4,21	0,89	6°	2,97	11,59	4°	6,98	14,74	4°	5,92	14,56	4°
CR	-481,67	-372,50	2°	63,46	34,87	8°	15,67	5,44	9°	-19,92	2,26	1°
CF	37	23	7°	33	20	7°	29	18	7°	20	18	5°
MB	20,99	18,16	7°	15,63	15,15	6°	14,79	14,26	6°	13,54	13,18	5°
DV	12,44	13,26	5°	10,00	9,18	5°	7,52	9,45	4°	11,26	8,07	7°
RI	10,45	10,55	5°	7,55	5,61	7°	3,63	2,71	7°	-6,57	1,33	1°
RPL	14,35	17,09	4°	11,27	10,82	5°	5,89	3,72	6°	-12,12	1,68	2°
GA	2,06	2,84	3°	2,46	2,93	3°	2,87	3,26	3°	2,87	3,02	4°
ML	4,63	2,05	7°	2,79	1,60	7°	1,16	0,65	7°	-2,09	0,33	1°
FI-k	5,44	6,34	4°	4,82	5,07	4°	3,22	4,49	2°	1,62	4,25	1°
FA	10.090,77	11.461,44	5°	26.269,47	17.908,94	6°	33.420,74	19.185,92	7°	28.412,58	22.553,86	6°
CQS	-9,67	4,77	1°	-31,64	2,66	1°	-1,14	5,17	1°	2,91	2,38	6°
CS/PL	5,32	3,04	7°	10,32	14,17	4°	13,31	27,15	2°	18,43	32,97	2°
CS/A	190,12	72,18	7°	738,96	553,46	7°	954,79	831,80	6°	988,46	1.200,32	4°
AT	51,81	80,37	2°	80,80	81,35	5°	92,63	81,30	8°	92,97	81,83	8°
PA	7,73	6,51	6°	6,29	6,39	5°	30,24	5,38	9°	16,96	5,41	9°
FPF	269.128,11	114.865,96	8°	426.878,82	161.846,28	9°	667.511,49	198.740,58	9°	1.005.012,35	214.946,78	9°
RP	130,49	12,78	9°	109,78	9,33	9°	104,05	12,24	9°	225,58	16,79	9°
AF	27	11	8°	16	12	6°	20	13	7°	35	12	8°
ATT	115	317	1°	75	312	1°	70	268	1°	76	286	2°

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

TABELA 19E. Comparação dos índices da Cooperativa 20 com os padrões do ramo

	1994			1995			1996			1997		
	IC	M	D+P									
LC	1,11	1,65	2º	1,18	1,59	1º	1,25	1,75	2º	1,47	1,50	4º
LS	0,85	1,18	2º	0,96	1,26	2º	1,05	1,31	4º	1,16	1,13	5º
LG	1,02	1,50	2º	0,98	1,33	1º	1,14	1,22	4º	1,18	1,23	4º
LI	0,02	0,14	1º	0,01	0,22	1º	0,06	0,23	1º	0,14	0,12	5º
MG	1,53	2,85	1º	1,32	2,34	1º	1,41	2,15	1º	1,42	2,09	1º
IRP	99	76	8º	110	69	9º	67	74	4º	0,64	74	1º
IP	34	65	1º	23	57	1º	29	53	1º	26	52	1º
EG	66,23	35,12	9º	76,53	42,80	9º	71,01	46,71	9º	73,66	48,03	9º
ELP	17,28	0,89	8º	27,48	11,59	9º	24,80	14,74	8º	32,72	14,56	8º
CR	-413,51	-372,50	3º	18,04	34,87	3º	12,91	5,44	8º	9,59	2,26	6º
CF	78	23	9º	81	20	9º	88	18	9º	54	18	9º
MB	11,01	18,16	2º	12,91	15,15	3º	14,72	14,26	6º	12,82	13,18	5º
DV	8,64	13,26	3º	10,70	9,18	5º	10,39	9,45	5º	7,84	8,07	5º
RI	0,27	10,55	2º	-2,21	5,61	1º	0,02	2,71	3º	0,02	1,33	5º
RPL	0,80	17,09	2º	-9,42	10,82	1º	0,08	3,72	3º	0,07	1,68	5º
GA	1,76	2,84	2º	1,43	2,93	1º	1,32	3,26	1º	1,33	3,02	1º
ML	0,15	2,05	2º	-1,48	1,60	1º	0,02	0,65	3º	0,01	0,33	5º
FI-k	2,91	6,34	1º	2,22	5,07	1º	3,47	4,49	3º	3,59	4,25	30º
FA	17.090,37	11.461,44	7º	22.033,80	17.908,94	6º	27.260,26	19.185,92	6º	31.670,24	22.553,86	7º
CQS	4,79	4,77	5º	3,15	2,66	6º	-1,04	5,17	1º	1,77	2,38	4º
CS/PL	2,96	3,04	5º	4,91	14,17	2º	41,56	27,15	7º	44,38	32,97	6º
CS/A	96,91	72,18	6º	177,92	553,46	3º	2.480,03	831,80	9º	2.787,71	1.200,32	9º
AT	34,37	80,37	1º	33,36	81,35	1º	32,77	81,30	1º	33,38	81,83	1º
PA	2,53	6,51	1º	4,99	6,39	3º	2,48	5,38	1º	3,25	5,41	3º
FPF	144.491,33	114.865,96	7º	185.526,00	161.846,28	6º	241.525,86	198.740,58	7º	387.637,95	214.946,78	8º
RP	0,00	12,78	1º	0,00	9,33	1º	6,33	12,24	2º	35,35	16,79	8º
AF	8	11	3º	8	12	3º	9	13	9º	12	12	5º
ATT	434	317	7º	207	312	4º	242	268	5º	451	286	8º

Fonte: Dados da pesquisa

Legendas: IC = índice da cooperativa

M = mediana

D+P = decil mais próximo

ANEXO F**Página**

TABELA 1F	Balances patrimoniais da Cooperativa 7	137
TABELA 2F	Dados da demonstração do resultado do exercício (DRE) e informações complementares da Cooperativa 7.....	138

TABELA 1F: Balanços patrimoniais da Cooperativa 7

DESCRIÇÃO	1994	1995	1996	1997
ATIVO	8,278,025.00	12,410,075.00	11,949,445.00	14,000,237.00
ATIVO CIRCULANTE	4,962,261.00	7,724,027.00	5,733,277.00	6,207,960.00
Disponibilidades	829,671.00	396,249.00	375,182.00	108,730.00
Direitos realizáveis a CP de clientes	3,003,708.00	5,154,613.00	2,768,166.00	3,190,685.00
Direitos realizáveis a curto prazo	163,956.00	367,452.00	615,948.00	260,155.00
Estoques	952,384.00	1,714,424.00	1,959,992.00	2,612,161.00
Despesas do exercício seguinte	12,542.00	91,289.00	13,989.00	36,229.00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	573,763.00	1,246,897.00	2,263,902.00	3,913,937.00
ATIVO PERMANENTE	2,742,001.00	3,439,151.00	3,952,266.00	3,878,340.00
Investimentos	971,964.00	993,604.00	1,448,600.00	1,498,046.00
Imobilizado	1,770,037.00	2,445,547.00	2,503,666.00	2,380,294.00
Diferido	0	0	0	0
PASSIVO	8,278,025.00	12,410,075.00	11,949,445.00	14,000,237.00
PASSIVO CIRCULANTE	5,253,445.00	4,349,509.00	2,355,513.00	4,062,454.00
Empréstimos a curto prazo	4,290,799.00	2,562,854.00	1,121,652.00	2,265,438.00
Obrigações com fornecedores	664,071.00	1,438,490.00	844,147.00	1,395,870.00
Outras obrigações a curto prazo	298,575.00	348,165.00	389,714.00	401,146.00
Empréstimos rurais	0	0	0	0
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	78,123.00	3,547,609.00	4,870,621.00	4,544,261.00
Financiamentos/emprést. longo prazo	78,123.00	3,547,609.00	4,870,621.00	4,295,284.00
Outras obrigações a longo prazo	0	0	0	248,977.00
RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS	0	0	0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2,946,457.00	4,512,957.00	4,723,311.00	5,393,522.00
Capital social	480,338.00	864,660.00	2,246,416.00	3,842,981.00
Reservas de capital	0	133,992.00	0	
Reservas de equalização/reavaliação	1,269,069.00	1,524,878.00	1,524,878.00	1,524,878.00
Reservas legais	545,609.00	822,757.00	903,629.00	638,119.00
Outros fundos e reservas	636,175.00	743,833.00	744,176.00	-
Sobras líquidas	15,266.00	422,837.00	0.00	-
Perdas líquidas	0	0	695,788.00	612,456.00

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 2F: Demonstração do resultado do exercício (DRE) e informações complementares da Cooperativa 7

DESCRIÇÃO	1994	1995	1996	1997
RECEITA BRUTA	36,252,243.00	47,701,923.00	50,329,945.00	68,863,227.00
RECEITA LÍQUIDA	35,333,240.00	45,926,581.00	48,214,735.00	66,432,093.00
RECEITAS FINAN. OPERACIONAIS	3,582,259.00	1,515,685.00	2,358,341.00	1,417,073.00
OUTRAS REC. NÃO OPERACIONAIS	12,946.00	265,200.00	820,017.00	8,887.00
RB DO PERÍODO ANTERIOR	3,051,016.00	36,252,243.00	47,701,923.00	50,329,945.00
C.P.V. - CUSTOS DOS PROD. VEND.	32,952,668.00	43,140,420.00	45,606,142.00	63,053,126.00
DESP. ADMIN.(ou operacionais totais)	1,326,192.00	2,106,356.00	4,899,697.00	4,680,236.00
DESPESAS C/ PESSOAL	-	-	-	-
DESPESAS C/ VENDAS	-	-	-	-
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS	4,507,609.00	1,886,779.00	1,524,604.00	1,027,453.00
OUTRAS DESPESAS	253,180.00	300,749.00	317,107.00	320,084.00
N.º associados total atual	2,559	2,639	2,790	2,944
N.º associados ativos	2,045	2,113	2,261	2,412
N.º associados em comitês, comissões etc.	20	20	20	20
Sobras líquidas antes das destinações	25,445.00	425,567.00	-	-
N.º associados total ano anterior	2,429	2,559	2,639	2,790
N.º associados presentes assembleias	180	180	160	150
Compras líquidas	4,436,044.00	6,523,595.00	8,677,881.00	9,444,601.00
N.º de dias corridos do período em análise	360	360	360	360
N.º funcionários total	280	284	273	269
N.º funcionários demitidos	0	0	11	4
N.º técnicos extensão rural/assistência	8	8	8	8

Fonte: Dados da pesquisa